

HISTÓRIA DA LITERATURA
BRASILEIRA
Sílvio Romero

FATORES DA LITERATURA
BRASILEIRA

CAPÍTULO I

TRABALHOS ESTRANGEIROS E
NACIONAIS SOBRE A LITERATURA
BRASILEIRA – DIVISÃO DESTA –
ESPÍRITO GERAL DESTE LIVRO

As pátrias letras, entre outras muitas lacunas, mostram bem claramente a grande falha causada pela ausência de trabalhos históricos. Se não existe uma história universal escrita por brasileiro, se a nossa própria história política, social e econômica tem sido apenas esboçada e foi mister que estrangeiros no-la ensinassem a escrever, no terreno da literatura propriamente dita a pobreza nacional ostenta-se ainda maior.

O livro de Ferdinand Wolf, *Le Brésil Littéraire* (1863), tem sido, e continua a ser com razão, o oráculo de todos na matéria; porque é único em seu gênero. O escritor austríaco foi o primeiro a fazer um quadro mais ou menos inteiro de nossa literatura, quadro pálido e incorreto, é certo, mas que se impõe, por estar no

singular. E já lá vão bastantes anos que o livro foi publicado, e até bem pouco era o compêndio oficial de nossos cursos!

Antes de Ferdinand Wolf ainda a estrangeiros coube a tarefa de traçar as primeiras notícias de nossas letras.

Bouterwek, na *História da Literatura Portuguesa* (1804), Sismondi, nas *Literaturas do meio-dia da Europa* (1819), e Ferdinand Denis, no *Resumo da História da Literatura de Portugal* (1825), foram os primeiros que falaram de nossos poetas e escritores.¹

Não é para surpreender, porque todos sabemos que foram eles os organizadores da história da literatura portuguesa, da qual a nossa era considerada um apêndice. Depois é que Almeida Garrett escreveu o seu *Bosquejo da História da Poesia e da Língua Portuguesa* (1826).²

A indigência brasileira não é, pois, mais do que um prolongamento do velho pauperismo lusitano.

Os escritores portugueses deste século, Costa e Silva, Lopes de Mendonça, Inocêncio da Silva, Latino Coelho, Luciano Cordeiro, Teófilo Braga, Camilo Castelo Branco e outros, nos seus trabalhos sobre a literatura de sua pátria, são portadores de algumas notícias de nossa vida intelectual, tudo ainda como um acessório do

pensamento da antiga metrópole.

A autores nacionais só devemos alguns pequenos ensaios, parcias monografias, noções destacadas de uma ou outra época de nossa literatura, ou análise por acaso de algum escritor predileto. Os principais dentre eles vêm a ser: Januário da Cunha Barbosa – *Parnaso Brasileiro* (1831); Abreu e Lima – *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* (1835); Domingos de Magalhães – *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil* (1836); Norberto e Silva – *Bosquejo da História da Literatura Brasileira, nas modulações poéticas* (1841), e mais tarde alguns estudos na *Minerva Brasiliense* (1843), na *Revista Popular* (1861) e na *Brasília Biblioteca de Autores Nacionais* (1863); Pe reira da Silva – *Parnaso brasileiro* (1843) e *Plutarco brasileiro* (1847), transformados depois em *Varões ilustres do Brasil nos tempos coloniais* (1858); Varnhagen – *Florilégio da poesia brasileira* (1851 e 53); Fernandes Pinheiro – *Discurso sobre a poesia em geral e em particular no Brasil*, na tradução de Jó por Elói Ottoni (1852), e também no *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), e no *Resumo de história literária* (1872); Antônio Joaquim de Meio – *Biografias de alguns poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco* (1858); Sotero dos Reis – *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1866); Antônio

Henriques Leal – *Panteon maranhense* (1873); Joaquim Manuel de Macedo – *Ano biográfico brasileiro* (1876); José Antônio de Freitas – *Lirismo Brasileiro* (1877); J. S. – *Manual de literatura ou estudos sobre a literatura dos principais povos da América e Europa* (1878); Leri dos Santos – *Panteon Fluminense* (1880); Sacramento Blake – *Dicionário bibliográfico brasileiro* (1883); Ignotus – *Sessenta anos de jornalismo* (1883); Melo Moraes Filho – *Curso de Literatura Nacional* (1881) e *Parnaso brasileiro* (1885); F. A. Pereira da Costa – *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres* (1882). – Contém também notícias literárias – a *Revista do Instituto Histórico*, os *Anais da Biblioteca Nacional*, os *Arquivos do Museu Nacional* e as *Efemérides Nacionais*, do Dr. Teixeira de Melo (1881). Juntem-se a

¹ Domingos de Magalhães – Opúsculos Históricos e Literários, pág. 245

² Teóf. Braga. – *Manual da História da Literatura Portuguesa*, pág. 453. – Antes de Garreti, Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, trouxe algumas notícias de autores brasileiros.

Deiró, José Veríssimo, Clóvis Beviláqua, Artur Orlando, Oliveira Lima, Lívio de Castro, Medeiros e Albuquerque, Viveiros de Castro, Augusto Franco e outros.

O livro de Ferdinand Wolf, feito às pressas, não tem vistas teóricas; é um produto artificial e diplomático. O tom geral é ditirâmbico, e, entre outros, os exageros sobre o merecimento de seu principal inspirador, Gonçalves de Magalhães, provocam hoje o riso. As obras de Bouterwek, Sismondi, Ferdinand Denis e Garrett, escritas especialmente sobre a literatura portuguesa, são muito lacunosas no que respeita ao Brasil.

Os escritores portugueses, atrás citados, acham-se no mesmíssimo caso, e os brasileiros, conquanto mais conhecedores do assunto, só quiseram escrever quadros isolados e só trataram de alguns tipos destacados. É inútil analisá-los agora; seus méritos e defeitos serão estudados no correr deste trabalho.

Exporei desde logo o espírito geral deste livro. Empreendo, declaro-o de princípio, a história literária nacional com uma idéia ministrada por estudos anteriores. Pode ser um mal; mas é necessário; são precisos tentamens destes para explicar o espetáculo da vida brasileira.

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava

antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo.

É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.

Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional, deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este critério novo.

Tanto mais um autor ou um político tenha trabalhado para a determinação de nosso caráter nacional, quanto maior é o seu merecimento. Quem tiver sido um mero imitador português, não teve ação, foi um tipo negativo.

Faltam os elementos para fazer um quadro vivaz e palpítante da vida íntima dos autores brasileiros. Os tempos passados são como mortos; falta a nota viva. O hábito das *memórias e correspondências* não tem sido até hoje seguido no Brasil. Daí uma lacuna. “Há dois modos, disse

muito bem Edmond Scherer, de escrever a história literária: pode-se pender para as considerações gerais, referir os efeitos às suas causas, distinguir, classificar. Mas pode-se também tomar por alvo reviver este mundo de poetas e escritores no meio que tão grandes cousas produziu, procurar surpreender estes homens em sua vida de todo o dia, desenhar-lhes a fisionomia, recolher as picantes anedotas a seu respeito, e é forçoso declarar que esta segunda maneira de escrever a história literária encerra muito atrativo. É talvez mais realmente instrutiva do que a primeira. Esta faz compreender o encadeamento dos fatos, a segunda faz conhecer os *homens*. E que há no mundo que nos interesse mais do que nossos caros semelhantes, e entre estes quem mais do que aqueles cujas obras nos encantam ainda, passados duzentos ou trezentos anos? Quanto a mim, daria todas as filosofias da arte e da história por simples bagatelas e pilhérias literárias ou anedóticas, por um volume de Boswell ou de Saint-Simon.”³

Tudo isto é certo e eu daria também por uma história à la *Saint-Simon* da literatura brasileira quantos volumes pudesse escrever de vistas gerais sobre ela. Há, porém, uma circunstância que me vem justificar na escolha que faço do primeiro dos dois métodos descritos por Scherer, e vem a ser: não existem documentos para se fazer a

história íntima, pintoresca, viva e anedótica dos escritores do Brasil.

Acresce também que o encanto que se encontra neste último gênero de história literária, proveniente de um conhecimento mais familiar do viver dos homens, não consiste especialmente no desvendamento de um ou outro segredo, na prática de uma ou outra singularidade, na convivência de uma ou outra anedota. Tudo seria estéril, se não deixasse ao leitor meios de elevar-se a vistas mais amplas e concernentes à humanidade em geral.

O conhecimento que se busca, ao surpreender os atos mais íntimos de um escritor, deve sempre visar uma maior compreensão de sua individualidade e das relações desta com o seu país e deste com a humanidade.

Um conhecimento, que se não generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, a história pintoresca deve levar à história filosófica e naturalista.

Neste terreno buscará permanecer este livro, por mais lacunoso que ele possa vir a ser. Seu fito é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro.

Para tanto é antes de tudo mister mostrar as relações de nossa vida intelectual com a história política, social e econômica da nação; será

preciso deixar ver como o descobridor, o colonizador, o implantador da nova ordem de cousas, o português em suma, foi-se transformando ao contato do índio, do ³ *Etudes Critiques de Littérature*, pág. 275, Paris, 1876.

2

negro, da natureza americana, e como, ajudado por tudo isso e pelo concurso de idéias estrangeiras, se foi aparelhando o *brasileiro*, tal qual ele é desde já e ainda mais característico se tornará no futuro. Uma dificuldade secundária se me antolha, ao pôr o pé à entrada deste terreno. É sabido que muitos escritores brasileiros dos tempos coloniais transportaram-se em moços, ou em crianças, para a metrópole e de lá não voltaram mais. Deve ser contemplado na história da literatura brasileira um Antônio José, por exemplo, que do Brasil só teve o nascimento? Por outro lado, portugueses houve que, mudados para a América, aqui ficaram e se desenvolveram. Devem ser contados entre os nossos autores um José de Anchieta e um Antônio Gonzaga? Não trepido em os incluir no número dos nossos; os primeiros porque beberam no berço esse *quid* indefinível que imprime o cunho nacional, e porque suas obras, de torna viagem recebidas com simpatias, vieram aqui influir; os segundos, porque, transformados ao meio americano,

viveram dele e para ele.

Mas não fica aí: muitos escritores portugueses, especialmente autores de crônicas, que permaneceram mais ou menos limitadamente entre nós e escreveram obras sobre o Brasil, deverão ser contemplados? É o caso de Pero Vaz de Caminha, Gandavo, Fernão Cardim, Gabriel Soares, Simão de Vasconcelos, Simão Estácio da Silveira, outros. Assim como não devem ser considerados escritores portugueses alguns brasileiros que no reino residiram temporariamente, como Borges de Barros ou Porto Alegre, também não se podem contemplar os portugueses citados em o número dos nossos autores. Seria um redondíssimo absurdo, que nos levaria a contar também como brasileiros Hans-Staden, Thevet, João de Léry, Cláudio d'Abbeville, Ivo d'Evreux, Marcgrav, Laet, Piso, Lamartinière e muitos mais. Seriam também nossos, por tal método, Spix, Martius, Neuwied, Langsdorff, Saint-Hilaire, Castelneau, Hartt, George-Gardner, Wappaeus, Expilly, Jacques Arago, D'Assier, Agassiz e o próprio Darwin.

Só contemplarei, portanto, como nossos os nascidos no Brasil, quer tenham saído, quer não, e os filhos de Portugal, que no Brasil viveram longamente, lutaram e morreram por nós, como Anchieta e Gonzaga nos tempos coloniais, e, como políticos, nos tempos modernos, Clemente

Pereira e Limpo de Abreu. Todos estes tiveram do reino só o berço, sua vida foi brasileira e pelos brasileiros.

Em rápida excursão só me deterei ante os talentos de mérito que saem engrandecidos do aparelho da crítica e justificam-se à luz do método indicado.

Não tratar-se-á de saber qual foi o primeiro brasileiro que escreveu uma poesia ou um livro, e outras tantas questões impertinentes e ociosas.

Nada se terá que ver com alguns frades desocupados ou ociosos que mataram o tempo a escrever versos *latinos*, ou a publicar sensaborias em Roma. São homens que nunca viveram na consciência da pátria, não foram forças vivas ao seu serviço. Foram indiferentes na vida e se-lo-ão sempre na morte e no esquecimento. Não merecem uma justificativa e ressurreição histórica.

Pretendo escrever um trabalho *naturalista* sobre a história da literatura brasileira. Munido do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecerei o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral.

Nós os brasileiros não pensamos ainda muito, por certo, no todo da evolução universal do homem; ainda não demos um impulso nosso à

direção geral das idéias; mas um povo que se forma não deve só pedir lições aos outros; deve procurar ser-lhes também um exemplo. Ver-se-á em que consiste nossa pequenez e o que devêramos fazer para ser grandes.

Esta obra contém duas partes bem distintas; no primeiro livro indicam-se os elementos de uma história natural de nossas letras; estudam-se as condições de nosso *determinismo* literário, as aplicações da geologia e da biologia às criações do espírito.

Nos demais livros faz-se a traços largos o resumo histórico das quatro grandes fases de nossa literatura: *período de formação* (1500-1750), *período de desenvolvimento autonômico* (1750-1830), *período de transformação romântica* (1830-1870) e *período de reação crítica* (de 1870 em diante).

A primeira época inicia-se com a descoberta do país, passa pela invasão holandesa, pelos *Palmares*, pelos *Emboabas* e *Mascates* e chega aos meados do século XVIII. A segunda, com a descoberta das *minas*, mostra certo impulso autonômico do país dentro dos limites de suas forças e tradições étnicas. A terceira, que principia com o romantismo político de Constant no tempo de nossa independência, acentua-se mais a datar da retirada do primeiro imperador, e, através de muita imitação, máxime de franceses,

teve o mérito de afastar-nos da esterilidade do *lusitanismo* literário. A quarta fase é a da reação crítica e naturalista, em que buscamos de novo nossas tradições à luz das idéias realistas, procurando harmonizar umas com outras.

Tal é a divisão natural da história literária brasileira. Se é certo que as fases de uma literatura não se determinam com a mesma segurança com que os velhos cronistas marcavam o nascimento e a morte dos reis – seus protetores, e se é verdade que as datas aqui indicadas não têm esse rigor mesquinho, servem bem para indicar os grandes marcos de nossa evolução mental. Os anos de 1500 e 1750, que encerram o primeiro período, justificam-se, aquele, porque daí partiu o conhecimento do país; o outro, porque na última metade do século XVIII, alterando-se o nosso sistema colonial e econômico, preparou se a grande *escola mineira*, talvez o período mais brilhante e original de nossa poesia.

A data de 1830, se não marca uma época literária no estreito sentido, designa-a no lato; porque determina a invasão completa do romantismo na política e seu trasbordamento na literatura. Constant precedeu Lamartine na Europa e aqui; a evolução literária seguiu-se,

como sempre, à política.

Quanto a 1870, que abre a quarta e última fase, pode determinar-se que o romantismo começou a receber os primeiros e mais rudes golpes a datar desse tempo.

O positivismo filosófico francês, o naturalismo literário da mesma procedência, a crítica realista alemã, o transformismo darwiniano e o evolucionismo de Spencer começaram a espalhar-se em alguns círculos acadêmicos, e uma certa mutação foi-se operando na intuição corrente. Todos os anos crescia o número dos combatentes; foram eles os primeiros que no Brasil promoveram a reação seguida e forte contra o velho romantismo transcendental e metafísico.

Cumpre declarar, por último, que a divisão proposta não se guia exclusivamente pelos fatos literários; porque para mim a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: política, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas *belas-letras*, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na *poesia!*...

CAPÍTULO II

TEORIAS DA HISTÓRIA DO BRASIL

Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país.

A literatura no Brasil, a literatura em toda a América, tem sido um processo de adaptação de idéias européias às sociedades do continente. Esta adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica. A darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia.

A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos. A hereditariedade representa os elementos estáveis, estáticos, as energias das raças, os predicados fundamentais dos povos; é o lado nacional das literaturas. A adaptação exprime os elementos móveis, dinâmicos, genéricos,

transmissíveis de povo a povo; é a face geral, universal das literaturas. São duas forças que se cruzam, ambas indispensáveis, ambas produtos naturais do meio físico e social. Tal é a razão por que todo poeta, todo romancista, todo dramaturgo, todo crítico, todo escritor brasileiro de nossos dias tem a seu cargo um duplo problema e há de preencher uma dupla função: deve saber do que vai pelo mundo culto, isto é, entre aquelas nações européias que imediatamente influenciam a inteligência nacional, e incumbe-lhe também não perder de mira que escreve para um povo que se forma, que tem suas tendências próprias, que pode tomar uma feição, um ascendente original. Uma e outra preocupação são justificáveis e fundamentais. Se é uma cousa ridícula a reclusão do pensamento nacional numas pretensões exclusivistas, se é lastimável o espetáculo de alguns escritores nossos, atrasados, alheios a tudo quanto vai de mais palpítante no mundo da inteligência, não é menos desprezível a figura do imitador, do copista servil e fátuo de toda e qualquer bagatela que os paquetes nos tragam de Portugal, ou de França, ou de qualquer outra parte...

Para que a adaptação de doutrinas e escolas européias ao nosso meio social e literário seja fecunda e progressiva, é de instante necessidade conhecer bem o estado do pensamento do Velho

Mundo e ter uma idéia nítida do passado e da atualidade nacional.

Eis o grande problema, eis o ponto central de todas as tentativas de reformas entre nós, e eis por onde eu quisera que começassem todos os portadores de novos ideais para o Brasil, todos os transplantadores de novas filosofias, de novas políticas, de novas escolas literárias. E é o que não vejo, é o que ainda não se fez.

Não é mais do que ter lido por acaso Zola, ou Daudet, ou Rollinat, e atirar com eles à face do país, como se tudo estivesse feito!...

Deve-se começar por conhecer a fundo as diversas teorias da história do Brasil, e, pelo estudo deste problema, compreender a sucessão das escolas literárias entre nós.

Indicarei somente os lados mais salientes do assunto.

As principais teorias da história do Brasil são a de Martius, a de Buckle, a de Teófilo Braga, a de Oliveira Martins, a dos discípulos de Comte e a dos sectários de Spencer. Ficam aí enumeradas em sua ordem cronológica.

O célebre botanista bávaro Carlos Frederico Filipe de Martius preparou em 1843 uma

Nesse pequeno trabalho, um dos mais interessantes que tenho lido de penas estrangeiras sobre o Brasil, Martius abriga-se ao grande princípio moderno das nacionalidades, coloca-se num ponto de vista etnográfico e indica em traços rápidos os diversos elementos do povo brasileiro.

Os selvagens americanos e os seus costumes e suas aptidões psicológicas, os negros africanos e seus hábitos, os portugueses e suas vantagens de gente civilizada, tudo isto deve ser interpretado escrupulosamente; porque de tudo isto é que saiu o povo brasileiro.

É exato; resta apenas que se diga como é que estes elementos atuaram uns sobre os outros e produziram o resultado presente.

Em uma palavra, a teoria de Martius é puramente descritiva; ela indica os elementos; mas falta lhe o nexo causal e isto seria o principal a esclarecer. É uma concepção incompleta. E como alguns já têm por vezes exagerado a simplíssima indicação de Martius, o mero conselho do notável bávaro, aqui lhe reproduzo as próprias palavras para que bem claro se veja a distância entre esse rápido roteiro e a doutrina deste livro sobre o problema etnográfico brasileiro. Escreveu Martius:

“Qualquer que se encarregar de escrever a história do Brasil jamais deverá perder de vista

quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem. São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana e, enfim, a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular. Pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contato de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deve desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais. Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente se segue que o português que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu naquele desenvolvimento, o português, que deu as condições e garantias

moraes e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também decerto seria um grande erro para todos os princípios de historiografia pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Tanto os indígenas como os negros reagiram sobre a raça predominante.”

A determinação precisa do que devemos, em nossa vida geral, aos três fatores principais de nossas populações, nem por sombra se acha nessas linhas do ilustre autor da *Flora Brasiliensis*, que também e principalmente deixou em completo esquecimento o ponto fundamental do problema: – o *mestiço*, sobre o qual peculiarmente se deve insistir, estudando amplamente o especial quinhão de *cada fator e definindo o caráter do resultado*.*

O afamado autor da *História da civilização na Inglaterra*, aparecida em 1857, ocupou-se do Brasil detidamente.⁴

H. T. Buckle, como é sabido, divide as civilizações em primitivas e modernas, predominando naquelas a ação das leis físicas sobre o homem, e nestas sendo o inverso a verdade. As civilizações antigas desenvolveram-se nos países onde as condições

de vida eram fáceis, nas penínsulas, à margem dos grandes rios, onde eram abundantes o calor e a umidade. Só o Brasil para o filósofo inglês abre uma exceção à regra; por causa dos ventos *alísios*, das *chuvas* torrenciais, dos *miasmas*... que tornam aqui a natureza superior ao homem.

Daí, para o escritor britânico, umas tantas cousas, e, entre outras, a falta de uma civilização primitiva brasileira e ainda hoje, segundo a sua expressão, o nosso inveterado barbarismo. Esta doutrina, além de ser falsa na descrição geral do clima brasileiro, é em demasia exterior; é cosmológica demais. Em sua pretensiosidade de explicar puramente pela física do globo as civilizações primitivas e atuais, é incompleta e estéril. Ainda quando a determinação das condições mesológicas do Brasil fosse exata, e absolutamente não é, haveria uma distância e não pequena a preencher: a ação do meio nas raças para aqui imigradas, levando-as a tomarem certa e determinada direção, forçosa e fatalmente, e não outra qualquer. É um círculo vicioso; explica-se o clima pela civilização e a civilização pelo clima. Aí há lacuna; atiram-nos frases ao rosto, supondo que nos enchem a cabeça de fatos. No capítulo seguinte a teoria de Buckle será estudada miudamente.

Teófilo Braga, o conhecido professor

português, não teve por alvo consciente escrever uma

* Cf. neste tomo os estudos de S. R. sobre o assunto. (Nota de Nelson Romero).

⁴ Vide *History of Civilization in England*, vol. I, pág. 101 a 107, edição de Londres de 1872.

5

teoria da história do Brasil; fez uns reparos sobre a vida literária do país e nada mais. É no prólogo do *Parnaso português moderno*, reproduzido ampliadamente nas Questões de literatura e arte portuguêsa. Braga acredita que o lirismo da Europa meridional teve uma origem comum. Esta fonte geral foram populações *turanas*, descendidas da alta Ásia, divididas em dois grandes grupos, um que fez viagem pelo Norte da Europa e outro que a fez através da África, vindo ambos convergir na Espanha. Na América deu-se uma semelhante marcha de povos *turanianos*. A braquicefalia do basco francês e a dolicocefalia do basco espanhol provam o fato para a Europa. A suposta dolicocefalia das raças da América do Norte e a pretendida braquicefalia geral das da América Meridional demonstram o fenômeno para o Novo Continente.

Tudo isto é muito vago e também muito aventuroso; são presunções que nada têm de positivo, nada têm de provado; são divagações

que se acham em desacordo com fatos demonstrados. A hipótese de Teófilo Braga, tirada das idéias de Retzius, Beloguet, Pruner-Bey e Varnhagen, para ser aceita deveria justificar os seguintes fatos:

- a) O *monogenismo* das raças humanas e sua origem comum na Ásia, o que não é nada fácil no estado atual da ciência e diante justamente dos trabalhos de Paulo Broca, que o escritor português chama sem razão em seu auxílio;⁵
- b) A veracidade da tríada de Max-Müller de que os povos do mundo se dividem em *arianos*, *semitas* e *turanos*, empresa difícil ante a lingüística das raças uralo-altaicas, polinésias, malaias, africanas e americanas;
- c) A *emigração dos turanos* para a América;
- d) A *redução* dos povos deste continente a esse ramo único;
- e) A *ausência* entre as tribos do Brasil daqueles conhecimentos metalúrgicos e astronômicos que passam pelos caracteres mais notáveis da civilização turana;
- f) Enfim, demonstrar a identidade do desenvolvimento das raças americanas e asiáticas, um impossível a olhos vistos.

Antes que se haja feito o que aí se indica, tudo o que se disser sobre a velha tese do *asiatismo* dos povos americanos é pintar n'água,

ou escrever na areia. É a mais antiga de todas as teorias sobre a origem dos americanos e ressente-se de influência bíblica.

“A América, diz o homem que melhor conheceu a pré-história do Brasil – o Dr. Lund –, a América já era habitada em tempos em que os primeiros raios da história não tinham ainda apontado no horizonte do Velho Mundo, e os povos que nessa remotíssima época habitavam nela eram da mesma raça daqueles que no tempo do descobrimento aí habitavam.

“Estes dois resultados na verdade pouco se harmonizam com as idéias geralmente adotadas sobre a origem dos habitantes desta parte do mundo; pois que, quanto mais se vai afastando a época do seu primeiro povoamento, conservando ao mesmo tempo os seus antigos habitantes os seus caracteres nacionais, tanto mais vai-se desvanecendo a idéia de uma origem secundária ou derivada.”⁶

O sábio Lund prossegue, provando com as suas descobertas arqueológicas a diferenciação cada vez mais crescente entre os povos brasileiros primitivos e as raças chamadas mongólicas, à medida que nos afastamos dos tempos modernos. É a mesma intuição do grande Morton na América do Norte.

Desaparecem assim o velho estribilho de uma pretensa cultura dos povos do Brasil, que por

imensas catástrofes retrogradaram, segundo se afirma, e a enfadonha tese do mongolismo, *ces ridicules robinsonades*, como disse um sábio europeu.

O encontro de um ou outro artefato cerâmico, mal estudado no vale do Amazonas, é um fato isolado, muito diverso do que se devia dar no resto do país; é antes de tudo um fato explicável pela proximidade da civilização do Peru, ou da América Central, ou das Antilhas.

Quanto distava a sobriedade do grande Lund da afoiteza leviana de uns pretensiosos muito conhecidos, que a andam aí a dizer que os Tupis eram *os cários*, ou os *normandos*, ou os *fenícios*, ou os *mongóis*, ou os *turanos*, e não sei mais que povos que colonizaram a América.

É possível uma certa intermitência na arte entre os povos amazonenses, fenômeno cem vezes repetido no curso da história de todas as artes. Que prova isto? O turanismo? uma velha civilização oriunda da Ásia? Absolutamente não.

Os estudos científicos sobre as raças americanas começam apenas no Brasil. Reduzem-se por ora a pequenos trabalhos sobre craniologia, lingüística e arqueologia artística e industrial. Não existem muitos fatos demonstrados, os materiais são ainda limitadíssimos; entretanto, já temos uma dúzia de teorias para

⁵ *Questões de Literatura e Arte Portuguesa* – O artigo é de 1877.

⁶ Vide nas *Memórias de Antropologia* de Broca os admiráveis trabalhos sobre o *monogenismo* e *poligenismo* das raças humanas e sobre a *hibridação*. Vide especialmente a refutação das teorias de Retzius e Pruner-Bey sobre os primitivos habitantes da Europa e de Max-Müller sobre o *turanismo* das raças predecessoras dos arianos e semitas. Vide ainda minha *Etnografia Brasileira*. [Vide também a *Pátria Portuguesa*, Sílvio Romero. – Nota de N. R.].

6

explicar a origem dos Tupis-Guaranis e dos americanos em geral.

Não quero contestar os conhecimentos práticos de nossos *savants* sobre alguns assuntos referentes aos selvagens; mas é tal a falta de senso crítico, tal a incapacidade filosófica de alguns desses *savants*, que os seus escritos merecem ir para o fogo. Apelam para os chins, para os japoneses, os tártares, os cários, os egípcios, os fenícios, os normandos, os judeus, os turanos, para filiarem neles os pobres Tupis... Querem uniformizar tudo, buscar para tudo um similar no Velho Mundo. Uma boa interpretação dos fatos levá-los-ia por certo a conclusões diversas.

Acabariam com a mania de reduzir a um tipo

único as raças americanas, e ao mesmo tempo veriam nelas um produto deste solo; compreenderiam melhor a semicultura antiga do vale do Amazonas, sua filiação na cultura idêntica dos indígenas das Antilhas, e tantos outros fatos simples em si e obscurecidos por fantasiosos sistemas. Uma das marchas migratórias dos antigos povos americanos que parecem mal esclarecidas atualmente, é a de uma corrente de norte a sul, partindo das Antilhas, das costas da América Central e da atual república da Venezuela, e chegando ao interior do Brasil, estacionando vastamente no vale do Amazonas. O estudo comparativo das antigüidades das Antilhas e da região amazônica demonstraria definitivamente o fato.

No valiosíssimo escrito de Otis F. Mason, inserto no *Annual Report of the Smithsonian Institution*, do ano de 1876, sobre as antigüidades de Porto Rico, imensos são os pontos de contato entre os produtos ali descritos e aqueles que se encontram no Pará.

Despertam especial menção os amuletos representando animais, figuras humanas, etc., fabricados de matérias diversas, e especialmente de uma pedra verde, semelhante ao jade, *of green jadelike material*, diz o Dr. Mason. São as *muiraquitãs* do Amazonas. Dentro da própria América acham se os elementos para a explicação

do que se encontra ao Norte do Brasil. Desprezemos de uma vez as teorias que recordam o velho biblicismo que o Sr. Teófilo Braga anda nesta questão a defender erradamente.

Concedendo porém tudo, admitindo a identidade das origens do lirismo português e tupinambá, como quer o escritor português, que daí se poderá inferir para a filosofia da história brasileira? Nada. A tese do autor açoriano é puramente literária e não visa a uma explicação científica de nosso desenvolvimento social.

Oliveira Martins em seu livro *O Brasil e as colônias portuguesas* enxerga todo o interesse dramático e filosófico da história nacional na luta entre os jesuítas e os índios de um lado e os colonos portugueses e os negros de outro. Um semelhante dualismo é em grande parte de pura fantasia, e, no que tem de real, não passa de um fato isolado, de pouco valor e duração, fenômeno cedo esvaecido, que não pode trazer em seu bojo, como um segredo de fada, toda a latitude da futura evolução do Brasil. É um simples incidente de jornada, alçado à categoria do princípio geral e dirigente; é uma destas sínteses fúteis com que alguns novelistas da história gostam de nos presentear de vez em quando.

A teoria do positivismo religioso sobre a nossa história é mais genérica e compreensiva. Falo em positivismo *religioso*, porque ele se me

antolha o único equilibrado, lógico e intiero. O comtismo é aquilo, ou não é nada.

O cisma de Littré foi estéril, ilógico e anárquico.

O digno escritor estava por certo no direito de ir com o mestre até onde quisesse ou pudesse; o que não tinha era o direito de limitar-lhe as crenças e as conclusões da doutrina. Não sou positivista; acho o comtismo um sistema atrasado e compressor, que faz uma figura apoucada ao lado do evolucionismo inglês e do naturalismo alemão. Se de Comte saíram Littré e Laffitte, de Darwin destacaram-se Spencer e Haeckel, e não vacilo na escolha; mas julgo que a seita dos ortodoxos é superior à dos outros.

Comte não escreveu diretamente sobre o Brasil; seus sectários nacionais Teixeira Mendes e Aníbal Falcão desenvolveram o que eles chamam a *teoria da pátria brasileira*.⁷

Meu plano neste rápido esboço não exige a exposição miúda das vistas contidas nos escritos citados desses dois autores. Basta-me resumir. A nação brasileira é uma pátria colonial, pertencente ao grupo das pátrias *ocidentais*. Logo ao sair da luta holandesa, o Brasil reunia em si as condições de uma pátria: solo contínuo, governo independente e tradições comuns. O destino brasileiro pode formular-se assim: “O

prolongamento americano da civilização ibérica, a que cada vez mais se assimilarão, até unificação total, os índios e os negros importados, ou os seus descendentes.”

Na guerra holandesa venceu definitivamente o elemento ibérico, representante da civilização latina; destarte o Brasil escapou à ação dissolvente da Reforma, do deísmo, e está em melhores condições para adotar a doutrina *regeneradora* do que os Estados Unidos, por exemplo. É isto em essência.

O que é verdadeiro não é novo, e o novo não é verdadeiro. Que o Brasil é uma ex-colônia, que é do grupo das nações filiadas na civilização ocidental, e que tem as condições indispensáveis a uma nacionalidade, ou elas sejam – solo contínuo, governo e tradições comuns, como quer Comte, recordações e esperanças comuns e a vontade decidida de viver debaixo das mesmas leis e compartilhar os mesmos destinos, como ensina Renan, ou comunhão de raça, de religião, de língua e de território, como escreve⁷ *Revista do Instituto Histórico*, n. 23, de outubro de 1844.

Scherer, que ao Brasil cabe tudo isto, já todos o sabiam antes das demonstrações recentíssimas. Que a guerra holandesa foi um fenômeno notabilíssimo; que ali triunfou Portugal com a

civilização católico latina contra a Holanda e a civilização germânico-protestante, e que nessa epopéia os colonos brasileiros viram-se quase sós, desamparados da mãe-pátria; que na luta entraram as três raças; que as duas chamadas inferiores devem ser incorporadas à nossa vida social, de tudo isto sabia-se no Brasil, desde que houve alguém que se lembrasse de escrever-lhe a história. Tudo isto é velho, velhíssimo. Mas a necessidade indeclinável de haver na América representantes da civilização ibérica e a superioridade indiscutível desta sobre a civilização germânica, é o que não me parece de todo evidente. A indispensabilidade desse dualismo histórico, representante na Europa de duas tendências opostas, devendo necessariamente reproduzir-se na América, é muito simétrica demais para não ser em grande parte de pura fantasia.

Era necessário para as pátrias ocidentais que o português vencesse no Brasil o holandês *protestante* e que o inglês derrotasse nos Estados Unidos o francês *católico*!

É muito cômodo. E afinal, por que se não há de dar o mesmo na Oceania em geral e notadamente na Austrália, onde o elemento germânico quase não encontra o seu competidor? São terras novas, habitadas por selvagens a desaparecerem a olhos vistos, que estão sendo

colonizadas por europeus, representantes da civilização ocidental. Por que não se há de repetir ali o dualismo salutar?

A teoria da história de um povo parece-me que deve ser ampla e comprehensiva, a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. Deve apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro.

Seu fim não é só mostrar o que esse povo tem de comum com os outros; sua obrigação é ao contrário exibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros. Não lhe cumpre só dizer, por exemplo, que o Brasil é o prolongamento da cultura portuguesa a que se ligaram vermelhos e negros. Isto é muito descarnado e seco; resta ainda saber como estes elementos atuaram e atuarão uns sobre os outros e mostrar as causas de seleção histórica que nos vão afastando de nossos antepassados ibéricos e de nossos vizinhos também filiados na velha cultura ibera. Se a teoria de Buckle é em demasia cosmográfica, a de Martius demasiado etnológica, a dos discípulos de Comte é em extremo social, sem atender a outros elementos indispensáveis.

A filosofia da história de um povo qualquer é o mais temeroso problema que possa ocupar a

inteligência humana. São conhecidas as dificuldades quase insuperáveis dos estudos sociológicos. Uma teoria da evolução histórica do Brasil deveria elucidar entre nós a ação do meio físico, por todas as suas faces, com fatos positivos e não por simples frases feitas; estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram; consignar as condições biológicas e econômicas em que se acharam os povos para aqui imigrados nos primeiros tempos da conquista; determinar quais os hábitos antigos que se estiolaram por inúteis e irrealizáveis, como órgãos atrofiados por falta de função; acompanhar o advento das populações cruzadas e suas predisposições; descobrir assim as qualidades e tendências recentes que foram despertando; descrever os novos incentivos de psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura. De todas as teorias propostas a de Spencer é a que mais se aproxima do alvo, por mais lacunosa que ainda seja.⁸

CAPÍTULO III

A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE BUCKLE E O ATRASO DO POVO BRASILEIRO

Para bem compreender a posição presente do povo brasileiro e o seu desenvolvimento histórico,

à luz das idéias científicas que reinam na atualidade, é mister lançar um olhar sobre a moderna concepção da história, e insistir sobre a de Buckle especialmente. Este autor mais de perto nos toca a nós brasileiros, porquanto dos modernos reformadores da história é, o que mais se ocupa com o Brasil, e terei, por necessidade, de apreciar as palavras duras, porém no fundo exatas, que escreveu a nosso respeito. Tanto mais é isto necessário, quanto embalde se procuraria em nossos historiadores, no tocante à filosofia da respectiva ciência, outra coisa além de declamações mais ou menos inadmissíveis.

Geralmente se repete que o XIX século foi o século da história, como o anterior fora o da filosofia. Este dito que, desde o autor das *Cartas sobre a História de França*, tem valido por verdadeiro, não passa talvez de uma dessas sínteses caprichosas com que se costumam caracterizar as épocas com perda para a verdade. Outros têm dito que aquele foi o tempo das ciências naturais; alguns que foi o da crítica... Mas o certo em tudo isto é que as três características se supõem e se completam; não é mais pos-

sível a história sem a crítica, como não é admissível esta sem as ciências naturais. Eis o grande fato firmado pelo século XIX nos seus últimos anos: estabelecer os outrora ditos estudos

morais sobre bases experimentais. O processo tem sido complicado e longo; foi mister passar em revista o método de todas

⁸ Vide de Teixeira Mendes – *A Pátria Brasileira*, Rio de janeiro, 1881. De Aníbal Falcão – *Fórmula da Civilização brasileira, no Diário de Pernambuco, ns. 46 a 50, de 1883.*

8

as ciências e expulsar do seu conselho mais de uma pretendida sem validade em seus títulos. O desenvolvimento gradativo de todos os fatos observáveis, alçado à altura de princípio dirigente, mostrou a necessidade de melhor estabelecer a genealogia científica: a nova classificação, quaisquer que sejam ainda as dissonâncias entre os filósofos, tem por base tal princípio.

Em conseqüência deste novo modo de ver e de julgar é que a expulsão de algumas supostas organizações científicas tornou-se inevitável. Está muito longe de ser perfeito o acordo neste ponto entre alguns dos maiores pensadores que contribuíram para o grande resultado.

Ao lado da nova classificação das ciências que se desenvolve na ordem crescente da complexidade dos fenômenos e na decrescente de sua generalidade, poderia, a meu ver, inscrever-se outra, não como classificação orgânica das

ciências, senão como uma notação histórica de seu desenvolvimento, no que diz respeito ao grau atingido de sua certeza. Não seria inexato, por esta forma, dizer que elas têm sido *ciências propriamente ditas, quase-ciências e falsas ciências*. Quem não colocaria entre as primeiras – a matemática, a astronomia, a física...; em o número das segundas – a psicologia, a história, a economia política...; e no terceiro grupo – a metafísica e a teologia clássicas, desconcertadas irmãs da astrologia e da alquimia? Toda a ordem de estudos, tendo por objetivo o homem e a sociedade, tem ficado por enquanto na segunda classe, por não haver atingido aquele grau de certeza que constitui o brilho próprio das completas ciências. A história acha-se aí; e, por maiores que tenham sido os esforços de Buckle e seus continuadores, ela parece resignada a não deixar por ora o círculo de suas companheiras: as *quase-ciências*.

O movimento romântico dos primeiros anos do século XIX trouxe a paixão pelo passado, e, desde a grande obra de Hallam sobre a Idade Média, apareceu na história a tendência pintoresca e representativa, contrabalançada pela que se intitulava filosófica. O certâmen das duas escolas rivais já pertence por sua vez à história, que luta por adquirir novos princípios e devassar novos horizontes.

Não padece dúvida que os modernos reformadores já deram um notável passo que parece definitivo. Não é outro senão o grande resultado de que já falei: a aplicação dos processos experimentais ao estudo dos acontecimentos humanos. É a última fase a que chegaram os trabalhos históricos; mas isto ainda não lhes garante, quanto a mim, a segurança completa e inabalável da ciência, por mais que o digam alguns dos pensadores que, como Buckle, lhes querem atribuir este caráter.

Por mais firmes que pareçam os achados de Draper, Bagehot, Buckle, Lazarus e Marselli; por mais inteirados que se mostrem dos métodos de Lyell, Wundt, Virchow, a história em suas mãos não é ainda uma ciência capaz de verificações certíssimas e indubitáveis. Muito menos o é tratada pelos pinturistas e filósofos da escola francesa. Ernesto Renan em artigo comemorativo de Aug. Thierry, inserto nos seus *Ensaios de moral e crítica* publicados em 1859, ainda fala em frases sonoras das cenas pintorescas do insigne historiador e das dissertações filosóficas de Guizot. Nesse tempo não lhe eram conhecidas as aplicações novas da geologia e da fisiologia aos fatos humanos e ele ignorava as lacunas dos dois notáveis mestres.

Henry Thomas Buckle, morto em 1862, aos trinta e nove anos, depois de haver em 1857

publicado sua *Civilização na Inglaterra*, ficou por muito tempo quase totalmente desconhecido no Brasil. Quando muito, alguns dele tinham notícia pela crítica de Littré, senão pela superficial e lacunosa *História da Literatura Inglesa Contemporânea* de Odysse Barot. Mui raros o teriam lido. Seu espírito foi influenciado pelos trabalhos de Comte adicionados aos de Whewell e Mill. Quételet com sua transformação matemática da estatística foi também de um peso decisivo para ele, bem como a geral corrente do tempo que o lançava no encalço das idéias de caráter demonstrado e científico. Sua obra, que não passou da *Introdução*, é geralmente considerada um notável sucesso no domínio dos estudos históricos. O primeiro volume contém a filosofia do nobre pensador; os outros dois trazem exemplificações práticas de máximo interesse tomadas aos anais da França, Escócia, Espanha e da própria Inglaterra. É naquele que mais se revela o reformador amestrado. Detenhamo-nos ante ele. Começando pelo problema da liberdade, estuda a questão das influências a que cedem as ações humanas, tais como o influxo das leis físicas, o da religião, do governo, e da literatura, e acaba por um esboço sobre a origem dos estudos históricos, seu estado na Idade Média e uma apreciação sobre a inteligência inglesa até o século XVIII. Em tudo mostra uma erudição

variada e um pensamento firme, revestidos por um estilo simples e fluente.

Buckle rebela-se contra o método dos metafísicos na inquirição das leis do espírito humano e no modo de tratar a história. Ele exclama um pouco rudemente: “As long as the human mind is only studied according to the narrow and contracted method of metaphysicians, we have every reason for thinking that the laws which regulate its movements will remain unknown.”¹ Estas palavras quando foram proferidas pelo ilustre escritor não revelavam ainda uma tão vulgar e comumente aceita verdade entre os mais proeminentes pensadores do mundo, como o manifestam hoje. Ele pois detalhou um pouco a sua demons tração. Sem desconhecer certa influência dos processos metafísicos sobre mui poucas das leis da *associação* e talvez sobre as modernas teorias da *visão* e do *tato*, nota-lhes a diametral oposição em que se acham com os métodos histórico e científico. O metafísico estuda um só pensamento, e o historiador muitos; as ciências indutivas devem esmiuçar os fatos e isolar cada um para melhor determiná-los, e pelo

outra parte, não se pode subtrair à influência das circunstâncias exteriores. Além de que as duas grandes classes de metafísicos, — os idealistas e os sensualistas, — chegam sobre as leis do espírito a contrárias afirmações, em sua ciência o pensamento é o instrumento e ao mesmo tempo a matéria sobre que ele se exerce. Isto produz um peculiar embaraço. É a impossibilidade de formar uma vista comprehensiva do todo dos fenômenos mentais, por quanto, por mais extensiva que possa ser tal vista, excluirá sempre o estado do pensamento pelo qual ou no qual ela é formada. Não assim nas ciências físicas que têm a seu serviço uma grande porção de métodos. Tal defeito radical impede, a seus olhos, a psicologia de ser uma ciência e de chegar a qualquer resultado aproveitável.

Buckle exagerou. Imbuído das negativas conclusões de Comte sobre o estudo dos fatos subjetivos, era concludente que recusasse-lhe a nota de rigorismo científico; mas não que chegasse a desconhecer-lhe qualquer eficácia.

Como se lhe afigurou que a história podia ser erigida ao grau de ciência, ela que é ainda mais complexa que a psicologia? Como saltar dos estudos biológicos, que tratam da vida em geral, para a história, desprezando as leis dos fatos intelectuais, sensíveis e morais? Não posso compreender que se faça da sociologia uma

ciência quando não se admite uma psicofísica. A seriação das ciências fica por tal modo truncada.⁹

Desde agora cumpre notar um equívoco de Emílio Littré. Em sua crítica, um pouco animada, contra o historiador inglês, ele declara ocupar-se com a sua obra, porque o escritor cedeu à influência de Comte e dela quis, até certo ponto, separar-se! Só por isso? Quando muito – “il ne fait pas fi du demi positivisme; ce sont des acheminements...”

E qual seria para Littré o inteiro positivismo?

Seria o do próprio Littré, que também se separou do mestre em mais de um ponto decisivo? Será o de P. Laffitte, o S. Pedro da escola, segundo Renan?¹⁰

Como quer que seja, o velho escritor teve um certo gosto em andar apurando ortodoxias positivistas, máxime com os dignos pensadores da escola inglesa. Mill, Spencer, Buckle sofreram os seus golpes, nem sempre com muita razão.

Não há maior cegueira de que esta de supor o positivismo uma doutrina compacta, cujos sectários se acham acordes, pronunciando a última palavra da ciência! A célebre definição de Huxley – que a seita comtesca é um *catolicismo sem o elemento cristão* – é verdadeira. Não poucos foram sem dúvida os méritos e vantagens do sistema; este porém tem sido ultrapassado.

Contribuiu para certos resultados; mas, sacrificando a alguns prejuízos, tem desdenhado, por exemplo, algumas das fecundas verdades anunciadas por Darwin. Admira que alguns escritores brasileiros proclamem a seu público que são discípulos de Comte *in totum* e ao mesmo tempo do sábio inglês último citado, isto é, que aceitam em cheio todas as conclusões dos dois mestres que totalmente se repelem em mais de um ponto de máximo interesse, como sobre a idéia da *vida* e a da *sociedade*.

Cumpre ser completamente desrido de senso crítico para destarte fornecer provas de que se não pode entender os sistemas em seus resultados fundamentais.

Poderiam ser ambos aceitos; mas com reduções indispensáveis e vastíssimas.

Continuemos.

Declarado por Buckle ineficaz para a história o processo dos metafísicos, é-o também o dos teólogos. Ambos os métodos desconheceram a lei da normalidade natural dos fatos humanos: o primeiro criando a doutrina do *livre arbítrio*, e o outro fundando a da *predestinação*. – “The theory of predestination is founded on a theological hypothesis: that of free will on a metaphysical hypothesis.”

Destituída de todo o fundamento humano e racional, a predestinação dos acontecimentos não

perdurou longamente nas tentativas de filosofia da história até ao presente feitas. É doutrina que não precisa de refutação. Por outro lado o dogma da liberdade completa de nossas ações e dos fatos históricos é correspondente à doutrina do acaso; não existe mais uma lei para a história; predomina o capricho dos agentes e a glorificação sobre-humana dos *heróis*, que dirigem o curso dos acontecimentos a seu bel prazer.

Buckle insurge-se contra esta apreciação e chega a traçar a refutação de seu principal argumento, que se funda na inerrância da consciência. Sem muito trabalho foi-lhe fácil mostrar o caráter relativo desta faculdade, sempre mudando de crenças e afirmações no curso evolucionário da humanidade. Encarada também no indivíduo, diz-nos ele com a maior veracidade: “Consciousness is infallible as to the *fact* of its testimony; but fallible as to the *truth*.¹¹”

Abandonados os dois métodos insustentáveis, o historiador pretende substituí-los pelos processos fundamentais das ciências naturais, dizendo que as ações humanas são determinadas somente por seus próprios antecedentes e têm o caráter de uniformidade, produzindo os mesmos resultados sob as

⁹ Z. Moindron – *De l^a Ancienneté de l'Homme*,

Bain, *Lógica*.¹⁰ *La Science*.

¹¹ Z. Moindron, *ibid.*

10

mesmas circunstâncias, podendo ser perturbadas ou dirigidas pela ação dos meios. São estas as suas palavras: “Rejecting, then, the metaphysical dogma of free will, and the theological dogma of predestined events, we are driven to the conclusion that the actions of men, being determined solely by their antecedents, must have a character of uniformity, that is to say, must, under precisely the same circumstance, always issue in precisely the same results. And as all antecedents are either in the mind or out of it, we clearly see that all the variations in the results, in other words, all the changes of which history is full, all the vicissitudes of the human race, their progress or their decay, their happiness or their misery, must be the fruit of a double action; an action of external phenomena upon the mind, and another action of the mind upon the phenomena.”

O autor recorre a Quetelet, que, com a transformação da estatística pelo cálculo das probabilidades, prova, de ano a ano, a repetição gradativa dos mesmos crimes, do emprego das mesmas armas para igual número de assassinatos e de suicídios; a repetição da celebração de igual

soma de casamentos!...

Não há como negar os fatos esclarecidos pelo ilustre calculista belga e comprovados pelos mais sérios observadores.

As ações humanas são regidas por um complexo de leis que inconscientemente para nós atiram nos no caminho da vida corno uns quase *atores*. Mas a história, que não é uma cadeia de fatos sempre novos e desarmônicos com seus antecedentes, como já se pretendeu, será certo que se repita? Os dados estatísticos não podem chegar até aí; a marcha da história é evolucional, e tanto basta para que não haja repetição, como não existe disparatada incoerência.

É onde está porém o grande embaraço.

Esta liberdade, que por alguns motivos a ciência moderna acaba de reduzir a proporções pouco amplas, não deixa de existir ao menos em uma forma tão aparente, que será sempre impossível pesar a massa das circunstâncias e o conjunto dos móveis infinitos que, a um só tempo, dirigem a trama complicadíssima dos acontecimentos humanos.¹²

Buckle reconhece que as leis do pensamento reagem sobre a ação das leis físicas; e não irá aí a confissão de elemento autônomo até certo ponto, ainda que obscuro, e capaz de perturbar a uniformidade científica das investigações históricas?

Parece que esta consideração restringe o caráter altamente científico da história, ainda que dirigida por mãos como as de Buckle ou Littré.

Por falar neste último, não é fora de lugar o reduzir um pouco as aparências de verdade de uma sua proposição contra o autor *da Civilização na Inglaterra*. Increpa-o por haver confundido as leis do espírito humano com as leis da história. Diz ele: “Rien dans l'esprit humain ne montre qu'il doive y avoir une évolution historique. Cette évolution est un fait que l'on constate expérimentalement comme tous les autres faits; mais ou ne la déduit pas de l'étude psychique.”¹³ Eis o resultado a que se chega, quando se admite uma história-ciência, e se despreza, como de todo inútil, uma psicologia científica! A distinção das duas categorias de leis é incompreensível, e sobretudo para um positivista. Para quem, como E. Littré, não concebe o espírito humano em sua totalidade, senão desenvolvido e representado na história, que outras são as suas leis além das desta última?

Certamente E. Littré, com toda a gravidade que o distinguia, não respeitou muito a memória do seu celebrado mestre quando escreveu aquele período.

O sábio inglês divide as leis que dirigem a história em físicas e mentais; estas últimas subdivide as em intelectuais e morais.

Agora é que se revela o lado mais original de sua obra; são os capítulos mais profundos. Começa pela apreciação das leis físicas.

As influências desta ordem, a que a raça humana mais poderosamente cede, podem para ele ser classificadas em quatro categorias: clima, alimentação, solo e aspecto geral da natureza. Este último merece-lhe máxima atenção. Diz-nos: “The last of these classes, or what the call the general Aspect of Nature, produces its principal results by exciting the imagination, and by suggesting those innumerable superstitions which are the great obstacles to advancing knowledge. And as in the infancy of a people the power of such superstitions is supreme, it has happened that the various Aspects of Nature have caused corresponding varieties in the popular character, and have imported to the national religion particularities which, under certain circumstances, it is impossible to efface.”¹⁴

Firmado especialmente em Mill, nega a distinção original das raças explicando-lhes as diferenças posteriores pelas quatro leis que formulou. Não parece bem fundamentado o asserto. Não há dúvida que as diversidades de climas, solos, alimentos... contribuem para que perdurem as separações das raças; é preciso porém ir um pouco adiante e declarar que, sendo os climas e mais agentes físicos anteriores às

raças, a diversidade destas é já de si originária e primordial, isto é, surgiu com elas mesmas

¹² Sobre a questão da liberdade, vejam-se as interessantes obras dos italianos Herzen Ferri. ¹³ *La Sciense.* ¹⁴ Buckle, *ibid.*

11

desde o seu primeiro aparecimento.

Pela lei darwínica da transformação dos seres, entendida o mais latamente, as raças despontaram diferentes em climas diferentes também. Os climas depois disto só têm feito conservar e fortalecer as predisposições nativas.

O escritor britânico divide a civilização em dois grandes ramos, – a da Europa e a de fora dela; na primeira predomina o esforço do homem sobre a natureza; na outra é o contrário que se nota. Esta distinção é caprichosa. A civilização só é antiga e moderna, oriental e ocidental, da Europa ou extra

europeia nos livros medíocres de filosofia da história, que assinalam leis contraditórias para cada uma delas. No vasto e completo conceito ela é uma só, que evolucionalmente se tem desenvolvido até nós.

Podem-se-lhe quando muito, e é até necessário, marcar fases sucessivas, como mais ou menos acertadamente o praticou Comte e outros muitos antes e depois dele.

Todos os tempos e todos os países devem ser estudados, porque todos hão contribuído para o geral progresso; a lei da filiação tem seu maior complemento exatamente na história. Se a civilização está atualmente na Europa, não será verdade que lhe veio da Ásia e que já tem passado para a América? Obcecado pelas contradições dos climas e aspectos da natureza, o notável pensador chegou a erigir a sua distinção infundada em uma lei da cultura humana. Neste ponto é excelente a refutação de Littré, que escreve com franqueza: “É um erro, e não há aí base alguma para a filosofia da história. Para que se pudesse sociologicamente dividir a civilização em européia e extra-européia fora preciso que a civilização da Europa fosse autoctônica. Ora, ela não o é. Foi nas bordas da Ásia, nessa Grécia, metade européia e metade asiática, que apareceu a civilização da Europa destinada a tornar-se a civilização universal; porém o facho só ali se acendeu pela chama comunicada por nossos antepassados da Ásia e da África. A proposição de Buckle só é verdadeira quando limitada a um período recente; mas ainda assim ela foge e escorrega por outro lado, porquanto a civilização saída da Europa implanta-se na América, na Austrália, começa a transformar a Índia, maravilha o Japão, todos os países onde, segundo o pretendido axioma, a natureza é mais poderosa

que o homem.”¹⁵

Tudo perfeitamente achado, exceto a falsidade do axioma. É verdade que os diversos climas, até os mais agros, são adequados às diferentes raças que produziram, sendo exata até certo ponto a increpação feita por Littré ao princípio que desdenha. Mas, tendo-se em vista a civilização moderna, que é, como ele o reconhece, toda de implantação, não se deve desconhecer a justeza da lei que tacha de presumida. O fato da emigração de povos originários de países diversos para climas totalmente estranhos garante-me nesta afirmação. Não deve ser esquecido que os arianos, por exemplo, que se acham hoje espalhados por todas as latitudes do globo, encontraram climas mais favoráveis a seu desenvolvimento numas paragens do que noutras. Poder-se-á dizer que as colônias européias estabelecidas há quatro séculos na Ásia, África, América e Oceania encontraram por toda a parte um clima que fosse igualmente favorável ao seu florescimento? Será certo que a natureza de algumas regiões não lhes tem constituído bastantes embaraços, e nalgumas paragens quase insuperáveis?

Buckle, passando a tratar da influência das leis mentais, dá maior quinhão às *intelectuais* do que às *moraes*. Nisto nem sempre vai razão e profundezas.

Como se vê, é ele um experimentalista em largo sentido, pelo método e pela essência das idéias. Reforçado o seu sistema pelas novas concepções do darwinismo, a exemplo de Bagehot, é ele um bom sistema da história científica.

A explicação das civilizações antigas, vai buscá-la na física das regiões onde se desenvolveram. Calor e umidade, fertilidade da terra e um vasto sistema fluvial, eis as condições primordiais para o desenvolvimento das civilizações primitivas. Prova-o com a Índia para a Ásia, o Egito para a África, o México e o Peru para a América.

Mas como é que o Brasil, e este é ponto a que almejava chegar, como é que o Brasil, possuindo em tão larga escala os dois fatores, não foi a sede de uma civilização antiga?

O escritor britânico recorre, para explicar esta lacuna, a um certo agente destruidor, que impossibilitou a ação dos outros. Ouçamo-lo detidamente:

“O agente a que eu aludo é o vento geral, – vento alísio (*trade-wind*), admirável fenômeno pelo qual todas as civilizações anteriores às da Europa foram grande e perniciosamente influenciadas. Este vento abrange não menos de 560 de latitude: 28° ao norte do equador e 28° ao sul. Nesta larga extensão, que comprehende alguns

dos mais férteis países do mundo, o vento geral sopra durante todo o ano, ora do nordeste, ora do sudeste. As causas desta regularidade são agora bem conhecidas e sabe-se que dependem em parte do deslocamento do ar no equador, e em parte do movimento da terra: por isso o ar frio dos pólos é constantemente impelido para o equador e produz assim os ventos do norte no hemisfério setentrional e os ventos do sul no meridional. Estes ventos são afastados do seu curso natural pelo movimento da terra quando se volve em seu eixo de oeste para leste. E como a rotação da terra é mais rápida no equador do que em qualquer outra parte, acontece que na vizinhança daquele a velocidade é tão grande que compele os movimentos da atmosfera dos pólos, e forçando-os noutras direções, dá origem a ⁻¹⁵ *La Science.*

12

estas correntes orientais, chamadas ventos gerais, – ventos alísios.

“O que porém agora nos interessa não é uma explicação dos ventos gerais, e sim uma explanação do modo como este grande fenômeno prende-se à história da América do Sul. O vento geral, soprando na costa oriental da América do Sul e procedendo de leste, atravessa o oceano Atlântico e deixa pois a terra cheia de vapores

acumulados em sua passagem. Estes vapores, tocando à praia em intervalos periódicos, são condensados em chuva; e como seu progresso para oeste é obstado pela cadeia gigantesca dos Andes, que não podem passar, empregam toda sua umidade no Brasil, que por isso é muitas vezes alagado pelas mais destruidoras torrentes. Esta abundante cópia de umidade, sendo ajudada pelo vasto sistema fluvial peculiar à parte oriental da América, e acompanhada pelo calor, tem estimulado o solo a uma atividade sem igual em qualquer outra parte do mundo. O Brasil, que é quase tão grande como toda a Europa, é coberto de uma vegetação de incrível profusão. Tão viçoso e luxuriante é o seu crescimento que a natureza parece extravasar-se num brinco de vaidosa força. Uma grande parte desta imensa região é entrelaçada por densas e enredadas florestas, cujas magníficas árvores, florescendo com beleza sem rival, e marchetadas de mil cores, despedem seus produtos com inexcedível prodigalidade. Em suas franças aninharam-se pássaros de esplêndida plumagem, que pousam em seus altos e escusos recessos. Por baixo, suas bases e troncos são embaracados por matos rasteiros, plantas trepadeiras, inúmeras parasitas, tudo borbulhando de vida. Ali existem em demasia miríadas de insetos de todas as variedades, reptis de forma estranha e singular,

serpentes e lagartos listrados com fatal beleza; todos acham meios de existência nesta vasta oficina e armazém da natureza. E para que nada falte a esta terra de maravilhas, as florestas são cercadas por enormes prados, que, fumegando de calor e umidade, suprem com alimento manadas inúmeras de gados silvestres, que pastam e engordam em suas ervas; as planícies próximas, ricas de outras formas de vida, são a morada predileta dos animais mais sutis e ferozes, que preiam uns aos outros, porém que parece nenhum poder humano ter esperanças de extirpar.

“Tal é a força e abundância de vida por que é colocado o Brasil acima de todos os outros países do mundo.

“Entre esta pompa e esplendor da natureza porém nenhum lugar foi deixado para o homem!... É reduzido à insignificância pela majestade que o cerca. As forças que se lhe opõem são tão formidáveis que ele nunca foi apto a lhes fazer frente, nunca foi capaz de resistir à sua acumulada pressão. O Brasil todo, a despeito de suas inúmeras vantagens aparentes, tem permanecido inteiramente inculto, vagando seus habitantes selvagens e impróprios para resistir aos obstáculos que a generosidade da natureza pôs em seu caminho. Os aborígenes, como todo o povo na infância da sociedade, foram adversos a empresas, e, sendo desconhecedores das artes

com que se removem os obstáculos físicos, nunca intentaram opor-se às dificuldades que obstaram ao seu progresso social.

“Estas dificuldades entretanto são tão sérias que durante cerca de quatro séculos os recursos da ciência européia têm sido em vão empregados no intuito de afugentá-las. Ao longo da costa do Brasil há sido introduzida da Europa uma certa cópia de cultura que os naturais por seus próprios esforços nunca teriam alcançado. Tal cultura porém, em si mesma muito imperfeita, nunca penetrou nos recessos do país, e no interior até agora existe um estado de coisas semelhante ao que dantes existia. O povo ignorante, e além disto brutal, não praticando nenhuma restrição, e não reconhecendo lei alguma, continua a viver em seu antigo e *inveterado barbarismo*. Neste país as causas físicas são tão ativas e produzem seu império em uma escala de tal magnitude, que tem sido até hoje impossível escapar aos efeitos de sua ação combinada. Os progressos da agricultura são paralisados por florestas intransitáveis, e as colheitas são estragadas por inumeráveis insetos. As montanhas são por demais altas para serem escaladas; os rios por demais largos para serem vadeados ou cobertos com pontes; cada coisa foi aí produzida para reprimir o pensamento humano e conter a sua crescente ambição. Destarte as energias da

natureza têm encadeado o espírito do homem. Nenhures é tão penoso o contraste entre a grandeza do mundo externo e a pequenez do interno. O pensamento intimidado por esta luta desigual não só tem sido incapaz de avançar, como sem o auxílio estrangeiro teria indubitavelmente recuado. Até ao presente, com todos os proventos, cons tantemente introduzidos da Europa, não existem sinais de progresso real; não obstante a freqüência de estabelecimentos coloniais, menos de um quinto da terra é cultivado.

“Os hábitos do povo são tão bárbaros como dantes, e, quanto a seu número, é muito digno de notar-se que o Brasil, a região onde mais que nas outras os recursos físicos são mais poderosos, onde os animais e vegetais são mais abundantes, onde o solo é regado pelos mais nobres rios e a costa ornada pelos melhores portos, este imenso território, que é maior que doze vezes o tamanho da França, contém uma população que não excede a seis milhões de almas.¹⁶ Estas considerações suficientemente explicam por que é que em todo o Brasil não existem momentos da mais imperfeita civilização, nenhum sinal de que o povo tenha, em período algum, saído por si mesmo do estado em que se achava quando o seu país foi descoberto. No Brasil o calor do clima foi acompanhado por uma irrigação dupla,

proveniente, de um lado, do imenso sistema fluvial próprio da costa oriental, e, de outro, da abundante umidade depositada pelos ventos gerais. Desta combinação resulta que a fertilidade sem igual, tão grande quanto podia

¹⁶ O autor escrevia em 1857.

13

interessar ao homem, derrocou os cálculos deste, paralisando seu progresso por uma exuberância que, se fosse menos excessiva, o teria ajudado.”¹⁷

Esta memorável passagem, que devia ser meditada por todos os brasileiros, é verdadeira em seu sentido geral; mas envolve mais de uma inexatidão.

É certo que os primitivos habitantes do país não ultrapassaram os últimos degraus da selvageria; é exato ainda que a nossa atual civilização é toda impregnada de barbarismo. Só os patriotas desajuizados poderão contestá-lo. Buckle porém pelo menos incompleto quando faz depender as civilizações antigas do calor e umidade, ou da fertilidade da terra e de um vasto sistema fluvial. A filosofia da história, sempre que maneja um princípio único, expõe-se a equívocos. O princípio invocado pelo autor inglês não é tão exato e profundo como lhe pareceu, porquanto civilizações antigas existiram em regiões onde senão encontram tais requisitos.

Basta ponderar o caso das civilizações da Síria, Fenícia, Grécia e Etrúria, países tão diferentes da Índia, Egito, México e Peru.

Ainda mais: regiões existem, dotadas das qualidades encomiadas, que não foram a sede de civilizações antigas. A grande península denominada Indochina em sua quase totalidade, a Austrália e as regiões do Níger e do Congo são a prova.

Pelo que toca ao Brasil, favorecido em larga escala pelas condições exigidas, o agente perturbador, na frase de Buckle, é o *trade-wind*, que faz o país periodicamente ser devastado pelas mais impetuosas torrentes.

Creio que vai aqui alguma dose de engano.

Se alguma cousa periódica nota-se no clima do Brasil, não são devastadoras enchentes, e sim calamitosas e destruidores secas! Toda a enorme região que se estende das margens do São Francisco às do Parnaíba e ainda além é o teatro regular de tão desastroso fenômeno. Mais de um terço talvez do país fica assim flagelado em consequência do calor; onde pois as umidades acarretadas pelos ventos gerais?

O fato tem-se repetido dezenas de vezes nos últimos quatro séculos, e ainda agora, sob os nossos olhos, tem sido aquela região devastada pela seca aterradora.

Não quero, nem posso com isto contestar a

ação maléfica dos ventos gerais; mas torno patente que a sua energia não é tão poderosa como supôs o sábio inglês; e a prova mais cabal é que o fenômeno inverso do produzido por tais ventos repete-se constantemente. Temos um mau clima não por excesso de chuvas, sim por excesso de sua falta. Pelo menos em grande parte do país é o que se nota.

Não há dúvida que, quando vêm as chuvas, são às vezes torrenciais, o que causa verdadeiro desequilíbrio: ou completa seca, ou chuvas por demais abundantes. Isto porém não é sempre. Se pois nosso clima é mais poderoso do que o homem, como é costume velho dizer-se, é mais pela terrível arma das secas com que joga do que pelas enchentes com que nos castiga. Outro equívoco de Buckle é quando fala de nossas maravilhas e de nossos empecilhos naturais. Exagera umas para também avolumar os outros.

Os empecilhos são: as grandes matas que se não podem transitar, os rios que se não podem passar, as montanhas que se não podem transpor, e a abundância dos animais mais ferozes e daninhos, que ou devastam as plantações ou impedem o ingresso nos recessos do país!

O autor, que nunca visitou o Brasil, foi vítima do maravilhoso no inventário dos obstáculos que a natureza nos opõe.

É um erro dizer-se que temos as mais

soberbas e impenetráveis matas do mundo. Viajantes muito autorizados são acordes em atestar que o interior do país é todo calvo, só existindo florestas na pequena cinta dita das matas ou nas margens dos grandes rios. A maior porção do país não oferece tal obstáculo, se é que assim se pode considerar uma floresta.

O que se nos apresenta agora como um defeito, nossos românticos, embriagados de prodígios, sempre nos apresentavam como uma excepcional vantagem!

“Os rios mais largos...” É ainda uma abusão romântica. A maior parte dos que figuram em nossas cartas geográficas ou não existem realmente ou não merecem tal designação. Não passam de leitos secos quase todo o ano, e apenas cheios na época das chuvas. Quase todos os rios do Norte do Brasil se acham neste caso.¹⁸

Restam o sistema do Amazonas, o do São Francisco e o do Prata.

Estes três são verdadeiramente notáveis, e é por amor deles que se formou a extravagante idéia de que todos os rios do Brasil são gigantescos. Olhando-se de perto, desaparece um pouco a miragem. Quanto ao Prata, é óbvio que nos não pertence, e dos seus principais concorrentes só possuímos a parte superior e mais insignificante do curso, as cabeceiras, por assim dizer. É o caso do Paraná, Paraguai e

Uruguai.

Pelo que toca ao São Francisco, que é só o grande rio que podemos chamar exclusivamente nosso, o seu sistema é relativamente limitado e abrange poucos confluentes.

¹⁷ *History of Civilization in England.*

¹⁸ Vide vários relatórios enviados ao chefe da comissão para o levantamento da carta geral do país, o Sr. Beaurepaire Rohan. Sobre todos é digno de nota o do finado senador Tomaz Pompeu de S. Brasil.

14

O Amazonas é que é exatamente colossal, e ainda assim não se pode dizer com Buckle que seja mais um estorvo do que um auxiliar, além de que só aproveita diretamente a um quinto talvez de nosso território e à parte mais despovoada.

É a única região do Brasil onde aparecem as chuvas destruidoras de que fala o inglês. “As montanhas tão altas que se não podem galgar.....” E esta? O país é pouco montanhoso e nossos picos mais altos são de quarta ou quinta ordem em face de seus congêneres do Velho e Novo Mundo. Temos poucas serras e que se não distinguem muito por sua altura.

Não sei onde estejam o nosso Himalaia, os nossos Andes e os nossos Alpes, que aliás não vedaram, segundo o nosso autor, a civilização das

respectivas regiões.

O filósofo britânico iludiu-se com as narrações fantásticas dos viajantes, sedentos de maravilhas e despropósitos.

Muitas das cadeias de montanhas que figuram em nossos mapas só existem no papel. E, quando possuíssemos altíssimas montanhas, elas não seriam um estorvo, como o não são por aí algures.

O autor da *História da Civilização na Inglaterra*, ávido por dar os motivos de nosso atraso, os não determinou exatos.

Em um lugar ele diz que os fenômenos, que mais terrivelmente podem impressionar a imaginação dos homens, desanimando-os, são os *vulcões*, os *tremores de terra* e os *furacões*. Ora, nosso país tem sido isento de tais crises medonhas, e por que não o alegou a nosso favor?

“Os animais mais gigantescos e ferozes...” Erro ainda. Nossa fauna nem é a mais rica, nem a mais terrível do mundo. Nós não temos o elefante, o camelo, o hipopótamo, o leão, o tigre, o rinoceronte, a zebra, a girafa, o búfalo, o gorila, o chimpanzé, o condor e a águia.

Nossos tipos animais mais temíveis, a *onça* e a *anta*, não suportam o paralelo com seus rivais do Antigo Continente.

E mister acabar de uma vez com estes inventos, favoráveis ou desfavoráveis, com que

há sido costume iludir-nos. Temos sido sempre vítimas da exageração: os nossos rios, montanhas, matas, feras... são sempre os mais gigantescos do mundo, o que é uma vantagem, dizem os patriotas; o que é um empecilho, diz Buckle; o que é um erro, digo eu.

Referindo-se aos nossos proventos, o historiador apresenta a fertilidade da terra, *sem rival* em qualquer *outra parte*, porém que, sendo em demasia exagerada, transforma-se em prejuízo. Ainda aqui vai equívoco.

Primeiramente, ser a fertilidade, ainda que excessiva, um prejuízo, é coisa que se não admite facilmente. Depois, tal uberdade, tão extraordinária, não existe.

Possuímos muitas terras ruins e incapazes de cultura; contamos já muitas terras que os lavradores denominam cansadas, isto é, já quase impróprias de cultivo. Onde pois a fertilidade assombrosa e sem rival em todo o mundo?

Aqueles que conhecem a nossa laboura, que definha não porque as terras sejam férteis demais, sabem perfeitamente que os grandes agricultores de café e cana *vivem a botar matas abaixo* a fim de ter terras virgens para novas plantações, por ficarem depressa as outras cansadas. Eu não contesto a fertilidade do solo brasileiro; fora um paradoxo. Contesto porém que a fertilidade seja um predicado do Brasil, como alguns querem, ou

seja maior aqui do que por todo alhures.

Tudo é relativo, e a uberdade de nosso solo também.

Quem não se lembra da célebre arquigrandeza do Brasil na descrição de Rocha Pita?¹⁹ Tudo aquilo foi tomado a sério, e, depois dos conhecidos versos de Gonçalves Dias, não existiram *patrioteiros*, terrível casta de Lovelaces da pátria, que não proclamassem, para desnortear-nos o critério, que este país era o paraíso da terra.

Buckle é verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação dos seus fatores. Estes, a meu ver, são primários ou *naturais*, secundários ou étnicos e terciários ou *morais*. Os principais daqueles vêm a ser – o excessivo calor, ajudado pelas secas na maior parte do país; as *chuvas* torrenciais no vale do Amazonas, além do intensíssimo calor; a falta de grandes *vias fluviais* nas províncias entre o São Francisco e o Parnaíba; as *febres* de mau caráter reinantes na costa. O mais notável dos secundários é – *a incapacidade* relativa das três raças que constituíram a população do país. Os últimos – os fatores históricos chamados *política, legislação, usos, costumes*, que são efeitos que depois atuam também como causas.

Dado porém que Buckle fosse de todo exato quanto às causas que determinaram o atraso do

Brasil primitivo, os motivos por ele apontados não deveriam, ante ele próprio, justificar o nosso abatimento atual, porquanto para esse autor as leis que regem a civilização de hoje não são as mesmas que presidiram ao desenvolvimento das civilizações antigas. Até certo ponto é isto exato, tanto que as vantagens do México e do Peru, que, segundo o escritor, foram a causa de sua grandeza passada, continuam ali a vigorar, o que não impede que um e outro estejam atualmente a par, senão muito abaixo, —¹⁹ *História da América Portuguesa, in principio.*

15

do Brasil no tocante à civilização. Ali houve decadência, apesar das vantagens, e aqui progresso, malgrado os obstáculos. Como explicar tal anomalia? E que, quanto ao Brasil, o historiador inglês é, em parte, mais fantástico do que profundo; é que só pelo clima, bom ou mau, não se explicam as civilizações hodiernas. São a prova as repúblicas do Prata, que possuem excelente clima, doce e ameno, e que nos não excedem em cultura, por mais que alcem a cabeça e façam retumbar as frases quixotescas.

Um país pode possuir um clima melhor que outro, e ser menos civilizado. Provam o caso a Espanha e a Alemanha. É que para explicar o andar e progresso da civilização de hoje é mister

pesar as três categorias de fatores que deixei enumerados.

CAPÍTULO IV O MEIO FISIOLOGIA DO BRASILEIRO

“Os climas quentes, diz Michel Lévy, estendem-se entre os trópicos, e desde os trópicos até os graus 30 e 35 de latitude austral e boreal.”²⁰ Por esta classificação o Brasil fica todo contido na categoria dos climas quentes.

Entretanto, a configuração topográfica e geológica do país não permite que se o tome como um corpo bruto, confuso, indistinto, marcado por uma só característica mesológica.

As palavras do higienista francês abrem aqui margem para uma exceção. O Brasil oferece nada menos de duas zonas climatéricas diferentes, — a quente, que se estende da sua fronteira norte até o trópico de Capricórnio, e a fresca, que comprehende as terras ao sul do trópico, a que se podem ligar os terrenos altos das antigas províncias imediatamente próximas. É um erro grosseiro confundir cousas tão distintas. É certo que a mor parte do país, o verdadeiro Brasil, está contido na zona tórrida, que encerra quase todas as terras baixas do litoral, de um clima quente e úmido, e as altas dos sertões do Norte, de clima

quente e seco desde a fronteira setentrional até São Paulo. Uma parte desta última, e as três províncias meridionais – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – ficam além do trópico e gozam de um clima suave. Sabe-se que a Serra do Mar nestas últimas regiões aproxima-se do litoral, oferecendo para o interior uma vasta lombada de terrenos altos de um clima quase europeu.

Além disto as terras elevadas dos platôs do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, se não têm a frescura das regiões meridionais, não se podem confundir com as terras quentes do Centro e do litoral do Norte. Constituem um clima temperado e ameno.

Estabelecida esta redução, que faço às palavras de Lévy, trate-se do Brasil como de um país tropical. Não existem estudos regulares sobre a mesologia brasileira.

Os trabalhos nacionais e estrangeiros são quase infrutíferos neste ponto; desde os idílios de Simão de Vasconcelos e Rocha Pita sobre a pureza e suavidade do céu e do ar deste suposto *paraíso terreal*, até as objurgatórias do inglês Buckle contra este *inferno do mundo*, quase só se nos deparam declamações e futilidades, sempre contraditórias. Certos autores europeus, acostumados a tratar dos climas inóspitos das colônias que suas nações possuem na zona tórrida

da África, Ásia e Oceania, falando do Brasil, são levados, sem mais exame, a aplicar-lhe o que só é verdadeiro daquelas regiões. A zona tropical se lhes a figura constantemente o país dos furacões, dos terremotos medonhos, dos cataclismos impossíveis, dos vulcões que bombardeiam o ar, do siroco, do simum, do chansim, dos temporais homéricos, do caos em suma. Ora, pois; nada disto tenho eu visto no Brasil! A região tropical é na América muito mais suave do que no Velho Mundo.

Os nossos ventos alísios não nos atiram no despenhadeiro d'água, como a Buckle quis parecer. Os geógrafos de gabinete expõem-se a ilusões deste gênero. O corpo do Brasil forma uma espécie de vasto triângulo irregular, compreendendo zonas diversas, com duas grandes bacias hidrográficas: a do Amazonas e a do Paraná, com inúmeros afluentes, que, com outras bacias secundárias, cortam o país, de norte a sul, ou de oeste a leste. A zona quente admite uma divisão geral: a) as terras mais ou menos pantanosas das costas, as do grande vale do Amazonas e do Paraguai, onde reinam as moléstias hepáticas e as febres palustres; b) a região sertaneja, compreendendo todo o interior norte do país, o teatro das secas. A região fresca também sofre uma divisão: a) as três províncias meridionais, onde vagueia o minuano frio e

ríspido; b) as terras altas das províncias intermédias, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, região que não tem o calor e a uberdade do Norte, nem a esterilidade relativa dos terrenos do extremo Sul. As notas, todavia, predominantes no clima do país são, pois, o calor e a umidade, com todo o seu cortejo formado pelo impaludismo. Daí um certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo que se revela nas letras, — o que tudo não degenera em delírio; porque o exterior do país é risonho, as montanhas reduzidas e poéticas e não colossais e fantásticas como as da Índia, por exemplo. Seja dada a palavra a um especialista: “Os habitantes dos climas equatoriais experimentam desde o nascer os efeitos do calor. Experimentam-nos sem interrupção ²⁰ *Traité d'Hygiène*, 1º volume.

16

até a morte; sua organização, composta de elementos de uma hereditariedade especial, é a expressão mais verdadeira e completa do poder desse agente; ela carrega o selo da ação solar como todos os produtos da natureza que a cerca. O calor exalta os órgãos da periferia e determina um movimento centrífugo: exageração habitual das funções exteriores, relaxamento das funções centrais, tal o ritmo dos indígenas da zona

tórrida. O calor árido contrai, encrespa, irrita seus tecidos cutâneos; o calor úmido os distende pelo suor e muitas vezes pelas erupções; num caso e noutro, os fluidos são levados para debaixo da pele, que perde a cor e adquire um alto grau de sensibilidade; os órgãos que simpatizam diretamente com a pele recebem um igual impulso, especialmente os sentidos e o aparelho genital. A sobreexcitação cutânea tem como conseqüência a depressão vital das mucosas; as forças digestivas languescem; a elaboração do quilo é incompleta; o sangue, fornecido além disso por uma alimentação pouco substancial, fica seroso e pouco estimulante; levado aos pulmões, cuja atividade está diminuída, não se arterializa tão completamente como nos climas frios, onde a respiração é mais enérgica.

“O Dr. Copeland notou que nos países quentes escapa-se uma porção menor de ácido carbônico pelas vias respiratórias; o carbono predomina, então, nos fluidos orgânicos, que não têm plasticidade, e vai fixar-se no pigmento, cuja formação tende a aumentar. A economia ficaria sobrecarregada desse princípio contrário à vida se o não expulsasse em parte pela pele e pelo fígado, que se anima com uma atividade suplementar à do pulmão: o carbono, que esta víscera não elimina sob a forma de ácido carbônico, o fígado se encarrega de evacuá-lo

debaixo da forma de báls, pelo tubo digestivo. Em todas as épocas da vida, desde o estado embrionário, observa-se este antagonismo entre o fígado e o pulmão; ligados por uma relação inversa de desenvolvimento e atividade, logo que um destes órgãos se enfraquece, o outro se exalta; o clima nisto opera como a idade e as moléstias; cria idiossincrasias especiais e amortece as que dantes existiam.

“A transpiração cutânea, a secreção da báls, a deposição mais copiosa do pigmento são o tríplice trabalho, que domina a fisiologia dos países quentes; a pele e o fígado são os órgãos mais vivos e sobre eles se dirige mais freqüentemente a iminência mórbida. Aí a forma mais ordinária da saúde não será, pois, o temperamento sangüíneo que mostra uma qualificação e uma hematose perfeitas; manifestam-se como tipo mais genérico os caracteres do predomínio bilioso, os sinais de uma verdadeira saturação de carbono, combinados com os do temperamento linfático e os do nervoso.

“A constituição dos indígenas testemunha a influência enervadora do clima: todos os observadores assinalam neles o contraste da fraqueza radical, do relaxamento dos tecidos, da indolência e da apatia, com a exaltação do sistema nervoso, o fogo das paixões, os borbotões desordenados de atividade física e moral. O

enfraquecimento geral destas raças é também favorecido pela natureza do regime alimentício, pouco reparador no fundo, apesar dos condimentos incendiários com que se esforçam para despertar a inércia de seus órgãos digestivos enfraquecidos pelos excessos venéreos, que cometem pelo estímulo especial do clima, pelas desordens de toda a espécie a que as levam sua luxúria natural, a ociosidade e o despudor dos costumes.

“A afeção dominante nestes climas na estação seca é uma febre contínua remitente, acompanhada de congestões rápidas que se operam, já no encéfalo ou nas meninges, já no tubo digestivo e anexos. Com esta afeção coincidem as moléstias locais, febris ou apiréticas: o calor seco dispõe para as hiperemias cerebrais, as meningites, as encefalites, as apoplexias. O brilho da reverberação solar provoca oftalmias; a pele, sede de uma estimulação constante, se cobre de erupções diversas. Os aparelhos digestivo e biliar se irritam por seu lado, diretamente ou por simpatia: as colites, as disenterias, as hepatites, mostram-se em multidão, cercadas de febre violenta, ordinariamente de natureza palustre, que não custa a imprimir seu cunho particular em todas estas flegmasias; até as febres traumáticas revestem-se deste tipo especial.

“A estação úmida vem acabar, por sua ação dissolvente, a prostração da economia, gasta pela sobreexcitação produzida pelos calores da estação precedente. As primeiras chuvas, que refrescam a terra ressequida, fermentam a camada de detritos orgânicos que a cobrem; logo depois a superfície do solo se enche de lamas e umidades fétidas, e sobre toda a extensão da zona tórrida operam-se emanações deletérias, máxime nas costas cobertas de mangues e pântanos, nos terrenos baixos e nas terras cobertas de mato; aparecem então as endemias de febres intermitentes e remitentes, seguidas ou complicadas com hepatite, disenteria, ou cólera-morbo; as lesões locais apresentam maior propensão para a supuração e a gangrena.

“Ao passo que a febre da estação seca se faz notar pela perseverança da sobreexcitação inicial até o momento da catástrofe, a da estação úmida começa por sintomas de abatimento, e acompanha-se de uma prostração que progride com a decomposição dos fluidos orgânicos; por isso foi chamada febre biliosa pútrida por muitos observadores dos países quentes.”²¹

É a descrição mais ou menos exata do Brasil. Temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesa-rosa em sua mor parte. E que relação tem isto com a literatura brasileira? Toda. É o que explica a precocidade de nossos talentos,

sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a ²¹ *Lévy, ibid.*

17

superficialidade de nossas faculdades inventivas.

O trabalho intelectual é no Brasil um martírio; por isso pouco produzimos; cedo nos cansamos, envelhecemos e morremos depressa.

A nação precisa mais de um régimen dietético acertado e caprichoso do que mesmo de um bom régimen político. O brasileiro é um ser desequilibrado, ferido nas fontes da vida; mais apto para queixar se do que para inventar, mais contemplativo do que pensador; mais lirista, mais amigo de sonhos e palavras retumbantes do que de idéias científicas e demonstradas. Não temos filosofia, nem ciência, nem a grande poesia impessoal dos grandes gênios europeus. Temos o palavreado da carolice, a mística ridícula do beatério enfermo e fanático, de um lado, e de outro, os devaneios fúteis da impiedade impertinente e fácil; na poesia, o lirismo subjetivista, mórbido, inconsistente, vaporoso, nulo.

A nação não ama de frente a natureza, nem se une a ela pela ciência, ou pela arte. Os moços quase nunca têm uma inspiração sua, nacional, brasileira; não neutralizam a fraqueza original de nosso espírito pelo régimen saudável da ciência,

pelo estudo sério e pela higiene do corpo. Não conhecem os segredos do pensamento original e autonômico, nem procuram casar suas idéias aos arroubos de nossa natureza. Os literatos preferem desconhecer o país e o povo, seqüestrar-se d’alma nacional e viver enclaustrados nas cidades, entregues ao sonho polucionado de umas cismas raquíticas; abandonados, segundo a frase gráfica de um escritor europeu, a uma espécie de extravasamento, de *onanismo intelectual*. O rapaz aos vinte anos, entre nós, quase sempre está viciado, e aos trinta é velho de corpo e de espírito.

É a razão de toda essa galeria pátria, merencória e sombria, de tísicos e histéricos, mortos antes dos trinta anos, onde estão Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Bernardino Ribeiro, Castro Alves, Junqueira Freire, Macedo Júnior, Dutra e Melo, Franco de Sá, e muitos e muitos outros, extenuados ao sol da pátria, é certo; mas também desorientados pelas quimeras de uma educação misantrópica e prejudicial.

Todos estes moços são um mau exemplo para nós os de hoje; havemos mister de tipos mais varonis, de lutadores mais valentes.

O grande prestígio da ciência e indústria modernas está no poder de neutralizar as influências deprimentes do mundo exterior. Compenetremo-nos disto; lancemos mão de todos

os seus recursos; tenhamos a educação do real, a higiene experimental do espírito. Neste ponto parece que vamos retrogradando. A geração dos homens vigorosos vai-se acabando, como se vão acabando as nossas matas; temos hoje em paga o beribéri, a febre-amarela, e um descrédito cada vez mais crescente aos olhos do estrangeiro.²²

A ação do meio físico em sociologia e na literatura pode-se determinar pelo clima, pelo aspecto geológico e topográfico do país, pela alimentação do povo. Quanto a esta, consistente entre nós, pela mor parte, em féculas e grãos, é pouco nutritiva e incapaz de avigorar um povo sadio. Faz-se exceção talvez para os sertanejos das zonas pastoris do Norte e do Rio Grande do Sul que, em regra, são vigorosos. Os habitantes das matas e das praias são de ordinário anêmicos e enfraquecidos.

O clima está quase nas condições da descrição de Michel Lévy, que ficou transcrita. Resta o aspecto geral da natureza. Se a ação das duas outras forças é mais poderosa, como agente estático, a da última é uma lei de evolução, de renovamento, de adaptação cenogenética. Por este lado, a fisionomia geral do Brasil pode influir muito sobre a formação de nosso gênio particular de nação.

Não temos monstruosidades naturais; nem desertos como os da África e da Arábia, nem

savanas e estepes como as da Rússia e da República Argentina, nem montanhas fantasmagóricas como as do Indostão e do Tibete, nem vulcões como os do México e Peru; nem o sol de fogo da Austrália, nem o céu nublado do Norte da Europa. O nosso céu é brilhante; as tardes e as manhãs límpidas; o todo do país é onduloso e coleado de montanhas acessíveis, as costas cheias de anfractuosidades amenas e suaves, onde não estruge um mar aterrador. Se não temos um golfo de Gasconha no oceano, não temos também o Saara, nem o Himalaia em terra.

As noites são claras e tépidas. Tudo nos convida para as concepções naturalistas, calmas, serenas, sem nebulosidade. Oxalá a obra dos homens corrija a natureza no que ela aqui tem de mau e desenvolva os bons germens que ela aqui tanto nos prodigaliza!

Se a nossa literatura, submetida a um exame sério, não justificar este lado bom de nosso meio, será que os agentes maléficos hão só nela influído. Creio, porém, que, por este lado, tudo não foi em pura perda para nós. O caráter prático do português, aliado a raças tropicais, como a tupi e a africana, não produziu somente entre nós tipos enfermiços e desequilibrados; produziu também homens válidos, de uma lucidez de espírito, de uma intuição pronta e segura, que

constitui o melhor título de nossas populações em geral. O brasileiro, em regra, é abstêmio; não perdeu ainda os estímulos do sério e noto que ele deseja o progresso de sua pátria. A literatura não se tem limitado a chorar e maldizer; de quando em vez também se tem ouvido o riso franco da jovialidade e a alegria entusiástica das crenças firmes e expansivas.

Se o clima não criou as raças que constituem nossa população, composta de gentes para aqui²² Isto foi escrito em 1880. Hoje o quadro é menos sombrio no tocante às febres.

18

imigradas, ele as pode modificar e modifica efetivamente. Hoje que este fato empírico está descoberto e estudado, cumpre-nos não caminhar às cegas como hordas selvagens. A política e a ciência brasileiras têm aí diante um problema a solver e a dirigir.

A ação do clima tem contribuído para nossa integração nacional; na literatura ela tem ajudado a efusão sentimental de nosso lirismo, mais doce, suave e ardente do que o lirismo herdado dos portugueses.

Nossa linguagem é mais musical e eloquente; nossa imaginação mais opulenta. Procuremos sair do lirismo subjetivista e afrontemos vastas concepções. Temos elementos que Portugal não

possui: um país vasto e rico, de um clima mais variado do que o do reino, uma população mais abundante e composta de raças que lá não existem. Não precisamos de fantasiar teorias sobre o meio e o povo para nossa característica.

Temos os fatos reais; é só averiguá-los.

O Brasil não é, não pode, não deve mais ser uma cópia da antiga metrópole.

É mais que tempo de firmarmos definitivamente nossa completa independência intelectual. Há muito que o reino não nos pode mais ser um modelo.

Nesse trabalho lento de diferenciação o clima é um aliado nosso. Este belo e esplendente céu da zona tórrida, na frase do velho Ivo d'Evreux, deve ser contado como um agente de transformações. As atuais populações do país não vivem mais nele como estrangeiras; afizeram-se ao solo; prendem-se-lhe já por um sem-número de tradições, de hábitos, de interesses; a vida brasileira já tem um molde particular, seu, mais ou menos caracterizado. Quem sabe até onde um dia chegará entre nós a ação do clima? Só os séculos futuros pode-lo-ão dizer.

Esse influxo determina-se empiricamente pelos resultados contraditórios a que frações de uma mesma raça chegaram em regiões diversas. Que distância entre os arianos da Itália e da Grécia e os da Índia! Aqui o calor produziu todos

estes terríveis efeitos eloquientemente assinalados por Hipólito Taine:

“O sol da Índia é terrível; ninguém o pode suportar com a cabeça descoberta, exceto as populações indígenas de pele escura. Figurai-vos, debaixo de um céu sufocante, uma raça estrangeira saída de um país temperado ou quase frio: os exercícios do corpo tornam-se intoleráveis; o gosto pelo repouso e pela preguiça começa; o estômago não tem mais necessidades; os músculos amolecem-se; os nervos tornam-se excitáveis; a inteligência sonhadora e contemplativa, e vereis formar-se o povo esquisito que os viajantes nos descrevem hoje: uma sensibilidade feminina e estremecedora; uma delicadeza de percepção extraordinária; uma alma situada lá nos confins da loucura, capaz de todos os furores, de todas as fraquezas e de todos os excessos, pronta a desconjuntar-se ao menor choque, vizinha da alucinação, do êxtase, da catalepsia; uma imaginação pululante, cujos sonhos monstruosos amoldam e torcem o homem como gigantes esmagam um verme.”²³

Eis aí a que ficou reduzida pelo clima da Índia a raça mais progressiva e inteligente da terra. Se o nosso céu não é tão déspota, não deixa de sê-lo também até certo ponto. Conjuremos sempre por novas levas de imigrantes europeus a extenuação de nosso povo; conjuremo-la por meio de todos

os grandes recursos da ciência. É esta a lição dos fatos.

CAPÍTULO V

A NAÇÃO BRASILEIRA COMO GRUPO ETNOGRÁFICO E PRODUTO HISTÓRICO

É incontestável a tendência moderna para reduzir as chamadas ciências morais a uma prolação da história natural. Depois que o homem deixou de ser o centro e a medida das coisas, depois que se lhe marcou o genuíno lugar na criação, o modo de tratar a história e os outros ramos científicos, que se lhe prendem, sofreu uma alteração radical.

A antiga maneira de fazer a crítica literária fundada nas regras *eternas* do *bom gosto*, modificou-se de uma vez e foi obrigada a aceitar a relatividade de seus conceitos.

Desde Buckle e Gervinus, começou-se a estudar a ação dos diferentes *meios* sobre os diversos povos; desde Taine e Renan, admitiu-se, além disso, o influxo divergente das raças nas criações religiosas e artísticas.²⁴

Antes destes escritores essa intuição era existente; eles a tornaram clássica e vulgar. Começaram a aparecer então os exageros, e os dilettantes literários não tiraram mais da boca as palavras *meio* e *raça*!... Sobre a antiga retórica

fundou-se outra com seus termos místicos e sagrados. Improvisaram-se teorias fantasiosas sobre povos de formação recente, e, entre outros, Portugal, por exemplo, teve sua *raça* peculiar nos *moçárabes* e seu *meio* absolutamente distinto do resto das Espanhas pela vizinhança do *mar*, que não é, por certo, uma exceção portuguesa!...

²³ *Nouveaux Essais de Critique et d' Histoire*.

²⁴ Renan e Taine tinham sido antecedidos pelo Conde de Gobineau.

19

Entretanto, os fatos aí estão para impor-nos grande reserva: de um lado, a verdade inconcussa de que as velhas raças pré-históricas são quase desconhecidas e que as raças históricas, como as dos arianos, semitas e altaicos, desde a mais remota antigüidade, têm vivido no mais completo cruzamento e quase fundidas. O critério para a sua separação é quase puramente lingüístico, e a lingüística é um critério bem fraco em etnografia, especialmente entre os povos modernos e recentes, resultantes da fusão de muitas raças.

Por outro lado, o estudo da mesologia começa apenas a esboçar-se e ainda não se sabe totalmente como os *meios* modificam os povos. Tudo isto é certo e é-o também que estes, por sua parte, reagem contra aqueles. O *meio* não funda uma raça; pode modificá-la e nada mais. Deve-se,

neste assunto, contar com o *fator humano*, isto é, com uma força viva prestes a reagir contra todas as pressões por intermédio da cultura.

Não contesto a ação dos meios e das raças, que é um achado definitivo doravante na ciência.²⁵ Imponho-me somente algum cuidado no manejo de meu assunto: a literatura pátria. O povo brasileiro é um grupo étnico estreme e característico, ou é uma determinada formação histórica? Nem uma nem outra coisa, respondo resolutamente.

Não é um grupo étnico definitivo; porque é um resultado pouco determinado de três raças diversas, que ainda acampam em parte separadas ao lado uma da outra.

Não é uma formação histórica, uma raça sociológica, repetindo a palavra de Laffitte, porque ainda não temos uma feição característica e original. Temos porém os elementos indispensáveis para tomar uma face étnica e uma maior coesão histórica.

Quando se trata de caracterizar a nação brasileira, é claro que não deve ser no ar, fantasticamente, e sim em relação ao povo de que ela principalmente descende e diante daqueles que a cercam. Se o povo português não se distingue etnologicamente do espanhol, nós temos elementos para separarmo-nos consideravelmente do nosso ascendente europeu e

dos povos vizinhos que nos cercam.

A raça ariana, reunindo-se aqui a duas outras totalmente diversas, contribuiu para a formação de uma sub-raça mestiça e crioula, distinta da européia. A introdução do elemento negro, não existente na mor parte das repúblicas espanholas, habilita-nos, por outro lado, a afastar-nos destas de um modo bem positivo.

As condições especiais de nossa geografia vêm também em nosso auxílio. Não é tudo; uma circunstância, por assim dizer pré-histórica, e de que não se tem medido todo o alcance, aparece para auxiliar a característica do povo brasileiro. A principal família indígena, que ocupava esta porção da América, não se confundia com qualquer outra. Os *brasílio-guaranis* povoavam justamente a mor porção desta parte do continente, onde se vieram estabelecer o negro e o português.

Este fato concorre para separar-nos ainda mais das gentes hispano-americanas, que, além de não possuírem o elemento africano, tiveram um vasto cruzamento indígena de todo diverso do selvagem do Brasil. À vista deste fato, depreende-se por si mesmo que toda a margem esquerda do Paraguai e do Paraná é genuinamente brasileira pela origem primitiva de seus habitantes, e seria hoje uma parte do Brasil, se o não tivesse obstado a fraqueza ou a inépcia

dos governos português e imperial.

O povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, se não constitui uma só raça compacta e distinta, tem elementos para acentuar-se com força e tomar um ascendente original nos tempos futuros. Talvez tenhamos ainda de representar na América um grande destino cultur-histórico.

Dentro dos limites de uma só família humana, ramos vários podem oferecer tendências e aptidões diversas. Os franceses, italianos e alemães pertencem ao mesmo grupo ariano, e que diversidade entre eles de manifestações espirituais!... No Brasil a tendência à diferenciação pode ser ainda maior do que entre aqueles povos, se circunstâncias anômalas e retardatárias não se vierem interpor ao nosso desenvolvimento, como é muito para temer.

Encerrando o assunto deste capítulo e respondendo à questão que ele contém, em poucas palavras, direi:

A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se atualmente de brancos arianos, índios tupis-guaranis, negros quase todos do grupo banto e mestiços destas três raças, orçando os últimos certamente por mais de metade da população. O seu número tende a aumentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir. Desaparecerão num futuro talvez não muito remoto, consumidos na luta que lhes movem os

outros ou desfigurados pelo cruzamento.

O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco quase puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir.

Não é fantasia: calculavam-se em três milhões talvez os índios do Brasil; hoje onde estão eles? Reduzidos a alguns milhares nos remotíssimos sertões do interior.

Computavam-se também em alguns milhões os negros arrancados d'África pela cobiça dos brancos e hoje chegam eles por certo apenas a uns dois milhões.

²⁵ Nem o podia fazer, quando fui dos primeiros a marcá-la em nossas letras, na *Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* e outros escritos.

20

As pestes e as guerras fizeram aos indígenas o que os trabalhos forçados fizeram aos africanos. As selvas não estão mais povoadas de caboclos, para serem caçados pelas *bandeiras*; os portos d'África estão fechados aos navios *negreiros*.

A conseqüência é fácil de tirar: o branco, o autor inconsciente de tanta desgraça, tirou o que pôde de vermelhos e negros e atirou-os fora como cousas inúteis. Foi sempre ajudado neste

empenho pelo mestiço, seu filho e seu auxiliar, que acabará por suplantá-lo, tomando-lhe a cor e a preponderância.

Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca. É conhecida, por isso, a proverbial tendência do pardo, do mulato em geral, a fazer-se passar por branco, quando sua cor pode iludir.

Quase não temos mais famílias estrememente arianas; os *brancos presumidos* abundam. Dentro de dois ou três séculos a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem caracterizado. Os mananciais negro e caboclo estão estancados, ao passo que a imigração portuguesa continua e a ela vieram juntar-se a italiana e a alemã. O futuro povo brasileiro será uma mescla afro-indiana e latino germânica, se perdurar, como é provável, a imigração alemã, ao lado da portuguesa e italiana. Ouçamos um homem prático, o Dr. Hermann Rentschler: “Nos Estados Unidos, onde havia mais índios e negros do que no Brasil, a experiência tem demonstrado que no decorrer do tempo o *índio* e o *negro* desapareceram em contato com o branco.²⁶ O Brasil não deve contar seriamente com os índios e negros como elementos de uma civilização futura,

ainda que estenda até eles os benefícios do ensino primário. As futuras gerações do Brasil, se for aproveitada a colonização alemã, constituirão um povo misto de brasileiros propriamente ditos, portugueses e alemães. Os descendentes do novo povo misto serão superiores a seus antecessores, portugueses e alemães, como elemento de colonização. Transportemo-nos, em espírito, ao futuro do Brasil: aí veremos um *povo misto*, mais apto e capaz do que seus progenitores para a cultura das terras; porque serão habituados desde o nascimento ao clima e à vida do país. Uma *nacionalidade* não é um fato primeiro, que surja num dia certo do fundo tenebroso da história. Segundo o pensar de um notável etnólogo, é ao contrário o resultado de uma grande quantidade de combinações, de fusões, de eliminações e de associações, de toda a espécie. Uma vez formada, ela constitui um quadro indestrutível que se impõe aos elementos novos que se lhe vêm juntar; mas a unidade, nisto, como no mais, é um termo e não um princípio original.”²⁷

Estes fatos ficariam sem vigor para a história literária, se, ao lado do cruzamento físico, se não desse também o das idéias e sentimentos. A união neste solo de povos em tão variados estádios da inteligência influiu na psicologia do povo brasileiro. Os negros para aqui transportados estavam, ao que suponho por fatos, no momento

primeiro do fetichismo, fase primordial da idade teológica.

Os índios achavam-se no período da astrolatria, momento mais adiantado do estado fetichista.²⁸ Os portugueses eram monoteístas, último momento do teologismo; mas tinham grandes resíduos da época anterior – o politeísmo.

Daí uma grande confusão no conjunto das crenças e tradições brasileiras, que encerram elementos contraditórios de todas as fases do pensamento.

Somos um povo em via de formação; não temos, pois, vastas e largas tradições nacionais. Negros e índios pouco puderam fornecer, e os portugueses já tinham, com a Renascença, esquecido em parte as tradições da Idade Média, quando o inconsciente das coisas os atirou às nossas plagas. Daí o estado fragmentário de nossa literatura popular.

CAPÍTULO VI RAÇAS QUE CONSTITUÍRAM O POVO BRASILEIRO O MESTIÇO

No estudo dos povos que formaram a atual nação brasileira o primeiro lugar há de ser dado ao português.

Não é que ele só por si, como supuseram

sempre os retóricos das velhas crenças, tenha constituído o nosso presente estado e tenha sido o fator único de nossa civilização. Este modo de pensar arbitrário e incorreto é um dos muitos erros que devo atacar de frente. O lugar de honra deve ser dado ao português; porque ele, sem ser o único, é o principal agente de nossa cultura.

Não vejo que seja necessário, neste ponto, impertinentemente repetir sobre a etnografia das populações da Península Hispânica aquilo que sobre ela já, por muitas vezes, tem sido bem dito. Bastam poucas palavras.

Aceitando a aparição do homem sobre a Terra na época terciária, no período do *eoceno*, segundo os mais ousados antropologistas, nada se sabe de positivo sobre os habitantes pré-históricos da Península

²⁶ Sr. Rentschler ilude-se em grande parte no que diz do desaparecimento do negro nos Estados Unidos. ²⁷ *Contribuição para a Psicologia Comparada dos Povos.* ²⁸ Vide minha – *Etnografia Brasileira*.

21

Ibérica. Têm-se de admitir ali populações autóctones, que viriam prolongando-se pelos períodos geológicos seguintes – *mioceno*, *plioceno*, *pós-plioceno*.

Neste último pisa-se um terreno mais sólido,

e fatos mais averiguados se antolham ao observador. Passa-se às idades da pedra lascada e polida, e chega-se à idade dos metais. Então já muitas imigrações tinham por certo vindo sobrepor-se aos primitivos autóctones, e entra-se plenamente na fase quase histórica dos povos precursores dos semitas e arianos, raças metalúrgicas, impropriamente denominadas turanas e mais acertadamente uralo-altaicas. Os iberos, ao que se presume, pertencem a esta família. Vieram depois os lígures, os fenícios, os celtas; formaram-se os celtiberos; chegaram os cartagineses; mais tarde os romanos; e, finalmente, os suevos, os godos e os árabes.

A população da Península descende, como se vê, de uma origem variadíssima, onde entraram os primitivos indígenas, os uralo-altaicos, os semitas e os arianos. As quatro principais raças humanas estão ali representadas. O português é um resultado complicadíssimo da história; desmembrado, além de tudo, da comunhão espanhola, tem sempre tendido a caracterizar-se à parte. A ousadia de seus marinheiros e o livro dos *Lusiadas* foram os mais valentes operários nessa obra de cenogênese nacional. No século mais brilhante de sua história, veio até as nossas plagas tomar aos Tupis esta vasta região, onde fundou uma nacionalidade, que deve ser no futuro a representante, até certo ponto, de suas

tradições. Portugal oferece um espetáculo singular na história: o século de sua florescência foi também o século de seu desmoronamento. Duzentos anos lhe bastaram para crescer e fortificar-se; em 1500 apresenta-se opulento, trabalha na evolução geral da humanidade; dita aí a sua palavra; recolhe-se e cai. O Brasil não chegou a fruir as vantagens da grandeza de seus pais. Colonizado muito depois de descoberto, quando o século já ia em meio, este belo país assistiu bem cedo ao cativeiro da mãe-pátria. Franceses, ingleses, holandeses e até espanhóis disputaram-no. A colônia teve de sustentar grandes lutas para conservar-se fiel à metrópole. Estes fatos retardaram-lhe o desenvolvimento.²⁹

Qual era, entretanto, nesse tempo o estado intelectual de Portugal? – Bem lisonjeiro. Tal deve ser a resposta. Um país que tinha Gil Vicente, Camões, Cristóvão Falcão, João de Barros, Sá de Miranda e Ferreira, atravessava uma fase brilhante do pensamento. Os colonos portugueses para aqui transportados vinham de posse de uma cultura adiantada. Por que motivo, pois, não dirigiram a colonização mais sabiamente, aproveitando os índios, adaptando-os a si? Duas causas fornecem a explicação do fenômeno: a índole do caboclo, refratária à cultura, e a imperícia do governo da metrópole. Sabe-se que de João III em diante a nação

começou a perder os largos estímulos, o povo a definhar, o jesuitismo a expandir-se e a carolice desenfreada a erguer o colo.

A Espanha espreitava de longe e no momento azado pôs a mão sobre a presa.

Não se trata aqui de escrever a história exterior do Brasil, senão de indicar a traços rápidos as primeiras sementes do pensamento nacional.

Concebe-se facilmente que os portugueses não vieram para este país no primeiro século de sua descoberta em vastas levas para um território exíguo; passaram-se em pequenas porções a estabelecer-se isoladamente num território vastíssimo. Formaram-se por isso núcleos isolados, quase incomunicáveis, à vista das dificuldades de relações existentes então no país.

São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão foram os principais centros da população portuguesa no Brasil durante mais de duzentos anos.

Daí um certo caráter contraditório entre esses núcleos, que não vieram a formar outras tantas populações distintas em vida e tradições; porque os colonizadores, oriundos de um país exíguo e centralizado, pensavam pelo mesmo molde, e, por um fenômeno singular, as principais tribos selvagens brasileiras pertenciam a uma só raça e tinham a mesma intuição das coisas.

Os portugueses, quanto ao seu regímen mental, estavam numa fase monotéica alimentada pelo catolicismo; mas diluída, de um lado, por muitos resquícios fetichistas, e, de outro, pela confusão metafísica. Era no tempo transitório da *Renascença* e da *Reforma*, época de renovamento, de que o velho reino não pôde tirar largos proventos. O regímen teocrático, ajudado pelos jesuítas, amordaçara a nação, que na América viu nos índios mais os hereges que deviam ser extirpados do que os braços que podiam ser aproveitados.

A consideração de ter o jesuíta se aliado ao índio contra o português e o negro, não tem valor contra fatos mais gerais. O português na América procedia de acordo com suas idéias, com sua intuição do mundo e da humanidade; e um tal modo de pensar era em grande parte de formação fanática e jesuítica. Se os padres da companhia, contradizendo-se, deixavam escravizar o negro e protegiam o índio, é que em seus cálculos eles sonhavam um império exclusivamente seu, formado sobre o indígena. O inconsciente da história venceu-os; na luta pela existência o português suplantou o caboclo e o jesuíta. O negro serviu-lhe de arma e de apoio; tal o seu grande título histórico em o Novo Mundo.

Ao português devemos a colonização por uma raça européia, seu sangue e suas idéias, que

nos prendem ao grande grupo de povos da civilização ocidental. Pertencente, porém, ao grêmio dos povos

²⁹ Vide *Découverte et Colonisation du Brésil*, por A. Debidour.

22

ibero-latinos, trouxe-nos também seus prejuízos de toda casta, políticos, sociais, religiosos, econômicos, e tantos males crônicos que lavram n'alma daqueles povos.

Passemos aos indígenas. Existem já alguns trabalhos de valor sobre as populações selvagens brasileiras. Os escritos de Frederico Hartt, Batista Caetano, Ferreira Pena, Couto de Magalhães, José Veríssimo, Batista de Lacerda, Rodrigues Peixoto e Barbosa Rodrigues, lançam alguma luz sobre o estado intelectual dos Tupis-Guaranis. Serão aproveitadas neste livro para o estudo de suas antigüidades, poesia, danças, música e línguas. Sobre certas particularidades de seu viver de preferência devem ser ouvidos os velhos cronistas, e entre todos o Padre Ivo d'Evreux, o mais minucioso.

Eu acredito na origem poligenista do homem, defendida por Morton, Nott, Agassiz, Littré e Broca.

Parece-me um exagero, ditado por uma velha preocupação ortodoxa, reduzir todas as raças humanas a uma só origem avita primitiva.

A unidade das espécies vivas é um fato positivo, demonstrado desde Lamarck; elas porém não se desenvolveram num centro único para dali emigrarem; surgiram por transformações espontâneas em vários pontos do globo.

É o que aconteceu com o homem; em mais de um ponto da terra o animal, seu precursor, chegou espontaneamente ao estado de produzi-lo.

Parece-me que nesta questão Vogt e Broca interpretam melhor o verdadeiro sentido do transformismo do que Haeckel.

As raças americanas são um produto do meio americano. Desde a época do megatério o homem tem sempre existido nesta parte do mundo. As nações aqui encontradas no tempo da descoberta não se devem, todavia, confundir com os homens das cavernas.

No próprio seio do continente formaram-se raças diversas, de maior ou menor energia intelectual, que reagiram umas sobre as outras.

A desastrada hipótese do Sr. Barbosa Rodrigues, que os faz provir dos escandinavos, e a de Varnhagen que os derivava dos cários, são tão justificáveis, como as daqueles que os supunham oriundos dos judeus, quando dispersos pelo mundo no século primeiro de Jesus.³⁰

Inaceitáveis são também as hipóteses que os fazem vir da Ásia, da Oceania ou da África. À bibliomania emperradamente ortodoxa deve-se esse impertinente esforço para procurar parentescos aos americanos entre os antigos descendentes de Jafet, Sem e Tur; arianos, semitas e pretensos turanos têm sido chamados para ascendentes dos nossos indígenas.

Por que motivo o Velho Mundo havia de ter o privilégio de produzir tantas raças e o Novo Continente nenhuma? Os habitantes da América vieram, como se diz, da Europa ou da Ásia, e os destas regiões donde vieram? A dificuldade remove-se; mas não é resolvida.

Agassiz provou que as raças humanas distinguem-se entre si na mesma proporção em que se distinguem a fauna e a flora de sete ou oito centros diversos do mundo. Estes reinos *de criação*, como ele os chamou, ou reinos *de aparição*, na frase de Rialle, oferecem a singularidade de que os homens neles originados aproximam-se dos antropóides do respectivo habitat.³¹

Os argumentos dos monogenistas contra o indigenismo dos povos americanos têm sido vitoriosamente combatidos. Não é este o lugar de entrar em miúdas considerações sobre os motivos que me levam a aceitar as conclusões da grande escola de Morton e Nott.³²

Basta-me ponderar que os dois novos argumentos dos adversários são também improcedentes. O primeiro é tirado da ausência n’América dos animais antropomorfos, gibão, orangotango, gorila, chimpanzé, considerados como os mais próximos parentes do homem, por descenderem de um antepassado comum. Este argumento é uma aplicação imponderada, torcendo-se-lhe o sentido, da doutrina darwiniana ao problema da origem dos americanos. Sabe-se que, se interpretado num sentido por Haeckel, o transfor

mismo prende-se à teoria monogenista do homem, não é menos exato que mais largamente interpretado nesta questão por Broca, coaduna-se perfeitamente com a doutrina contrária – o poligenismo. Além de tudo, o fato alegado não tem por si grande valor.

Desvia-se perfeitamente o golpe, advertindo que jamais foi o homem considerado um filho, um descendente dos antropomorfos. É apenas considerado um parente colateral mais ou menos afastado. Se não é filho, também não é irmão; é um primo em segundo ou terceiro grau.

Sua existência num ponto qualquer não implicaria necessariamente a aparição da parentela colateral.

³⁰ Sobre as raças pré-históricas do Brasil vide as cartas de Lund publicadas na *Revista do Instituto Histórico* e os trabalhos eraniológicos de Rodrigues Peixoto e Batista de Lacerda impressos nos *Arquivos do Museu Nacional* e os modernos trabalhos de von den Steinen e Ehrenreich.³¹ *Types of Mankind*, de Nott e Gliddon.

³² Vide *Etnografia Brasileira* e o opúsculo *Os cantos e Contos Populares do Brasil e o Sr. Teófilo Braga*, pelo autor.

23

Acresce também que o animal que Darwin supõe ter sido o progenitor imediato do homem, não foi ainda encontrado em parte alguma da Terra, nem mesmo em estado fóssil. Esta importante lacuna dá se em todo o mundo e não somente n'América. A conseqüência, pois, tirada contra este continente é precipitada.

O outro argumento, desenvolvido pelo Professor Henrique Fischer, de Friburgo, e levianamente adotado pelo fantasista Barbosa Rodrigues, foi vitoriosamente batido por A. W. Meyer, mineralogista em Dresde. A doutrina fischeriana consiste em dizer que, não havendo na América jazidas nativas de nefrite e jadeíte, e encontrando-se objetos manufaturados dessas duas pedras no Mundo Novo, era concludente admitir que tinham sido trazidos pelos primitivos

colonizadores asiáticos. Meyer combate com rigor tais conclusões e indica jazidas nativas daqueles materiais na Europa, na Oceania, na própria América, e não somente na Ásia, contra a opinião de seu colega de Friburgo.³³

Deixem-se as teorias aventuroosas e estudem-se os americanos como um produto do continente. O Abade Hervás classificara em quatro grandes troncos as raças da América do Sul: – *Araucâniros, Guaranis, Quéchuas e Caribes.* – A. d'Orbigny, em três: *Ando-Peruvianos, Pampianos e Brasílio-Guaranis.* Batista Caetano, aventando a idéia de uma redução, parece todavia conformar-se provisoriamente com a divisão de d'Orbigny. Os índios do Brasil constituíam o grupo dos *Brasílio Guaranis*, chamados também Tupis, ou simplesmente Guaranis. Havia, porém, algumas tribos que foram por Martius tiradas do grande tronco: *Guaicurus, Jês, Guckks*, e outras. Batista Caetano supõe. haver aqui exagero.

“É embalde, diz ele, que se pretende multiplicar a divisão das tribos americanas sem motivo plausível, nem fundamento, quer nos caracteres etnográficos, quer na linguagem. A uniformidade do tipo americano permanece e subsiste em confronto com os outros tipos, e as diferenças que apresentam entre si os diversos povos são apenas variedades, e não são maiores

que as que apresentam povos da mesma família indo-européia entre si, e ainda mais os variegados povos asiáticos. As simples condições geográficas, como o pensaram Humboldt e Alcide d'Orbigny, são suficientes para determinar as diferenças que se supõem consideráveis, e que bem examinadas não no são efetivamente; as simples condições geográficas, quando nada mais importem, acarretam diferença no modo de viver e nos costumes, que paulatinamente influem na organização e na índole da população. Pouco mais de três séculos têm decorrido desde a descoberta das terras de Santa Cruz, e entretanto o luso-americano do Pará ou do Ceará já se diferença bastante do luso-americano da montanhosa província de Minas ou das terras proporcionalmente frias do Rio Grande do Sul.”

Dou como certa a hipótese do autoctonismo das raças americanas e aceito como provável a classificação de d'Orbigny, quanto às nações da América Meridional. No que toca aos índios do Brasil, acompanho a Batista Caetano nas reduções que faz às classificações de Martius.³⁴

Qual era, porém, o estado intelectual e moral dos índios do Brasil? É preciso considerá-los quanto às suas indústrias, suas crenças religiosas, suas idéias políticas e sociais.

Estavam os indígenas brasileiros quase todos no período da pedra polida, idade que se segue à

da pedra lascada e é seguida pela dos metais. O Dr. Couto de Magalhães supõe que no Brasil não se encontram vestígios de utensílios e armas da idade da pedra lascada. Acredita que os nossos índios passaram por esta fase em alguma outra região, e, quando imigrados para o Brasil, achavam-se na idade superior.³⁵

Sabe-se que as diferentes raças não passam pelos mesmos estádios da inteligência ao mesmo tempo; hoje, na fase da indústria e da ciência européia, ainda há povos que empregam a pedra lascada, ou um pouco menos.

Pelo estudo geológico, porém, é certo ser bastante raro o caso de encontrar-se a pedra polida fora dos terrenos recentes.³⁶ A ser exato o que pensa o Dr. Couto de Magalhães, seria forçada a conclusão de que o homem terciário e o quaternário não existiram no Brasil, o que fere de frente as descobertas do Dr. Lund. Se, como pensava este sábio, o Brasil desde a época do *pós-plioceno* e mesmo a datar da do *plioceno* era habitado, desde que a espécie humana existe sobre a Terra, ela existiu no Brasil.

Deveria ter aqui atravessado todas as fases de seu desenvolvimento, deveria ter usado da pedra lascada. Se esta não tem sido encontrada, é que os estudos neste sentido não têm, por certo, sido bem dirigidos.

³³ A. W. Meyer, *Die Nephritfrage Kein ethnologisches Problem*, 1883. – Tendo eu, no País, ns. 23 e 24, de outubro de 1884, divulgado no Brasil a doutrina de Meyer, em meu artigo *O Sr. Barbosa Rodrigues e a questão da pedra nefrite*, o ilustre professor enviou-me mais os quatro opúsculos seguintes: *Ein neuer Fundort von Nephrit in Asien*, 1883; *Einzweiter Rohnephritfund in Steiermark*, 1883; *Rohjadeit aus der Schweiz*, 1884; *Ueber Nephi und ahnlisches Material aus Alaska*, 1884.

³⁴ As classificações de Hervas, d'Orbigny, Martius e Batista Caetano cedem presentemente o passo à classificação de von den Steinen: *Tupís, Caraíbas, Nu-aruaques, Gucks.*³⁵ *O Selvagem.*

³⁶ Z. Moindron, *Ancienneté de l'Homme*, pass. – É a regra geral, que só admite raras exceções.

24

Investigações bem acertadas poderão resolver o problema. Uma folha do Rio Grande do Sul publicou estas palavras que dão testemunho do homem geológico no Brasil e também da pedra lascada: “Carlos de Koseritz recebeu do dr. Rösch dois crânios antiquíssimos, que o ilustre engenheiro achou num sambaqui da província do Paraná e cuja antigüidade remonta a milhares de anos. São documentos interessantíssimos do *homo americanus* em sua forma primitiva.

“A extraordinária espessura dos crânios, que atinge de 1 centímetro a 1 ½, as proporções do ângulo facial, a extraordinária depressão nas têmporas, que de lado a lado não passam da distância de 10 centímetros, a imensa robustez e grossura das mandíbulas, o pronunciado prognatismo, tudo enfim prova que aí temos restos autênticos do homem *pré-histórico brasileiro*, o que aliás confirmam armas de pedra lascada, ou mal polida, assim como um dente de animal não classificado, mas evidentemente de raça extinta, que foram achados juntos aos crânios.”³⁷

Achados destes poder-se-ão repetir quando estudos vastos forem iniciados, e então as pedras lascadas hão de aparecer, ao lado do homem contemporâneo do megatério. Carlos de Koseritz, meu bom e saudoso amigo, em seus *Subsídios etnológicos*, descreve muitos objetos de pedras lascadas pertencentes à sua coleção americana.

“O dr. Lund, dizem Zaborowski e Moindron, explorou mais de oitocentas cavernas, e numa delas encontrou ossadas de trinta indivíduos da espécie humana, no mesmo grau de decomposição dos ossos dos animais fósseis que as acompanhavam.

“Era impossível não concluir daí ser o homem contemporâneo do megatério, cuja idade na América do Sul corresponde à do mamute na

Europa.”

Os sábios europeus, tendo em alta conta os trabalhos de Lund, tiraram deles as conclusões que o distinto dinamarquês só limitadamente se atreveu a tirar. Não só o homem geológico existiu no Brasil, como foi deste país que partiu uma das primeiras provas de tão notável verdade científica.

Quanto às armas de pedra que os nossos índios usavam, delas sabemos desde o tempo de Ivo d'Evreux, que nos não diz se da lascada ou da polida. “Lá para o lado do oeste havia uma nação, de que nunca se falou, desconhecida por todos os Tupinambás, moradora nos matos na distância de mais de 400 ou 500 léguas da ilha, sem conhecer a vantagem dos machados e das foices, pois apenas se serviam dos machados de pedra, e assim viviam, etc.”³⁸

Por este falar do bom padre, dir-se-ia que aquilo era um fato singular e que os Tupinambás conheciam as foices e machados de ferro. Devemos observar, porém, que o a capuchinho assim se expressava em 1614, e os povos com quem lidou, havia muitos anos, andavam em contato com os europeus. Sílices lascados foram achados em Mercedes, perto de Buenos Aires, segundo Joly.³⁹ O que mais interessa consignar é que o tupi-guarani, tendo passado da pedra lascada, já empregava a polida.

A razão não milita também do lado do autor do *Selvagem*, quando dá o índio por completo agricultor, sem ter sido pastor. Quando se diz que um povo é pastor ou e agricultor, não se quer dizer que ele não conheça um ou outro uso da indústria próxima; dá-se-lhe o nome da indústria predominante. Os nossos índios, segundo o testemunho de antigos e modernos, viviam e vivem ainda quase exclusivamente da caça e da pesca; eram um povo caçador. Podemos ler todo um volume de Gabriel Soares, ou de Ivo d'Evreux, mui pouco se nos depara sobre a agricultura dos selvagens. Da caça e da pesca encontram-se muitos esclarecimentos.

Como poderia, além de tudo, o guarani ter sido noutras paragens pastor, e não trazer consigo os seus animais domésticos para a nova pátria? O período pastoril constitui uma fase importantíssima na vida dos povos; cria proventos que não mais se perdem; a passagem para um estádio superior não importa o esquecimento das aptidões adquiridas. Se nosso selvagem tivesse domesticado alhures animais, tê-los-ia trazido ao Brasil.⁴⁰

Os índios eram nômades, caçadores; estavam no grau de atraso do homem geológico; dificilmente podiam ter sido agricultores. As tribos ainda hoje em estado puramente selvagem não têm outra agricultura, além do cultivo da

mandioca em diminuta escala e ainda menos do milho talvez. Só algumas tribos sedentárias do litoral desenvolveram-se mais neste sentido, especialmente os extintos Tamoios.

Além das armas e instrumentos de pedra, além de suas indústrias de caça e pesca, e do conhecimento de uma ou outra planta, possuíam nossos indígenas uma arte cerâmica ainda na infância.⁴¹ Talhas, panelas, púcaros e igaçabas constituíam-na.

³⁷ *Gazeta de Porto Alegre* de 20 de junho de 1881.

³⁸ Ivo d'Evreux, *História da Missão dos Padres Capuchinhos*, Trad. do dr. C. Marques.

³⁹ *L'Homme avant les Métaux*.

⁴⁰ Vide minha *Etnografia Brasileira*, no cap. sobre Couto de Magalhães.

⁴¹ Barbosa Rodrigues, *Antiguidades do Amazonas*, in *Ensaios de Ciência*.

Tenha-se, porém, muito cuidado com as exagerações deste autor, quando entra a desvairar sobre a hipótese *escandinava*, que não sei como ele conciliará com os empréstimos tomados recentemente a H. Fischer, que considera os nossos índios oriundos do Turquestão.

Sob o ponto de vista religioso o caboclo tem sido diversamente apreciado. Ivo d'Evreux,

noutros pontos bem-informado, assim se exprime: “Estes selvagens sempre chamaram a Deus Tupã, nome que dão ao *trovão*, à maneira do que se pratica entre os homens, isto é, terem as obras-primas o nome do autor. Note-se, porém, que este nome no singular não se aplica aos relâmpagos e trovões, que rebentam e iluminam todas as partes, por cima da cabeça dos selvagens, aterrando-os, porque sabem e reconhecem que eles são formados pela poderosa mão *d'Aquele* que habita nos Céus. Por intermédio do intérprete informei-me dos velhos do país se eles acreditavam que este *Tupã*, autor do trovão, era homem como eles. Responderam-me que não, porque, se fosse um homem como nós, seria um grande senhor, e como poderia ele correr tão depressa, do oriente para o ocidente, quando *troveja* ao mesmo tempo sobre nós e nas quatro partes do mundo, tanto em França, como sobre nós? Demais se fosse *homem*, era necessário que outro homem o fizesse, porque todo homem procede de outro homem. Ainda mais: *Jeropari* é o *criado de Deus*, e nós não o vemos, ao passo que todo o homem se vê, e por isso não pensamos que *Tupã* seja um homem.

“Mas, repliquei eu: que pensais que ele seja? Não sabemos, responderam; porém pensamos que *existe em toda parte*, e que fez tudo quanto existe. Nossos *feiticeiros* ainda não falaram com *ele*; pois

apenas falam com os companheiros de *Jeropari*.

“Eis a crença de Deus, *sempre pela natureza impressa nos espíritos dos selvagens, que contudo não o reconheciam por meio de preces e de supícios*. Acreditavam naturalmente nos espíritos *bons e maus*. Chamam os bons espíritos ou anjos – *Apoiauené*, e os maus ou diabos – *Uoiupia*. Vou contar-vos o que pude colher de suas conversas por diversas vezes.

“Pensam que os anjos lhes trazem chuva em tempo próprio, que não fazem mal às suas roças, que não os castigam, nem os atormentam, que sobem ao *Céu para contar a Deus* o que se passa aqui na Terra, que não causam medo nem à noite, nem nos bosques, que acompanham e protegem os franceses. Pensam que os diabos estão sob o domínio de *Jeropari*, que era criado de Deus, e que *por suas maldades*

Deus o desprezou, não querendo maisvê-lo, nem aos seus, pelo que aborrecia os homens e nada valia; que os diabos impedem a vinda das chuvas em tempo próprio, que os trazem em guerra com seus inimigos, que os maltratam, e lhes fazem medo, habitando ordinariamente em aldeias abandonadas, especialmente em lugares onde têm sido sepultados os corpos de seus parentes.”

Dificilmente se poderia encontrar um mais completo espécimen de superfetação religiosa. Eis aí um capítulo inteiro de teologia católica

superposto às crenças dos Tupis. Ali está o Deus, todo-poderoso, incompreensível, imenso, onisciente, presente em toda a parte, criador do Céu e da Terra; ali aparecem os anjos, e também os demônios com *Satã* à frente. A ingenuidade do Padre Ivo, porém, traiu-se quando disse que o Deus do índio era o *tupã*, e que *tupã* é trovão, e quando asseverou que o selvagem não lhe prestava nenhum culto!... Adestrado, o padre previne a objeção tirada da palavra empregada no singular ou no plural.

O estudo do regímen mental de uma raça não se determina senão à vista do complexo de suas crenças e de suas idéias. Na ordem das armas e dos utensílios o índio estava na idade de pedra; na esfera das indústrias era caçador; nas idéias religiosas estava no período do teologismo puro, no segundo momento do fetichismo: a astrolatria. Não podia ser monoteísta. Também não era politeísta, como parece ensinar o Dr. Couto de Magalhães, quando lhe empresta uma mitologia de *Anhangá*, *Curupira*, *Jeropari*, *Caapora*, *Saci-Pererê*, *Boitatá*, *Urutau*, *Rudá*, *Uirapuru*, *Boiaçu*, etc., com *Tupã* à frente.⁴²

Em 1874 tive ensejo de combater o celebrado etnólogo neste ponto e escrevi estas palavras: “Os selvagens de nosso país estavam no grau de atraso do homem geológico, o homem da idade de pedra. Não podiam ter uma religião que

reconhecesse um *Ser Supremo*. O contrário é desdenhar ou desconhecer os achados da crítica moderna, que assinala os diferentes períodos das formações das mitologias, das religiões e da poesia. Umas tribos desgarradas pelos desertos e matas, e outras reunidas em paupérrimas palhoças, sem indústria assinalável, usando da pedra para utensílios, como o homem das cavernas, sem tradições, sem heróis, sem história, não podiam possuir a noção do *Ser Supremo*, como não podiam ter uma verdadeira poesia. Estavam pouco além da época de puro naturalismo, em que o terror faz crer que as nuvens, os trovões (*tupã*), as tempestades, são seres ferozes que se devem respeitar. A grei cabocla, encarada por todas as faces por que pode ser pela ciência, à luz de idéias sãs e longe do influxo de caducos prejuízos, achava-se em um dos mais remotos degraus da escala da civilização. Caçador, ainda hoje no seu descendente, nem sequer o índio estava além daquela segunda fase do período fetichico, a idade da *astrolatria*, de que fala Augusto Comte. Prova-o o seu culto do Sol e da Lua, *Guaraci* e *Jaci*, ainda um pouco indeciso, é verdade. É lícito dizer que já havia passado a época do mais flutuante naturalismo. Demonstra-o o complexo de sua intuição do mundo, acorde com o dos povos ainda no mesmo estado, um dos mais

recônditos da pré-história, onde é dado penetrar.

⁴² *O Selvagem*, 2^a parte

26

“Não cumpre só dizer, como fez o Dr. Couto de Magalhães, que o selvagem não era *monoteísta*; é mister mostrar o que ele foi. É claro que não era ainda *politeísta*, como talvez suponha o ilustre indianólogo.”⁴³

Tive grande prazer de ver confirmadas por um homem competente, o Sr. José Veríssimo, tais idéias aventadas, há alguns anos, e que não deixaram de causar estranheza a mais de um leitor.⁴⁴ Agora o estado social e político do brasílio-guarani. Existem guias antigos e modernos. Entre estes Couto de Magalhães assinala vários tipos da família, variando do exclusivismo rigoroso dos *Guatós* e *Xambioás*, até o comunismo das mulheres dos *Caiapós*. “O comunismo das mulheres entre estes , diz o autor do *Selvagem*, consiste nisso: a mulher desde que atinge a idade em que lhe é permitido entrar em relação como homem, concebe daquele que lhe apraz. No período da gestação a amamentação é sustentada pelo pai do menino, o qual pode exercer igual cargo para com outras, que durante períodos idênticos moram na mesma cabana.

Desde que a mulher começa a trabalhar é livre de conceber do mesmo homem, ou pode procurar outro, passando para este o encargo da sustentação da prole anterior. “Notarei que entre os selvagens o menino começa a cuidar da própria subsistência desde os dez anos, sendo contudo auxiliado pelos parentes até que baste a si mesmo”.

Segundo este autor, os *Guatós* e os *Xambioás*, sem serem monógamos, são o mais exagerado tipo dos direitos do homem sobre a mulher. Nessas tribos as mulheres não têm licença nem de olhar para um homem estranho; são recatadíssimas. Entre os *Xambioás* existe a casta anômala e torpe dos homens destinados a *viri-viduarum*; são indivíduos que em mais nada se ocupam e são sustentados pela tribo.

As adúlteras são queimadas vivas.

O matrimônio precoce é impedido com as maiores cautelas. O casamento é aos vinte e cinco anos de idade, ou mais comumente aos trinta. A virgindade no homem é, quase sempre, mantida até essa época.

Entre os testemunhos antigos destaca-se o do venerando Ivo d'Evreux. Não é possível extratar aqui o infinito número de noções que se me deparam na obra do padre francês.

Limito-me a rápidas indicações. Ivo d'Evreux consigna entre os índios do Maranhão a

antropofagia, a entrega das filhas e parentes aos hóspedes, a punição do adultério, a escravidão, o uso constante de guerras, danças, música, o uso de fumar, de bebidas fermentadas, pinturas e incisões no corpo, o hábito de ajudarem-se no trabalho, formando o que hoje chamamos *putirão*. Tinham os chefes ou maiorais, que ordinariamente eram os mais distintos na guerra.

Do notável clássico ouçamos um belo trecho, que pinta bem ao vivo o caráter e o espírito do selvagem:

“Indaguei e procurei saber muito o modo como se preparavam para a guerra, não me contentando só com as informações. Em primeiro lugar as mulheres e suas filhas preparam a farinha de munição, e em abundância, por saberem naturalmente que um soldado bem nutrido vale por dois, que a fome é a coisa mais perigosa num exército, por transformar os mais valentes em covardes e fracos, os quais, em vez de atacar o inimigo, buscam meios de viver.

“É diferente da usual esta farinha de munição, por ser mais bem cozida e misturada com carimã para durar mais tempo; embora menos saborosa, porém mais sã e fresca. Em segundo lugar empregam-se os homens em fazer canoas ou consertar as que já possuem próprias para este fim, porque é necessário que sejam compridas e largas para levarem muitas pessoas,

suas armas e provisões, e contudo são feitas de uma árvore, cortada bem perto da raiz, sem galhos e ramos, ficando apenas o tronco bem direito em toda a sua extensão, e então tiram-lhe a casca e racham-na, dando-lhe meio pé de largura e profundidade: neste caso lançam-lhe fogo nessa fenda por meio de cavacos bem secos e vão queimando pouco a pouco o interior do tronco; raspam com uma chapa de aço e assim vão fazendo até que o tronco esteja todo cavado, deixando apenas duas polegadas de espessura, e depois com alavancas dão-lhe forma e largura. Estas canoas conduzem às vezes 200 ou 300 pessoas com as suas competentes munições.

“São conduzidas por mancebos fortes e robustos, escolhidos de propósito, por meio de remos de pás, de três pés cada um, que cortam as águas a pique e não de travessia. Em terceiro lugar preparam as suas penas de cores vermelhas, amarelas, verde-gaio e violetas, que prendem aos cabelos com uma espécie de cola ou grude.

“Enfeitam a testa com grandes penas de araras e outros pássaros semelhantes, de cores variadas, e dispostas à maneira de mitra, que amarram atrás da cabeça.

“Nos braços atam braceletes também de penas de diversas cores, tecidos com fio de algodão, semelhante à mitra de que acabamos de falar.

“Nos rins usam de uma roda de penas de cauda de ema, presas por fios de algodão, tintos de vermelho, cruzando-se pelos ombros à maneira de suspensórios, de sorte que, aovê-los emplumados, dir se-ia que são emas que têm penas nestas três partes do corpo. Quis saber por intermédio do meu intérprete

⁴³ Vida do autor o opúsculo *Etnologia Selvagem*. – Já em 1872 tinha-me expressado neste sentido no *Movimento*, do Recife.

⁴⁴ Vide o artigo *Religião dos tupís-guaranís*, na *Revista Brasileira*, de 1º de julho de 1880.

27

por que traziam sobre os rins estas penas de emas: responderam-me que seus pais lhes deixaram este costume, para ensinar-lhes como deviam proceder na guerra, imitando a ema, pois ela quando se sente mais forte ataca atrevidamente o seu perseguidor, e quando mais fraca abre as suas asas, despede o vôo e arremessa com os pés areia e pedras sobre seus inimigos; assim devemos fazer, acrescentaram eles.

“Estou certo de que muitas pessoas se admirarão, não só do que acabo de dizer, mas também como é possível buscarem estes selvagens meios de governarem-se entre a prática dos animais... Estes selvagens imitam com a maior perfeição possível os pássaros e animais do

seu país, os quais eles exaltam nos cantos que recitam em suas festas. Porque nos pássaros de sua terra predominam as cores verde-gaio, vermelha e amarela, eles gostam de panos e vestidos destas três cores. Porque as onças e os javalis são os animais mais ferozes do mundo, eles arrancam os seus dentes, e os trazem nos lábios e orelhas a fim de parecerem mais terríveis. As penas das armas são postas nas extremidades dos arcos e flechas. Assim e preparados, bebem publicamente o vinho de *muai*, e dizem, adeus aos que ficam.”

Pelo que se acaba de ler, bem se pode avaliar que o autor fala de tribos, que já tinham dos europeus aprendido o uso do aço e do ferro, e que possuíam uma tal ou qual agricultura, consistente na manipulação de sua planta sagrada – a mandioca. A indústria predominante era, no entanto, a dos povos caçadores. O Padre Ivo d'Evreux escrevia mais de um século depois da descoberta; esta circunstância não deve ser esquecida.

Nem todas as tribos indígenas, além disso, tinham um igual desenvolvimento intelectual; é lícito admitir uma certa graduação por este lado.

Resta-me falar dos povos negros que entraram em nossa população. Eram quase todos do grupo *banto*. São gentes ainda no período do fetichismo, brutais, submissas e robustas, as mais

próprias para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar. O negro é adaptável ao meio americano; é suscetível de aprender; não tem as desconfianças do índio; pode viver ao lado do branco, aliar-se a ele. Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever; alguns formados em Direito, Medicina, ou Engenharia; alguns comerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao índio; ele entra em larga parte em todas as manifestações de nossa atividade. Cruzou muito mais com o branco.

O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional.

Nossa psicologia popular é um produto desse estado inicial. Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro.

Durante muitos e muitos anos reinou o vulgar preconceito sobre a imensa inteligência e a enorme robustez das populações cruzadas. Supunha-se que as gentes mestiçadas dispunham de vantagens excepcionais e maravilhosas.

A observação das populações das colônias

européias da América e da Oceania mostrou haver engano naquelas afirmativas gratuitas. Apareceu então uma tremenda reação e chegou-se ao ponto de proclamar a completa hibridação das gentes cruzadas, isto é, sua fraqueza e esterilidade radical no fim de um certo número de gerações.

Um estudo porém mais despreocupado desta questão provou não existir na humanidade o fenômeno característico do hibridismo. Ou se considere a humanidade um gênero dividido em diversas espécies, ou uma espécie dividida em diferentes variedades, é sempre certo que estas coabitam entre si e produzem uma descendência fecunda, ainda que não tão válida como a das raças-mães.⁴⁵

Sobre a questão étnica entre nós, minhas observações levam-me às conclusões seguintes: 1^a – O povo brasileiro não corresponde a uma raça determinada e única;

2^a – É um povo que representa uma fusão; é um povo mestiçado;

3^a – Pouco adianta por enquanto discutir se isto é um bem ou um mal; é um fato e basta; 4^a – A palavra *mestiçagem* aqui não exprime somente os produtos diretos do branco e do negro e do índio; expressa em sentido lato todas as fusões das raças humanas e em todos os graus no Brasil, compreendendo também as dos diversos ramos da

raça branca entre si;

5^a – Esta característica é verdadeira no presente e no futuro, quer predomine sempre a atual mescla índio-áfrico-portuguesa, quer venham a predominar, mais ou menos remotamente, os elementos italiano e germânico, trazidos por uma colonização até hoje mal dirigida e pior localizada;

6^a – O elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração européia, que promete continuar;

7^a – Comparando-se o Norte e o Sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo consequências econômicas e políticas: ao passo que o Norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no Sul, introduzindo os novos elementos, fato que vai cavando entre as duas grandes regiões do país um valo profundo, já de si preparado pela diferença dos climas;

⁴⁵ Broca, *Memórias de Antropologia*, vol. III; nas memórias sobre a hibridação.

8^a – O meio de trazer o equilíbrio seria distribuir a colonização regularmente e

cuidadosamente por todas as zonas do país, facilitando às nossas populações a assimilação desses novos elementos; 9^a – Se o não fizerem, as três províncias do extremo Sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável; 10^a – Como quer que seja e em todo o caso, a população do Brasil será sempre o resultado da fusão de diversas camadas étnicas.

CAPÍTULO VII TRADIÇÕES POPULARES CANTOS E CONTOS ANÔNIMOS ALTERAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

O complexo das tradições populares brasileiras é mais variado do que o das portuguesas; por quanto nós possuímos todas estas e mais as que nos foram legadas pelos índios e pelos negros. Temos problemas etnográficos e lingüísticos que não existem em Portugal.

O primeiro trabalho a fazer neste terreno era, depois de coligir os materiais, indicar o que pertence a cada uma das raças que constituíram o nosso povo, e, por último, quais são as produções recentes originadas dos mestiços e das populações atuais.⁴⁵

Comecemos pela poesia anônima.

Aí os autores diretos são os portugueses ou seus descendentes brancos e mestiços; não porque os índios e os negros não tivessem também uma poesia rudimentar; mas porque, predominando a língua portuguesa, as canções tupis e africanas tinham de passar para esta língua, a fim de derramarem-se entre as populações novas.

Só improvisaram na língua portuguesa, como sua, os europeus e seus descendentes. Os negros e índios, reduzidos à escravidão, ficavam, porém, bilíngües; falavam seu idioma nativo e o português. Este fenômeno ainda hoje é vulgaríssimo.

Os negros e índios bilíngües sabiam naturalmente as canções originais de sua raça e podiam comunicá-las aos seus descendentes na língua adotiva. Assim se explicam os fenômenos da justaposição de duas línguas num mesmo canto, e da existência de certos cantos espalhados em nosso idioma, os quais são de feição evidentemente tupi ou africana.

Ainda hoje com algum esforço seria possível coligir poesias originais em tupi e em africano. Neste último não vi ainda uma composição qualquer poética, nem me consta que no Brasil alguém tenha colhido da boca dos pretos da Costa as suas canções. Já não acontece o mesmo em relação aos índios; possuímos uma dúzia de

fragmentos, insignificantes em verdade, coligidos por Martius, Baena, Couto de Magalhães e Barbosa Rodrigues.

Em línguas africanas, pois, nós brasileiros não temos documentos para nossa poesia popular. Em tupi temos muito poucos e em português muitíssimos.

Ouçamos os versos tupis.

Os seguintes foram coligidos por Spix e Martius:

“Nitio xa potar cunhang
Setuma sacai waá;
Curumu ce mana mamane
Boia a Cai majané.

Nitio xa potar cunhang
Sakiva açu waá
Curumu ce monto-montoque
Tiririca majané.

Scha mann ruma, curi
Tejerru iaschió.
Aiqué Caracara-i
Serapiró aramu eurt.

Scha mann rumaé curi
Ce nombore caó puterpi
Aiqué Tatu memboça

⁴⁵ Vide *Contos Populares do Brasil e Contos*

Populares do Brasil coligidos pelo autor. Nestes dois livros e nos *Estudos sobre a Poesia Popular Brasileira* – procurei preencher esta velha lacuna de nossa literatura.

29

Ce jutûma aramu curi.”⁴⁶

Eis a tradução portuguesa preparada por Norberto Silva:⁴⁷

“Não quero mulher que tenha
As pernas bastante finas,
A medo que em mim se enrosquem
Como feras viperinas.

Também não quero que tenha
O cabelo assaz comprido,
Que em matos de tiririca
Achar-me-ia perdido.

Quando me vires sem vida,
Ah! não chores, não, por mim,
Deus que o Caracaraí
Deplore meu triste fim.

Quando me vires sem vida
Atira-me à selva escura,
Que o tatu há de apressar-se
Em me dar a sepultura.”⁴⁸

São estas as palavras cantadas na festa do Sairé no Pará como se lêem em Baena:

“Itá camuti pupé
Neiássucana pitanguê
Puranga ité...

E Jesus e Santa Maria.

Santa Maria caian puranga
Imembuira inauerá
Iuaté pupé.
Sicou curussá
Uassu pupé,
Ianga turama
Rerassu...

E Jesus e Santa Maria.”

Tradução: – “Em uma pia de pedra foi batizado o menino Deus.” “Santa Maria é uma mulher bonita; o seu filho é como ela; no alto Céu está numa cruz grande para guardar a nossa alma.”⁴⁹

O Dr. Couto de Magalhães coligiu estes versos:

A RUDÁ

“Rudá, Rudá,
Iuaka pinaié,
Amana reçaiçu...

Iuaka pinaié,

Aiuetê Cunhã –
Puziuera oikó
Ne mumanuara ce recé

⁴⁶ *Reise in Brasilien*, München, 1823; tomo III.

⁴⁷ Na obra de Spix e Martius vem uma tradução alemã dos versos tupís; Eduardo Laemmert fez dela uma tradução portuguesa *verbum ad verbum*. Sobre esta fez Norberto Silva suas quadrinhas. ⁴⁸ *Revista Popular*, tomo IV. ⁴⁹ Ant. S. M. Baena, *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*.

30

Quahá caaruca pupé.”

Versão: – “Ó Rudá, vós que estais nos Céus e que amais as chuvas... vós que estais no Céu... fazei com que ele (o amante) por mais mulheres que tenha as ache todas feias; fazei com que ele se lembre de mim esta tarde quando o sol se ausentar no ocidente.”

À LUA CHEIA

“Cairé, cairé nu
Manuara danù çanù
Eré ci, eru cika
Piape amu
O manuara ce recé
Quahá pit una pupé.”

Versão: – “Eia, ó minha mãe (a lua); fazei chegar esta noite no coração dele (do amante) a lembrança de mim.”

À LUA NOVA

“Catiti, Catiti
Iamara notiá
Notiá iamara
Epeju... (fulano)

Emu manuara
Ce recé (fulana)
Cuçukui xa ikó
Ia, é anhi i pia pora.”

Tradução: – “Lua Nova, ó Lua Nova!
assoprai em fulano lembrança de mim; eis-me
aqui estou em vossa presença; fazei com que eu
tão-somente ocupe o seu coração.”

O Sr. Barbosa Rodrigues colheu estes:

“Beque bequiqui capipim otegê,
Ochê urupunum rane egê,
Ochê urubê am aum egê;
Beque mum ochê capicape nansum.”

Tradução: – “Vejam, meus amigos, que os
serviços que temos agora com estes dentes nos
foram deixados por nossos avos.

Mais estes:

“Purgatório porá etá
Uputare nemoessaua
Semué catu palhy,
Anhangá supeuara.

Upauana tecó puranga
Oike teco pêssassu,
Ianeara tecó ressé
Um umátecó puranga.”

Tradução: – “Ensina-me, bom padre, rezas com que possamos salvar nossas almas do Purgatório. A vida santa acabou-se e por vontade do bom Deus começa outra, isto é, a vida do trabalho.”⁵⁰

Além destes fragmentos poéticos, em língua selvagem só conheço uma cançoneta coligida pelo

⁵⁰ Revista Brasileira, 1º de julho de 1881, tomo IX, – Na sua *Poranduba Amazonense* o Sr. Barbosa Rodrigues insere vários outros cantos dos selvagens.

populações postas em contato com o branco.

Não creio que os Tupis-Guaranis tivessem uma verdadeira poesia. Esta começa na fase do politeísmo, ou, pelo menos, nas últimas fases do fetichismo, e nossos índios não tinham chegado a tal grau de cultura.

Sua poesia devia ser ainda muito indecisa. É certo que Fernão Cardim, Ivo d'Evreux e Gabriel Soares falam a miúdo das danças dos índios acompanhadas de cantos; estes porém deviam ser muito rudimentares e de mui pouco alento poético.

Certamente não tinham ainda uma mitologia nem uma história dramatizada com seus heróis. Não possuíam uma poesia cíclica, que, se existisse, deveria chamar a atenção de homens como José de Anchieta e Nóbrega. Todavia, é de crer que possuíssem coisa melhor do que os fragmentos citados.

Dos negros, como disse, nada existe coligido; e eles ainda menos do que os índios eram senhores de uma poesia, no sentido que esta tem entre os povos, cujas mitologias são conhecidas. Alguns de seus costumes passaram, por certo, às nossas populações. Se pelo lado das tradições intelectuais, em geral devemos talvez mais aos índios, os pretos levam-lhes decidida vantagem no fato do cruzamento e como fatores econômicos. Como contribuintes para a formação

de nossa população e de nossa riqueza, deixam a perder de vista os selvagens.

A averiguação deste fato pertence mais à estatística e à economia política do que à história literária. Nesta a ação do negro é muito apreciável na formação do mestiço. Se não se conhece um só negro, genuinamente negro, livre de mescla, notável em nossa história, conhecem-se inúmeros mestiços, que figuram entre os nossos primeiros homens.⁵²

Pelo que toca à influência dos pretos no espírito e no caráter literário do povo brasileiro, ela ficará ainda por muito tempo tida no estado de contribuição anônima. Neste ponto os seus rivais índios e portugueses tiveram vantagens, que os africanos nunca encontraram no Brasil.

Os portugueses vinham de um país culto, possuidor de uma literatura feita; vinham como donos da terra implantar aqui uma organização social ao seu modelo.

Os índios entravam em relações com os colonizadores, cuja atenção é natural que despertassem. Daí um grande número de obras relativas aos gentios brasileiros, considerados, desde logo, como um objeto de estudo. Os missionários lhes aprendiam as línguas, e, entre outros, Anchieta compôs poesias, autos e outros trabalhos em tupi. O grosso da pequena população nas capitâncias primitivas era de índios

cristianizados. O negro não; era arrancado de seu solo; ninguém ou quase ninguém lhe estudava a língua; impunha-se-lhe uma estranha; era escravizado com rigor e não se lhe dava tempo senão para trabalhar mais e mais, e esquecer suas tradições da infância. Daí a quase impossibilidade em que estamos hoje no Brasil para assinalar o que, pelo lado intelectual, lhe devemos.

A população negra atual do país é quase em sua totalidade de crioulos, criados fora das condições precisas para serem um documento de inquirição. Os negros da Costa, aliás agora em pequeno número, estão também desviados de seu sentir africano.

Além disto, os estudos feitos no original, sobre a África, apenas começam em nossos dias e são mais referentes à geografia e à antropologia geral e exterior, do que à análise das lendas, dos mitos, do pensamento africano em suma.

A falta de documentos não quer dizer que o negro não tenha influído intelectualmente no Brasil; por uma indução geral e bem firmada devo concluir no sentido afirmativo.

A pobre raça escravizada não teve nunca o direito de entrar na história; seu trabalho intelectual foi anônimo, bem como o seu trabalho físico. Ainda mesmo em fatos altamente épicos, em fenômenos extraordinários, como o do *Estado dos Palmares*, a história é anônima. Como

se chamava o herói negro, o último *Zumbi*, que sucumbiu à frente dos seus nos Palmares? Ninguém sabe.

É de justiça conquistar um lugar para o africano em nossa história: não é o domínio exclusivo do africanismo que peço; exijo apenas mais eqüidade na distribuição dos papéis em nossa luta de quatro séculos.

No conflito das três línguas no Brasil, tendendo a dos conquistadores a predominar, deixou-se contudo saturar de elementos estranhos, tomados às outras. É assim que ainda existem versinhos cantados em português e tupi, ou em português e africano. São exemplo do primeiro caso os dois célebres fragmentos citados pelo Dr. Couto de Magalhães:

“Te mandei um passarinho,
Patuá miri pupé;

⁵¹ Vide *O Selvagem*, – Não esquecer os que vêm, como disse, na *Paranduba Amazonense* do Sr. Barbosa Rodrigues.

⁵² Ao findar do século XIX deu-se o caso de Cruz e Sousa.

Vamos dar a despedida,
Mandu sarará,
Como deu o passarinho,
Mandu sarará.

Bateu asa, foi-se embora,
Mandu sarará,
Deixou a pena no ninho,
Mandu sarará.

Em português e africano temos estes que coligi
em Pernambuco:

“Você gosta de mim,
Eu gosto de você;
Se papai consentir,
Ó, meu bem,
Eu caso com você...
Alê, alê, calunga,
Muçunga, muçunga-ê.

Se me dá de vestir,
Se me dá de comer,
Se me paga a casa,
Ó, meu bem,
Eu moro com você...
Alê, alê, calunga,
Muçunga, muçunga-ê”.

Na Idade Média viu-se o mesmo entre o latim
e as línguas novilatinas. A seguinte quadrinha,

bem conhecida, é uma prova longínqua desse fato:

“*Tristis est anima mea,*
Com saudades de meu bem;
Et quare conturbas me,
Eu não quero mais ninguém.”⁵³

A música dos negros é monótona: os seus instrumentos não passam do *marimbau*, do *mutungo* (uma cuia com ponteiros de ferro), do *tambaque* (espécie de tambor) e do *pandeiro*. A dança é uma série de pulos, requebros e gatimanhos.

A música dos índios era mais variada, e os seus instrumentos mais numerosos. – O *samba*, estou hoje convencido, é de origem indígena. Fernão Cardim, que escreveu em 1583, assim a ele se refere: “Fazem seus trocados e mudanças com tantos gatimanhos e trejeitos que é coisa ridícula; de ordinário não se bolem de um lugar, mas estando quedos em roda fazem o mesmo com o corpo, mãos e pés; não se lhes entende o que cantam; mas disseram-me os padres, que cantavam em trovas quantas façanhas e mortes tinham feito seus antepassados.”⁵⁴

É claramente a origem dos nossos *xibas* e *sambas* atuais em que são exímias as populações do interior. Não os acho ridículos, como supôs Fernão Cardim; são a música e a dança na

infância, e a infância é ingênuo e não ridícula.⁵⁵

Os principais instrumentos dos índios são: — o *mimbitarará* (espécie de buzina); o *pemi* (cometa); o *caruqué* (feito de um tronco de madeira leve ocado); o *mimê* (buzina); o *muremuré* (feito de ossos); o *chicuta* (feito do espique do jupati); o *membí-chuê* (feito de taboca), etc.⁵⁶

No corpo de nossa poesia popular a ação do caboclo é mais sensível nas composições a que se pode dar o nome de romances de vaqueiros, como — *Rabicho da Geralda*, *Boi Espácio*, *Boi Prata*, *Vaca*

⁵³ *Velho da Silva*, *Gabriela*.

⁵⁴ Fernão Cardim, *Narrativa Epistolar*.

⁵⁵ Sobre este assunto é digno de leitura o artigo do Sr. Barbosa Rodrigues — *O canto e a dança silvícola*, publicado na *Revista Brasileira*.

⁵⁶ Dados bebidos no citado artigo do Sr. Barbosa Rodrigues.

33

do Burel, etc.

A influência africana parece estar num certo número de chulas, como a *Moqueca* e outras, e nos versos de *reisados*, *cheganças*, *congos*, *taieiras*, etc.⁵⁷

Os portugueses contribuíram com os romances marítimos e cavalheirescos, e uma

multidão de cantigas soltas, que todas têm suas equivalentes nas coleções européias. Entre os romances, ainda hoje se cantam no Brasil: – D. Barão, D. Infanta, Noiva Roubada, Bernal Francês, D. Duarte e Donzilha,. Nau Catarineta, D. Maria e D. Arico, Conde Alberto, D. Carlos de Montealbar, D. Branca, Iria a Fidalga, Pastorinha, O Cego, e outros.⁵⁸

Ao mestiço pertence a obra de transformação de algumas canções originais, que não encontram congêneres nas coleções portuguesas.

O complexo de nossa poesia popular pode-se dividir em quatro grandes categorias: 1 – *romances e xácaras*; 2 – *reisados e cheganças*; 3 – *orações e parlendas*; 4 – *versos gerais ou quadrinhas*. Os contos populares dividem-se em *portugueses, americanos, africanos*, e alguns de origem mestiça e mais recente.

Indicar no corpo das tradições, contos, canções, costumes e linguagem do atual povo brasileiro, formado do concurso de três raças, que há quatro séculos se relacionam, mostrar o que pertence a cada um dos fatores, quando muitos fenômenos já se acham baralhados, confundidos, amalgamados; quando a assimilação de uns por outros é completa aqui, e incompleta ali, não é tão insignificante, como à primeira vista pode parecer. Quais são na poesia os agentes criadores e quais os transformadores?

O agente *transformador* por excelência tem sido entre nós o mestiço, que por sua vez já é uma transformação; ele porém tem por seu lado atuado também como criador. Os *criadores* são diretos e indiretos e são as três raças e o mestiço.

Mas será verdade, repito, que os Tupis e os africanos tivessem uma viva poesia rudimentar, que haja passado às nossas populações atuais? Eu o creio, mas eis aí uma grande dificuldade. Fala-se muito da poesia dos índios dos três primeiros séculos da conquista; mas mui poucos e insignificantes são, como já se viu, os fragmentos coligidos; e quanto aos africanos nada se tem colhido. Demais, os hinos líricos e épicos, cantados pelo povo brasileiro, são, como disse, vazados nos moldes da língua portuguesa. Como marcar o veio negro e o vermelho em canções que afetam uma só forma? As dificuldades abundam. Incontestavelmente o português é o agente mais robusto de nossa vida espiritual.

Devemos-lhe as crenças religiosas, as instituições civis e políticas, a língua e o contato com a civilização européia. Na poesia popular a sua superioridade como contribuinte é, portanto, incontestável. Pertencem-lhe, como disse, todos os romances cavalheirescos, e todos os que têm correspondentes nas coleções européias. São ainda obra sua a mor parte das canções soltas em quadrinhas, que em Sergipe têm o significativo

nome de *versos gerais*.

As relações da raça superior com as duas inferiores tiveram dois aspectos principais: a) relações meramente externas, em que os portugueses, como civilizados, não poderiam assaz modificar sua vida intelectual, que tendia a prevalecer, e só poderiam contrair um ou outro hábito e empregar um ou outro utensílio na vida ordinária;

b) relações de sangue, tendentes a modificar as três raças e a formar o mestiço.

No primeiro caso, comprehende-se desde logo que a ação dos índios e dos negros sobre o europeu nada tinha de profunda e radical; no segundo a transformação fisiológica produzia um tipo novo, que, se não eclipsava o europeu, ofuscava as duas raças inferiores. Na poesia popular portanto, depois do português, é o mestiço o principal produtor. Aos selvagens e africanos, que não são autores diretos, coube aí mesmo, porém, uma ação mais ou menos eficaz.

Nos *romances de vaqueiros* há influxo indiano, e nos versos de *reisados, cheganças, congos* e *taieiras* influência africana, como afirmei.

Os autores diretos, repita-se, que cantavam na língua como sua, foram os portugueses, seus descendentes brancos e os mestiços.

Quanto aos índios, e aos negros

principalmente, verdadeiros pariás, forçados ao uso de uma língua imposta, a sua ação foi indireta ainda que real. Na formação da psicologia do atual brasileiro, a que iam transmitindo suas tendências intelectuais, com todas as suas crenças, anexins, lendas e fantasias, é que se nota o seu influxo.

A ação fisiológica dos sangues negro e tupi no genuíno brasileiro, explica-lhe a força da imaginação e o ardor do sentimento.

Não deve aí haver vencidos e vencedores; *o mestiço* congraçou as raças e a vitória deve assim ser de todas três.

Pela lei da *adaptação*, elas tendem a modificar-se nele, que, por sua vez, pela lei da *concorrência vital*, tendeu e tende ainda a integrar-se à parte, formando um tipo novo em que há de predominar a ação do branco.

⁵⁷ Vide os *Estudos sobre a Poesia Popular Brasileira*, pelo autor.

⁵⁸ Vide *Contos Populares do Brasil*, pelo autor.

Pertencem-lhe diretamente em nossa poesia popular todas as cantigas que não encontram correspondentes nas coleções portuguesas, como todos os romances sertanejos, muitas xácaras e versos gerais de um sabor especial. Nestas

criações mistas dá-se cumulativamente a ação das três raças; ao mestiço pertencem, como próprios, o langor lírico e os cálidos anelos da paixão.

Nos contos e lendas é direta a ação das três raças e a influência do mestiço ainda muito insignificante, a não ser como agente transformador. Temos, já notei, contos de origem portuguesa, americana, africana, mestiça (formação recente).

E não é só nas *canções* e nas *histórias* populares que se encerra tudo o que devemos às três raças que habitam no país. Aos portugueses devemos as dádivas principais de nossa civilização lacunosa; somos-lhes obrigados pelas idéias políticas e sociais que nos regem; ainda hoje sua velha legislação civil é a nossa. A ordem religiosa, a política, a jurídica e a social são entre nós obra européia.

É inútil comentar a influência da ação combinada destas instituições sobre o desenvolvimento de um povo.

Os índios não são credores só do influxo dos seus *areitos* ou *ieroquis* e de suas lendas. O uso de muitas plantas medicinais, o emprego de muitas indústrias rudimentares, a manipulação de muitas substâncias comestíveis devemos aos selvagens. Muitos outros usos e costumes, e até crenças fantásticas, como a do *Caipora*, passaram às nossas populações atuais. É verdade

que as lendas de *Sumé*, *Jeropari* e outras, conhecidas dos eruditos, perderam-se para a inteligência popular.

A raça africana tem tido no Brasil uma influência enorme, somente inferior à da raça européia; seu influxo penetrou em nossa vida íntima e por ele moldou-se em grande parte nossa *psicologia popular*. É fácil compreendê-lo. A raça africana entre nós, ainda que não dirigida por um impulso próprio, deve também ser contada como raça invasora, e esta circunstância merece atenção.

O português julgou-se fraco para repelir o selvagem e para o amanho das terras, e recorreu a um auxiliar poderoso, — o negro da África.

Ao passo que o índio tornava-se improdutivo, fugia, esfacelava-se e morria, durante mais de três séculos foram chegando levas e levas de africanos robustos, ágeis e domáveis, e foram fundando as fazendas e engenhos, as vilas e as cidades, e permanecendo no seio das famílias coloniais.

O índio, em geral, foi um ente que se viu desequilibrado e feneceu; o negro um auxiliar do branco que prosperou...

Acresce que o número de africanos, transportados ao Brasil, durante mais de trezentos anos, foi muito superior à população cabocla primitiva.

Computam-se em milhões, e toda essa gente

válida e fecunda fez prosperar o país. O próprio fato da escravidão serviu para ainda mais vincular os pretos aos brancos. As escravas, e raro era o colono que não as tinha, viviam no seio das famílias ao serviço doméstico. Daí o cruzamento natural; apareciam os *mestiços* e novos laços se criavam. Os negros trabalhavam nas roças, produzindo o açúcar, o café e todos esses gêneros chamados *coloniais*, que a Europa consumia. Só pelos três fatos da escravidão, do cruzamento e do trabalho, é fácil aquilar a imensa influência que os africanos tiveram na formação do povo brasileiro. A escravidão, apesar de todos os seus vícios, operou como fator social, modificando nossos hábitos e costumes. Habilitou-nos por outro lado a arrotear as terras e suportar em descanso as agruras do clima. De senvolveu-se como força econômica, produzindo as nossas riquezas, e o negro foi assim um robusto agente civilizador. O cruzamento modificou as relações do senhor e do escravo, trouxe mais docura aos costumes e produziu o mestiço, que constitui a massa de nossa população, e em certo grau a beleza de nossa raça. Ainda hoje os mais lindos tipos de nossas mulheres são essas moças ágeis, fortes, vividas, de tez de um doce amorenado, de olhos negros, cabelos bastos e pretos, sadias jovens, em cujas veias circulam, por certo já bem diluídas,

muitas gotas de sangue africano.

O trabalho escravo foi todo o nosso passado.

O negro influenciou toda a nossa vida íntima e muitos nossos costumes nos foram por ele transmitidos.

Não foi provavelmente isto um grande bem; mas é um fato irrecusável. Muitos de nossos bailados, danças e músicas populares, uma literatura inteira de canções ardentes, têm esta origem. O índio, por seu lado, foi também muito cruelmente tratado, e é admirável que, nestas condições, não tenhamos sofrido até aqui guerras de raças, além dos pequenos episódios dos *Emboabas*, *Palmares*, *Mascates* e *Balaios*.

De tudo que fica dito é fácil tirar a conclusão. Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, a influência européia tende a crescer com a imigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima.

É em sua forma ainda grosseira uma transição necessária e útil, que caminha para aproximar-se

do tipo superior.

35

Passemos a outra questão. As alterações da língua portuguesa na América são um objeto interessante de estudo. Não sei por que as questões lingüísticas são às vezes discutidas com a paixão das questões religiosas e políticas têm maltratado, estudando este assunto. Entretanto, os que de parte a parte, portugueses e brasileiros se são simples e não reclamam doestos. A língua portuguesa, cuja origem, fosse qual fosse, não vem aqui a indagar, era falada por um pequeno povo da Europa. No século XVI, descoberto o Brasil, passou ela com os colonos a este solo. A corrente bifurcou-se, portanto.

Como as línguas são organismos que se desenvolvem e transformam, esse fato foi-se dando no Brasil e em Portugal ao mesmo tempo, isto é, tanto aqui como lá a língua se foi desenvolvendo, ou alterando, como quiserem.

Desde que a corrente se tinha bifurcado, cada um dos veios novos começou a modificar-se à parte, independente um do outro. A língua não é hoje em Portugal a mesmíssima de 1500; não o é também no Brasil.

Acresce que, não sendo as modificações feitas de acordo entre os dois países, o que seria por natureza impossível, o português do Brasil

difere hoje muito do de Portugal. É isto um fato orgânico do desenvolvimento lingüístico e não há aí motivo para mágoas ou zombarias.

Neste assunto há as seguintes questões a propor:⁵⁹ se o luso-brasileiro é um dialeto; se temos dialetos particulares em algumas províncias; se aumentamos o léxico português com termos *abanheengas*; se o enriquecemos de termos africanos; se o mesclamos de termos novos de origem secundária; se alteramos a significação de algumas palavras portuguesas; se produzimos alterações fonéticas na língua; se, finalmente, as produzimos sintáticas. Respondo: O luso-americano não constitui ainda um dialeto acentuado do português europeu; mas contém elementos que o hão de tornar cada vez mais distinto deste. Existe também em algumas províncias a tendência para a formação de dialetos particulares, especialmente no Pará e em S. Paulo. O luso-brasileiro contém inúmeras palavras tupis, como sejam: *aluá*, *carimã*, *tabatinga*, *jacá*, *jiqui*, *moquérm*, *moquear*, *cumbuca*, *tabaréu*, etc. Encerra um grandíssimo número de termos de origem africana, como: *batuque*, *cafuné*, *senzala*, *cachimbo*, *maracatu*, *quiabo*, *munganga*, *xará*, *calunga*, *mocambo*, etc.

Possui certos termos populares que lhe são próprios, como: *pinima*, *espingolado*, *corteleiro*, *barbatão*, *munã*, *quiba*, *corrimboque*, *inhaca*,

quindim, e outros.

Alterou o significado de algumas palavras portuguesas, exemplo: *faceira*, que é no Brasil mulher casquilha e em Portugal carne das faces de boi; *babado*, que no Brasil são folhos da saia e em Portugal não tem tal sentido; *moqueca*, que no Brasil é um guisado de peixes e em Portugal é termo de agricultura; *canastra*, cesto de vime em Portugal, no Brasil caixa não abaulada, etc.

As alterações de pronúncia são inúmeras. Temos agora documentos para apreciá-las, sem que os portugueses possam reclamar, e vêm a ser o novo *Dicionário Português de Caldas Aulete* e melhor ainda o de Ad. Coelho. Por eles se vê, por exemplo, que em Portugal se diz *murrere*, *curtare*, *murtífero*, etc., etc., e no Brasil a pronúncia é outra e bem diversa.

As alterações fonéticas são variadíssimas.”⁶⁰

As modificações sintáticas também já começam a caracterizar-se. As principais versam sobre a colocação dos pronomes; o emprego das preposições *a* e *em*; o uso de diminutivos; a tendência dos portugueses para confundirem o pronome relativo com o recíproco; o emprego dos possessivos; a perda de alguns sufixos na linguagem do Brasil; o quase esquecimento do mais-que-perfeito simples e do futuro do indicativo; o uso de verbos gerais acompanhados de substantivos; a troca do presente do indicativo

pelo imperfeito, etc.

Neste assunto podem ser consultados os *Rascunhos sobre a Gramática da Língua Portuguesa* pelo Dr. Batista Caetano, o célebre indianólogo.

CAPÍTULO VIII RELAÇÕES ECONÔMICAS AS INSTITUIÇÕES POLITICAS E SOCIAIS DA COLÔNIA, DO IMPERIO E DA REPÚBLICA

Não é hoje uma simples suposição, mas um fato firmado na história, que o estado de riqueza ou pauperismo de um povo influi diretamente na formação de sua literatura. As nações sem descanso, ocupadas exclusivamente em adquirir o indispensável à vida, não podem ter uma cultura, que exige uma classe de indivíduos que estejam resguardados da obrigação penível de conquistar o pão cotidiano. Por

⁵⁹ Tendo já tratado desenvolvidamente desta questão nos *Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil*, limitar-me-ei a poucas palavras agora.

⁶⁰ Pode ser consultado neste ponto *O idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brasil*, do Dr. Paranhos da Silva. Pode-se também ver *Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil*, que

trata do assunto largamente.

36

isto a civilização antiga só apareceu em países favorecidos pela natureza, onde a produção da riqueza foi fácil e pronta, e um certo bem-estar pôde reinar nas classes superiores da sociedade. *O primo vivere* é tão certo para os povos como para os indivíduos; o homem antes de ser um ente histórico é um indivíduo biológico.

Entre nós esta lei geral da história tem uma aplicação rigorosa; porquanto, a despeito de nossa riqueza aparente, somos uma nação pobre em sua generalidade, onde a distribuição do dinheiro é viciosa, onde a posse das terras é anacrônica. Aquele anda nas mãos dos negociantes estrangeiros; estas sob o tacão de alguns senhores feudais. A grande massa da população, espoliada por dois lados, arredada do comércio e da lavoura, neste país essencialmente agrícola, como se costuma dizer, moureja por aí abatida e faminta, não tendo outra indústria em que trabalhe; pois que até os palitos e os paus de vassoura man-

dam-se vir do estrangeiro... Não é este o lugar mais ver próprio para descobrir os andrajos da nação e mostrar os corpos enfraquecidos, que, sem trabalho nem pão, são a grande fonte onde o fazendeiro vai buscar os servos, que chama

agregados, e o governo os seus *capangas*, os seus *votantes* e os seus *soldados*!...

Basta-me abrir a nossa história de quatrocentos anos, malbaratados por aqueles que deviam dirigir a nação, e ver que a quatro se podem reduzir os movimentos mais acentuados da literatura do Brasil: a escola *baiana* do século XVII, que se aureola com o nome de Gregório de Matos; a *mineira* do século XVIII, que se assina com a firma de Gonzaga e Durão; a *fluminense* da primeira metade do XIX século, desenvolvida principalmente na corte do Império, sob a inspeção do governo, ora com fluminenses, como Gonçalves de Magalhães e Macedo, ora com provincianos, que eram atraídos ao Instituto Histórico para serem ali desnorteados e separados do país, como Gonçalves Dias e Porto Alegre; e finalmente sobre estes movimentos isolados de uma ou outra província, o grande abalo *nacional*, que aí vem maravilhoso de todos os cantos, do Pará como do Rio Grande do Sul, torrente ainda mal definida, hasteando todas as bandeiras, mas tendo um só alvo: – a mutação social.

Pois bem! Míope será quem não reconhecer por trás destes acontecimentos literários outros tantos momentos econômicos do país: nos primeiros séculos da colônia o *açúcar*; no século XVIII o *ouro*; mais tarde o *café*; e agora que todos estes produtos estão desacreditados nos

mercados europeus, onde não podem lutar com rivais mais aperfeiçoados, nós, que não temos mais a África e o ventre das pretas para nos socorrerem em nossa miséria, aproximamo-nos da grande crise econômica, que aí vem espumante e fatal!...

Mas continuemos as considerações literárias em suas relações com a economia brasileira. Lançando as vistas sobre o Brasil por este lado, vejo que possuímos hoje uma lavoura arruinada, um comércio quase todo estrangeiro, uma pequena indústria nos centros populosos, de que nem se deve falar, e em duas ou três províncias a criação de gados. Quanto à primeira, fundada em grandes propriedades, que têm os nomes extravagantes de *fazendas* e de *engenhos*, retalhou o país em vastos lotes, verdadeiros restos das antigas capitâncias, onde algumas dúzias de enfatuados baxás moviam ainda há pouco sem piedade o *bacalhau* nos pobres negros e não raro o azorrague nos *agregados*. Estes são uma espécie de *boêmios*, sem domicílio certo; pois que, ao menor capricho do senhor das terras, têm de pôr os trastes às costas e mudar-se.

O agregado não pode reunir pecúlio, é submisso como um servo da gleba; uma grande cota de seus produtos é para os fazendeiros e senhores de engenho. É mui de ver a arrogância destes em suas relações com os proletários.

Assim, pois, não temos a pequena lavoura organizada. A grande, rotineira e pervertida, é uma extorsão cruel feita aos proletários rurais.

Latifundia perdiderunt Italiam, disse Plínio; as *fazendas* e os *engenhos* estão perdendo o Brasil, é o brado que sai, com razão, de todos os lados. O comércio é em parte uma pirataria em grosso, movida contra os pobres agricultores, endividados e perdidos.

O grande é quase todo estrangeiro e o pequeno quase absolutamente português, isto é, ainda infelizmente estrangeiro. A pequena indústria, exercida nas cidades e vilas pelos nacionais, é quase insignificante.

As *fazendas* e *estâncias* pastoris estão no mesmíssimo caso das fazendas de café e dos engenhos de açúcar. Que resta, pois, para o grosso da população? O pauperismo completo, ou os empregos públicos, isto é, uma forma bastarda ainda de pauperismo... Neste meio os filhos daqueles que podem, negociantes ou agricultores, vão para os estudos, alinhavam os preparatórios, fazem um curso de Medicina, Direito, ou Engenharia, e, ou vão engrossar as fileiras dos empregados públicos, ou agitar-se nas aventuras temerosas de uma política relapsa e torpe; ou, estes são poucos, pelo exercício de sua profissão conseguem fazer alguma coisa na vida. No meio de tudo isto, quem entre nós escreve e quem

entre nós lê? Não são, decerto, os lavradores, os negociantes, os criadores, os industriais, os políticos, nem os administradores. Somente as classes acadêmicas e alguns empregados públicos saídos dessas classes. É a regra geral.

A mais completa indiferença pelo que é produto intelectual brasileiro aqui reina. Os poucos que têm a moléstia das letras e se esforçam por aviventar o pensamento nacional ao contato das grandes idéias do mundo culto, sem afogar esta nacionalidade nascente num pélago de imitações sem critério, esses não

37

são ouvidos pelo geral do público, ocupado em bater palmas ao último folhetim ou aos últimos versinhos chegados de Lisboa ou de Paris...

As raízes deste desarranjo pasmoso vão perder-se no solo empedernido dos tempos coloniais e imperiais.

O Império continuou, sob um falso constitucionalismo, o velho absolutismo e a antiga miopia da metrópole. Que os norte-americanos continuem a trilhar as sendas da inteligência inglesa, é coisa que deve ser aplaudida; porque a Inglaterra *sabe pensar*; que o Brasil continue a copiar Portugal, é uma triste herança da história, que todo bom patriota deve modificar e corrigir.

Durante mais de três séculos foi o Brasil governado por prepostos de um governo absoluto. Retalhado a princípio em capitarias, mal divididas e mal determinadas, que foram entregues a alguns aventureiros e áulicos, o que nos fez ter também nossa idade feudal, passou depois ao domínio direto da coroa, que tratou de segregá-lo do mundo e explorá-lo. Num e outro sistema o índio era considerado uma fera, que devia ser caçada; o negro uma máquina, que se devia estupidificar para produzir; o peão português, o colono, um ente de sangue bastardo, distante do sangue azul, escravo dos fidalgos e de El

Rei, Nossa Senhor!... Nestas condições, as populações que se iam formando no país traziam a marca da origem: – a submissão.

Nada de franquias e privilégios municipais. A instrução era nula; a imprensa proibida; as comunicações com o estrangeiro vedadas. A Inquisição florescia e os conventos abundavam; o jesuíta maquinava a formação de um vasto Paraguai. As questões de justiça estavam em grande parte nas mãos dos governadores e eram, em alçada superior, decididas na metrópole. No exército, o filho do país não subia aos altos postos; reinava o régimen dos privilégios e exclusões.

O povo não tinha vida autonômica, nem tinha

iniciativa; a justiça lhe era ministrada como um favor do monarca. As sesmarias territoriais eram concedidas aos portugueses, que também monopolizavam o comércio. Na ordem puramente intelectual, a educação era jesuítica; desenvolvia-se a memória, com prejuízo do raciocínio. A escravidão no seio das famílias veio consolidar este complicado sistema de abatimento, de alheação da vida independente. Desde o princípio, toda a população dividiu-se em duas grandes classes: – senhores e escravos. Aqueles eram os portugueses, ou seus descendentes; os outros – os negros e os índios! Os mestiços destas duas classes, quando livres, eram tratados com rigor; porque se tinha em larga escala o preconceito da cor... As décadas foram passando; e o tempo foi robustecendo esta obra da injustiça e da extorsão. Daí saiu o Império do Brasil, país de senhores, de grandes, de magnatas; mas terra sem povo, no alto sentido da palavra! E como Portugal foi sempre uma feitoria inglesa, nas relações exteriores nós o somos também, e nas internas governa-nos ainda o europeu com todos os seus abusos, com todos os seus prejuízos. A nossa independência, sendo um fato histórico de alcance quase nulo, não tendo havido aqui uma revolução que afogasse os velhos preconceitos, não nos abriu uma fase de autonomia e liberalismo. A República nada tem

melhorado neste sentido por enquanto.

De alguns tempos a esta parte, começou-se a ver entre a evolução normal das sociedades e os movimentos revolucionários uma antinomia que de fato não existe; a revolução é um dos processos indispensáveis à marcha das nações. Se nós a tivéssemos feito, não estariamos hoje quase nas mesmas condições do régimen colonial, anterior a 1822. A grande pobreza das classes populares, a falta de instrução e todos os abusos de uma organização civil e social defeituosa, devem ser contados entre os empecilhos ao desenvolvimento de nossa literatura.

As academias são poucas e de criação recente. Ainda hoje há muita dificuldade para a aquisição de cultura neste país; os cursos, além de raros, são espalhados a grandes distâncias da mor parte dos estados. Os livros são caros; a carreira das letras não traz vantagens; a vida intelectual não oferece atrativos; não há editores nem leitores para obras nacionais; por isso quase ninguém escreve, para não ser esmagado pela concorrência estranha.

O meio social não é estimulante; o abandono nos comprime; a vida brasileira é dura e prosaica. Reina aí a monotonia e a submissão, ou esta seja dos agregados aos fazendeiros; dos votantes aos chamados chefes de partido; dos deputados aos

ministros; dos ministros ao chefe do Estado; do chefe do Estado aos governos estrangeiros; ou seja do comércio nacional aos capitalistas ingleses; dos lavradores ao comércio; do povo aos políticos e dos políticos às conveniências; ou seja de certos jornalistas aos governos; dos literatos aos maus livros franceses, sempre e sempre é a submissão... Ousados ímpetos, tumultuosos arrancos de juvenilidade e força raras vezes têm saído do seio do povo brasileiro, na esfera política e na literária. Poucos se me deparam no curso de nossa história.

O fenômeno é explicável: povo educado, como um rebanho mole e automático, sob a vergasta do poder absoluto, vibrada pelos governadores, vice-reis, capitães-mores e pelos padres da Companhia; povo flagelado por todas as extorsões, — nunca fomos, nem somos ainda uma nação culta, livre e original.

O moderno constitucionalismo é uma comédia vulgar, corrupta e sandia, que nos envergonha a nossos próprios olhos, quer no Império, quer na República.

O leitor perdoará esta linguagem. Este livro, não quero que seja uma crônica recheada de fastos anedóticos; quero que seja um protesto, um grito de alarma de *são brasileirismo*, um brado de entusiasmo

para um futuro melhor. Todo escritor nacional na hora presente está carregado do imperioso dever de dizer toda a verdade a nosso povo, ainda que pelo rigor tenha de desagradar geralmente. Não há muito um esperançoso escritor estrangeiro, aliás nosso amigo, escreveu isto: “A situação funcional da população brasileira pode ser expressa em uma só palavra: o Brasil não tem povo!”⁶¹

É duro; mas é a verdade.

Envergonhemo-nos disto e reajamos. Façamo-lo pelo trabalho, por todas as ousadias para a luz; lutemos, conquistemos o nosso lugar; rechacemos todas as antigualhas podres e todas as inovações insensatas; sejamos fortes e calmos. Instruamo-nos e travemos a grande luta de nossa regeneração social, econômica e literária. Já é tempo de olharmos para trás, lançar as vistas sobre o caminho percorrido há quatrocentos anos e conhecermos que pouco, bem pouco, temos feito como nação culta.

Tomemos todos os encargos que os séculos nos legaram e aparelhemo-nos para solvê-los. Trabalhemos também para a humanidade. A questão não é só de produzir café; há também certas necessidades morais que é crime preterir.

As relações econômicas e sociais da Colônia

e do Império ainda se acham de pé; é tempo de destruí-las e abrir uma nova fase à vida e ao pensamento nacional.

Dando incremento às classes produtoras, preparando um maior número de cidadãos aptos à vida dos tempos modernos, iremos formando o nosso povo, que será então capaz de resistir às classes parasitas que têm em suas mãos os nossos destinos...

CAPITULO IX

PSICOLOGIA NACIONAL PREJUÍZOS DE EDUCAÇÃO IMITAÇÃO DO ESTRANGEIRO

O célebre Alexandre Herculano, em seu declínio intelectual, deu a certas idéias e fatos novos, firmados pela ciência moderna, o nome de *gongorismo científico*.

Um positivista brasileiro, crente ortodoxo, repetiu com júbilo o dito do autor da *História de Portugal*: “Declaro com franqueza que adoto de todo a denominação que Herculano aplicou uma vez às *produções da anarquia científica de nosso tempo*, a todas estas ciências novas que se denominam *antropologia, etnografia, pré-história, ciência das religiões...* Ele chamou toda esta *mixórdia incoerente e palavrosa* um *gongorismo científico*. O dito é feliz e merece ser

conservado.”⁶²

Quanto a nós todos, gongóricos incorrigíveis, perdidos na anarquia mental, às oposições sistemáticas de Comte contra a psicologia, a lógica, a economia política, a medicina, a anatomia que vai além dos tecidos, e a astronomia que ultrapassa nosso sistema planetário..., temos a juntar a de seus discípulos ortodoxos contra a crítica religiosa, a pré-história, a antropologia, a etnografia... Lubbock, Broca, Vogt... com a sua antropologia; Baur, Strauss, Ewald... com a sua ciência das religiões, quebraram inutilmente a cabeça num *fatras incohérent et verbeux...*

Mas enquanto a luz diurna da verdade definitiva não espancar todas as toleimas da anarquia mental; enquanto a paz universal dos espíritos não fizer repousar a humanidade na imobilização inefável da filosofia e da religião supremas, seja permitido ainda ler algumas páginas verbosas de alguns gongóricos atrasados e supor possível uma etnologia, ou psicologia dos povos (*Volkpsychologie*), e nesse sentido falar de uma psicologia do povo brasileiro.

Vem a ser o complexo de tendências e intuições do espírito nacional; alguma coisa que o indivíduo só por si não explica, que só o povo em sua amplitude genérica deixa notar claramente. Assim como há um espírito da época (*Zeitgeist*),

que domina um momento dado da história, há um espírito comum (*Algeist*), que determina a corrente geral das opiniões de um povo.

Pelo que toca à nação brasileira, os documentos não se acham coligidos, nem utilizados de forma alguma. Os nossos costumes públicos e particulares, nossa vida de família, nossas tendências literárias, artísticas e religiosas, todas as ramificações, enfim, da atividade popular, não têm sido objeto de um estudo particular e aturado. Nós desconhecemos-nos a nós mesmos.

Não se pode talvez dizer que o brasileiro, tomado individualmente, seja descuidoso de si próprio; considerado porém em geral, como tipo sociológico, o povo brasileiro apático, sem iniciativa, desanimado. Parece-me ser este um dos primeiros fatos a consignar em nossa psicologia nacional. É assinalável a propensão que temos para esperar, nas relações internas, a iniciativa do poder, e, no que é referente à vida intelectual, para imitar desordenadamente tudo quanto é estrangeiro, *scilicet*, francês.

Para o fim, que me proponho, basta-me consignar estes dois fenômenos, filhos primogênitos de nossa educação lacunosa: o poder como centro de tudo, o estrangeirismo como instigador do pensamento.

⁶¹ Vide L. Couty, *L' Esclavage ou Brasil.* ⁶² Luis de Camoens, por Miguel Lemos.

39

A nação brasileira não tem pois em rigor uma forma própria, uma individualidade característica, nem política, nem intelectual. Todas as nossas escolas, numa e noutra esfera, não têm feito mais em geral do que glosar, em clave baixa, as idéias tomadas à Europa, às vezes em segunda ou terceira mão.

Esta linguagem não agrada: *veritas odium parit*, sabe-se desde Cícero. Uma outra forte abusão do povo brasileiro é esta justamente: a relutância que temos em ouvir a verdade a nosso respeito, diga-se de passagem.

Quando se fala na política inglesa, alemã, francesa, italiana, americana, ou numa literatura destes povos, sabe-se o que se quer dizer.

No Brasil não é assim. Temos uma literatura incolor; os nossos mais ousados talentos dão-se por bem pagos quando imitam mais ou menos regularmente algum modelo estranho. Neste ponto as provas são tantas, que há apenas dificuldade na escolha. Recorde o leitor os nossos últimos movimentos literários. As quatro derradeiras escolas poéticas desabrochadas no

país foram a *hugoana*, a *realista*, a *parnasiana*, a *decadista*. A primeira trai-se por seu próprio nome; a segunda, quer na feição satânica do *baudelaireísmo*, quer na epicuriana do *zolaísmo*, não é mais do que uma imitação mais ou menos pronunciada das tendências que esses sistemas indicam; o mesmo no que se refere às duas últimas.

Na filosofia e ciências é a mesmíssima coisa. O povo brasileiro não pertence ao número das nações inventivas; tem sido, como o português, organicamente incapaz de produzir por si. Tanto quanto se deve aos povos fracos aconselhar que busquem exemplo nas grandes nações criadoras, eu avisara os brasileiros das vantagens que lhes podem advir da lição das gentes anglo germânicas, corrigindo as debilidades latinas.

Tocando em fatos diretos, basta não esquecer que as robustas gentes do Norte, tendo hoje à sua frente ingleses e alemães, está reservado o papel histórico, já vinte vezes cumprido, de tonificar de sangue e idéias os povos latinos, célticos e ibéricos do Meio-Dia.

Fechado o ciclo da Antigüidade, decaído o império romano, às raças germânicas coube a herança e a tarefa de preparar a Idade Média, criar as nações novas e abrir a era moderna. Destarte a Inglaterra, a França, Portugal, Espanha e Itália são outras tantas criações em que o gênio

germânico veio dar viço ao elemento latino. Preparando estes novos destroços com o *romanismo religioso*, foi ainda a Reforma, obra daquelas gentes, que veio abalar de novo as consciências à busca de idéias mais sãs.

Mas é sobretudo nas letras e ciências que o grande influxo inventivo daqueles povos se faz sentir.

Além das novas intuições iniciadas pelo romantismo, dali partiu, em tempos anteriores, o renascimento das matemáticas e da astronomia pela escola de João de Gemund, Purbach, Nicolau Pfyirt, Copérnico e Kepler. Dali vieram em o cálculo infinitesimal e integral de Leibnitz e Newton, a um hipótese cosmogônica dos gases de Kant, que Laplace pôs em cálculo, a termodinâmica de Meyer e Joule e a análise espectral de Bunsen e Kirchoff, duas concepções que dominam a física moderna, a teoria celular de Schwann e das Virchow, a intuição evolutiva do mundo, desenvolvida por Oken e Hieckel, a psicofísica de Weber e Fechner, sem falar em criações científicas, como a lingüística, a crítica religiosa, a mitografia, e nos imensos trabalhos de erudição histórica, arqueológica e etnográfica, não esquecendo a renovação da biologia por Darwin, a da filosofia por se Spencer.

Importa por certo definir, a traços largos, em várias esferas essa intuição anglo-germânica em

relação ao Brasil.

Vejamos rapidamente a ordem literária, filosófica e política.

Em literatura, há a distinguir o que diz respeito à poesia, romance, etc., e o que se refere à crítica literária propriamente dita.

A poesia é como a linguagem; ambas partem da natureza; mas ambas são organismos que se desenvolvem, que evoluem por sua conta. “A poesia, diz Rodolfo von Gottschall, funda-se na natureza e na verdade, as quais não são, entretanto, seu objeto, seu alvo determinado. Este consiste em tirar delas o belo, o que importa dizer que a obra d’arte se deve desenvolver como um organismo independente.”

A poesia deve ter a intuição de seu tempo; não tem por fim fazer ciência nem fotografar a realidade crua; ela não é hoje, não deve ser, pelo menos, condenada à afetação dos *clássicos*, com seus deuses, dos *românticos*, com seus anjos, ou dos *realistas*, com suas prostitutas; ela deve também lutar pelas idéias, sem despir a sua forma fulgurante e lírica.

Em crítica literária, deve dominar a idéia capital de uma revisão franca dos títulos dos nossos escritores, juízo que não deve trepidar ante o rigor e nem ter medo da algazarra pública, por mais desabrida que se ostente.

Neste terreno tem-se feito já alguma coisa.

Um dos problemas que se conseguiu modificar em seu sentido obsoleto foi o do nacionalismo literário. Era uma velha teima a de procurar um certo *nativismo* flutuante e incorreto, que nem mesmo sabia o que visava.

O conceito desse nativismo atravessou duas fases, que não devem mais ser confundidas, como o têm sido comumente.

40

Na primeira tinha veleidades étnicas e andava à procura de uma raça que nos caracterizasse e, por via de regra, dizia mal das outras. Ora era o português, ora o negro, ora o caboclo. Este predominou. Convencidos mais tarde os nativistas do que havia de artificial nessas tentativas, abandonaram a idéia de *raça* e apegaram-se à de *classes* fundadas nas grandes divisões geográficas do país.

Ficaram neste ponto.

Não era mais o *caboclo*, ou o *negro*, ou o *lusó*;⁶³ passou-se ao *sertanejo*, ao *matuto*, ao *caipira*, ao *praieiro*, etc. Tudo isto, porém, externamente.

Talhavam-se vestes e enroupava-se esta gente e nada mais. Entretanto, o Brasil não é nada disto; porque é mais do que tudo isto. Aqueles são tipos reais, é certo; mas particulares, isolados, e não enchem toda a galeria pátria. Há um espírito

geral que os comprehende, que os domina; é o espírito popular, subjetivo à nação, que não se pode fabricar, que deve ser espontâneo. O caráter nacional não está em se falar em *maracás* e *tangapemas*, tampouco está em se lembrar o *xiba*, o *bumba-meu-boi*, o *samba*, etc. Deve estar no sentimento original, no sentir especial do brasileiro.

O nacionalismo não há de, pois, ser uma tese objetiva de literatura, a caçada de um título; deve se antes estudar o nosso povo atual em suas origens, em suas produções anônimas, definindo a sua intimidade emocional, a sua visualidade artística.

Deve-se proceder ao estudo de nossa poesia e crenças populares, com a convicção do valor dessa contribuição etnológica, desse subsídio anônimo para a compreensão do espírito da nação. Em filosofia não se há de supor toda a ciência humana contida nos livros do *espiritualismo*, do *ecletismo* ou do *positivismo* franceses...

É mister beber em outras fontes. Na ciência experimental existe esse realismo transformista, esta intuição evolucionista do mundo, em que o homem não reina como senhor com o seu antropomorfismo pretensioso.

Na síntese filosófica deve-se banir todo dogmatismo, toda fórmula com pretensões a

absoluta. Chamada a tratar dos mais gerais problemas que não têm podido até aqui ser o objeto de uma ciência particular, a filosofia, se tem por obrigação não desprezar o ensino das ciências, não deve, por outro lado, sair do terreno de uma síntese provisória, de um ponto de vista crítico, objetivo; não pode ter a veleidade de impor uma fórmula definitiva e muito menos a de constituir-se uma religião.

A concepção da sociedade precisa sair fora de todos os velhos processos políticos, imprestáveis e gastos.

A filosofia política e social não se funda na idéia da autoridade; não quer a *ditadura* em nome do rei, nem em nome de um monopólio da ciência, como pretende certo oportunismo incongruente; funda-se antes na idéia da luta. Há uma seleção social, como existe uma natural. Este transformismo à Darwin tem duas faces, a adaptação normal, hereditária, conservadora, e a adaptação cenogenética, em que o mais forte devora o mais fraco, a *adaptação revolucionária*. Esses dois processos são indispensáveis: evolução e revolução, a natureza e a consciência.

Eis aí, a traços rápidos, a propaganda que eu faria se tivesse qualidades tribunícias. Em todo caso, nas páginas deste livro, consignadas ficam as linhas gerais de um programa. É ainda uma das idéias mais queridas da intuição

anglo-germânica a guerra à centralização do pensamento nacional, a oposição à imitação do *parisismo*.

O Brasil é o Rio de Janeiro!... dizemos, macaqueando inconsideradamente a frase – *a França é Paris!*...

Não cansarei de bradar contra semelhante absurdo. Não somente há tendências diversas na literatura das províncias ao norte e ao sul como as há especialmente das províncias para a capital e tais diferenças devem ser mantidas.

Nunca houve quem dissesse: a Alemanha é Berlim... os Estados Unidos são Washington... a Inglaterra é Londres... Haeckel disse bem: “Contra a centralização da ciência alemã, que seria especialmente perigosa na capital do Império, seremos garantidos pela aptidão à diferenciação e ao individualismo de nosso espírito nacional.” Entre nós sempre se tendeu para a centralização em tudo.

Eu estou muito longe de aceitar a superioridade intelectual das nossas províncias meridionais sobre as do Norte, e vice-versa; mas dou como provada a existência de certas diferenças características que não devem passar despercebidas aos novelistas e autores de estudos de costumes.

Há dois livros, dois dos melhores romances escritos no Brasil, que podem ser tomados como

prova do que deixo dito: as *Memórias de um Sargento de Milícias* de Manuel de Almeida e *Um Estudo de Temperamento* de Celso de Magalhães. São dois escritores mortos na flor dos anos; um nunca saiu do Rio de Janeiro e o outro do Norte do Brasil. Podem servir de base para um estudo comparativo. Cotejam-se as cenas, o estilo, as descrições de um e outro. Vejam-se em ambos as dissonâncias do meio e conhecer-se-á que tenho razão. Apreciarei, entretanto, as objeções opostas. Reduzem-se a duas: que se quer proclamar a preferência do Norte; que não temos ainda uma literatura e muito menos duas... A primeira cai por si

⁶³ O negro foi sempre aliás pouco aquinhoadado.

41

mesma; porquanto não se trata de superioridades, como a má-fé finge crer. A outra argumentação é também inconsistente.

Aí anda confusão entre um fenômeno histórico e um fenômeno crítico. O Brasil tem decerto uma literatura; porque tem tradições suas e tem possuído homens de talento que sobre elas produziram obras d'arte.

Não foi inutilmente que apareceram Matos, Durão, Basílio, Gonçalves Dias, A. de Azevedo,

Martins Pena, Agrário de Meneses, Alencar, Macedo, Varela, Tobias Barreto, Manuel de Almeida e Celso de Magalhães. Estes nomes pertencem à história; não é possível passar sobre eles uma esponja para satisfazer caprichos. É uma questão diversa, que pertence à crítica e não à história, saber se essa literatura é pobre ou opulenta, original ou não. Julgo-a pobre; mas é sempre uma literatura.

Não levemos a nossa fraqueza ao ponto de pormonos a repetir as extravagâncias e os caprichos de alguns autoritários estrangeiros.

Militam a favor da tese que defendo fatos de ordem física e moral.

O aspecto do solo e o clima são diversos no Sul e Norte do país.

Depois de Gervinus e Buckle todos conhecem a enorme influência destas condições sobre a vida de um povo e a organização dos poetas e artistas.

Os costumes divergem consideravelmente. A linguagem apresenta também dessemelhanças. O primeiro fato, o de ordem física, é assinalado por Martius na sua descrição botânica do Brasil; o segundo por Batista Caetano nos seus estudos lingüísticos.

Se não é possível confundir as populações do Norte com as do Sul em pequenos países europeus; se é exata a diferença entre o Algarve e o Minho, a Provença e a Normandia, a Suábia e o

Meclemburgo, o Piemonte e Nápoles, a Escócia e a Inglaterra, as Astúrias e a Andaluzia, em pequenos Estados da Europa, por que se hão de confundir o Pará, Pernambuco ou o Ceará com São Paulo, Rio Grande ou Paraná?! A vida histórica nestas regiões, tão distantes uma das outras, não tem sido sempre a mesma. Ficava muito bem a um imperialismo ferrenho comprimir toda e qualquer franquia provinciana que se erguesse no país; era a grande solidão geral para sobre ela levantar-se o espectro da corte superficial e presunçosa, bradando aos quatro ventos: – *o Brasil é o Rio de Janeiro!*...

A grandeza futura do Brasil virá do desenvolvimento autonômico de suas províncias, hoje estados. Os bons impulsos originais que neles aparecerem devem ser secundados, aplaudidos. Não sonhemos um Brasil uniforme, monótono, pesado, indistinto, nulificado, entregue à ditadura de um centro regulador das idéias. Do concurso das diversas aptidões dos estados é que deve sair o nosso progresso. A grande alma nacional, apesar de muito batida de infortúnios, não caiu ainda na imobilidade chinesa.

Continuai, continuai, poetas e romancistas, estudai os costumes reproduzi nos vossos cantos e nas vossas novelas o bom sentir do povo, quer do Norte, quer do Sul; marcai as diferenças e os laços existentes entre estas gentes irmãs, que são

o braço e o coração do Brasil. Não é de vossos estudos, interessantes ao observador e ao psicólogo, que nos pode vir o mal. Que seria melhor: uma pátria uniforme, morta, gelada, ou vivace e múltipla em suas manifestações? Daí não vem perigo. Não se chama isto dividir a literatura nacional em duas; é apenas afirmar a unidade na multiplicidade. Destarte, quando falam nas dissonâncias existentes entre as populações da *langue-d'oil*, e as da *langue-d'oc*, em *trouvères* e *troubadours*, os críticos não dividem a antiga literatura francesa em duas. No Brasil os estados do Norte e os do Sul têm a plena consciência do fato assinalado; e não se lhes dá disso; porque sabem ser um bem e conhecem nas suas próprias tradições, de lado a lado, recursos para as produções literárias. Tenhamos, sim, muito cuidado com as pretensões compressoras da capital; estejamos alerta contra o *parisismo* e contra a almejada *ditadura científica* de um centro regulador das idéias... É uma nova fórmula do jesuitismo!

BRASILEIRO I

Um dos fenômenos mais interessantes no estudo das criações populares é o que se poderia chamar o mestiçamento de todas elas nos países de formação colonial.

Sem ser exclusivo das gentes novas, porque o fenômeno se deu sempre desde a mais remota antigüidade, porque desde esses primórdios os povos se misturaram, é nas terras modernamente povoadas que o fato se deixa surpreender mais em flagrante.

As lendas, as canções, os contos, os mitos, a língua e até as danças deixam-se misturar de produtos de proveniências diversas.

42

Já nos *Estudos sobre a poesia popular brasileira* tínhamos nós mostrado esse caso de mestiçamento de nossa literatura popular e anônima, indicando as várias origens de nossos cantos e contos, destacando as fontes portuguesas, indianas e africanas.

O mesmo fizemos em relação às transformações da língua portuguesa no Brasil.

Vimos agora juntar mais alguns fatos, especialmente neste último terreno.

O escritor que primeiro entre nós chamou a atenção para o fato da justaposição de versos tupis e portugueses em nosso folclore poético foi Couto de Magalhães, benemérito propagandista que é da moda fingir esquecer hoje em dia. São conhecidíssimas as quadrinhas por ele colhidas no

Norte: “*Te mandei um passarinho,*

Patuá miri pupé;

Pintadinho de amarelo,

Yporanga ne iaué.

Vamos dar a despedida,

Mandu sarará,

Como deu o passarinho,

Mandu sarará,

Bateu asa, foi-se embora,

Mandu sarará,

Deixou a pena no, ninho,

Mandu sarará.”

Multas outras canções deste gênero devem existir em Mato Grosso, Amazonas, Pará e Goiás. Admira que não as tenham coligido os que têm viajado aquelas regiões.

Mas não foram as línguas dos selvagens americanos as únicas que entraram nessa obra de mestiçamento. O elemento indígena que devemos no Brasil e em toda a América Latina considerar como a rocha geral e indestrutível que serve de

base às edificações posteriores, ou como o tronco em que os brancos ou negros se vieram enxertar, não ficou só em campo a concorrer com o colono europeu. O elemento africano, a favor do qual, seja dito de passagem, se deveriam criar também largos serviços de proteção como se está fazendo para com o índio, o elemento africano entrou também na faina e viu muitas de suas danças, lendas, tradições e costumes entrarem no trabalho de confluência com os fatos congêneres de proveniência européia.

Se não nos enganamos, fomos nós os primeiros a coligir e publicar versos populares em português e africano, em que se nota o mesmo fenômeno apontado por Couto de Magalhães entre o português e o tupi.

Exemplo do fato são versinhos colhidos em Pernambuco e já publicados:

*“Você gosta de mim,
Eu gosto de você;
Se papai consentir,
Ó, meu bem,
Eu caso com você...
Alê, alê, calunga,
Muçunga, muçunga-ê.*

*Se me dá de vestir,
Se me dá de comer,
Se me paga a casa,*

*Ó, meu bem,
Eu moro com você...
Alê, ala, calunga,
Muçunga, muçunga-ê.”*

Mais tarde, muito mais tarde, passando por Pernambuco, em 1900, colhemos mais um trecho desses versinhos, que são cantados e servem para acompanhar uma dança.

É este:

*“Você gosta de coco,
De coco de dendê,
Arrumo meu baú,
Ó, meu bem,*

43
*Vou morar com você...
Alê, alê, calunga,
Muçunga, muçunga-ê...“*

A música, que sabemos de cor, é muito graciosa e mereceria bem a pena de ser escrita. E aqui fazemos uma declaração e exprimimos um anelo.

Ainda hoje, entre parêntesis, nos lembramos dos tons da mor porção dos nossos cantos populares. Temos feito esforços para conseguir músico de saber e talento capaz de as tomar por escrito. Não nos tem sido possível.

Não há muito, por influência do nosso amigo

Osório Duque Estrada, entramos em relações com o ilustre maestro Alberto Nepomuceno, que escreveu diversas canções. Por seus muitos afazeres não pôde continuar.

Devem estar em seu poder as peças que escreveu.

De novo exprimimos o voto de que seria para desejar que algum sabedor se apresentasse para escrever a nossa música popular. Nós ficamos às ordens para cantar o que sabemos; nós e pessoas de nossa família, onde o elemento nortista predomina.

Fechado o parêntesis, prossigamos.

Novas cantigas temos conseguido, nas quais se dá o entrelaçamento da língua portuguesa com algum dialeto africano.

Algumas são toadas que acompanham danças; outras são dizeres de brinquedos infantis; outras, finalmente, são orações, ou parlendas.

O elemento negro, ainda muito forte na Bahia, como em geral nas regiões da antiga cultura da cana-de-açúcar e nas zonas da primitiva mineração, mantém suas festas, suas danças, seus costumes em verdadeiro estado de flagrante mestiçamento com os outros elementos existentes na população do país.

Os seguintes versos tomamo-los de genuína negra baiana crioula, é certo, mas filha direta de africanos:

*“Nosso rei de Congo,
Mumbica,
Onde havemo’ achá-lo,
Senhora?”*

*“Ai, ai, tesumento,
Qui tate,
Ai, ai, cambaete,
Senhora...”*

A música é digna de estudo pela forte coloração africana que a reveste.

Servem tais versos e outros muitos para ser cantados por pretos no acompanhamento da procissão de S. Benedito e Nossa Senhora do Rosário.

Outros em música diferente:

*“Nosso rei D. Cariongo,
Ou João Caramundá,
Arreda, arreda, tira, tira,
Deixa passar.”*

Ou estes, já noutra música e onde não ocorrem palavras africanas; mas a língua portuguesa – tem sofrido a degradação peculiar do africanismo:

*“Valha-me São Benedito,
O amoroso Senhor,
Valha-me seu bento Filho,*

*Valha-me o seu resplendor,
Rezemos cinco mistérios
Pra Nossa Mãe do Rosário.”*

São versos cantados por pretos na procissão de S. Benedito e Nossa Senhora do Rosário, dissemos nós.

De todos os santos da corte celeste S. Benedito é o mais querido das gentes negras. Têm-no na conta de seu patrono e protetor.

44

Não sabemos por que motivo igualmente assim consideram a Virgem do Rosário, a quem consagram especial devoção e de cujas irmandades são eles as figuras principais, senão únicas. Em nossa terra, em Sergipe, a procissão de Nossa Senhora do Rosário tem sainete especial. O andor de S. Benedito é infalível, não falta e é o mais bem enfeitado.

A população inteira acompanha a procissão, formando imensa cauda aos andores. Homens e mulheres, velhos e moços, ricos e pobres, brancos, mulatos, caboclos, mamelucos, caborés, cafusos, mestiços de todas as graduações seguem indistintamente.

Os pretos espalham-se também pelo meio da enorme multidão; mas o dia é deles e por isso são os que se mostram mais contentes.

Um crescido magote deles vai em destaque adequado e em uniforme especial. São os *congos*; formam a guarda das três *rainhas*, dentre as quais se salienta a *Rainha Perpétua*. Vão armados de grandes espadagões. Uns forcejam por tirar, destramente, com as pontas das espadas, a coroa da Rainha, defendida por outros. Tudo isto no meio de danças e cantares. É muito gracioso.

Mas S. Benedito não é um só instante esquecido.

A mor parte dos versos do repertório são-lhe dirigidos pelos *congos* e *taieiras*. Estas são um grupo de bonitas mulatas, na flor da idade, faceiras, vestidas de branco e muito bem enfeitadas. Cantam os *congos*:

*Que santo é aquele
Que vem no andor?
É São Benedito
Mais Nossa Senhor.*

*Que santo é aquele
Que vem de charola?
É São Benedito
Mais Nossa Senhora.*

*Que santo é aquele
Que vem por colá?
É São Benedito
Que vai pro altar.”*

Não é, porém, somente nas ocasiões solenes das grandes festas da Igreja que a ação do negro se faz sentir.

Até nos brinquedos ou jogos infantis (*folguedos*, como se diz em Sergipe), nota-se a sua influência.

Curioso exemplo depara-se-nos no famoso jogo – de *uma, duas argolinhas*, que, aqui mesmo no Rio de Janeiro, temos ouvido cantado e precedido de dizeres africanos:

“Aiuê-dandê,
Aiuê-dandá,
Gato camungira,
Deixa a senhora passar.
– *Uma, duas argo linhas,*
Finca o pé na pampolinha.
O rapaz que jogo faz?
Faz o jogo do gamão.
Conta bem, Manuel João,
Conta bem, que vinte são.
Arrecolhe este pezinho
Na conchinha duma mão.”

Dá-se igual fato nas parlendas e orações. A prova está nesta *prece para pedir sol*:

“Sambe-quisambe,
Quisambiriçá,
Que eu quero sol

*Para sambar.
Caracol, caracol,
Quantos dias tem de sol?*

45

*Santa Justa, ajustai;
Santa Clara, clareai;
Santo Antônio, mandai sol
Pra enxugar o meu lençol.”*

Fenômeno semelhante deve-se estar dando nas colônias italianas de São Paulo entre a língua portuguesa e a daqueles imigrantes. Conquanto, ao que parece, a língua de Camões tenda a predominar ali, mesmo nas aldeias, lugarejos e fazendas, para não falar nas grandes cidades, o italiano e vários de seus dialetos são vulgares e o mestiçamento das línguas deve-se ter mostrado até na poesia popular.

Devem existir naquelas paragens poesias italianas cheias de palavras portuguesas e, vice-versa, poesias em português contendo vocábulos italianos. Estas em maior número.

Os folcloristas de São Paulo incumbam-se da tarefa de as coligir.

O mesmo deve estar acontecendo nas colônias alemãs de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nessas zonas, porém, do país, há de ser mais provável a existência de poesias em idioma germânico com uma ou outra palavra

portuguesa, do que a de poesias portuguesas com expressões alemãs.

O pouco cruzamento, ou melhor, o quase nenhum cruzamento que se nota ali entre as duas raças, é mais que suficiente para explicar o caso. Já não se dá o mesmo entre as populações brasileiras e as uruguaias da fronteira.

Os descendentes de portugueses e espanhóis entrelaçam-se perfeitamente naquelas zonas. As línguas dão testemunho de igual tendência. Damos aqui um curiosíssimo exemplo nos versos de um brinquedo popular coligidos em Sant'Ana do Livramento.

É um diálogo entre um pastorzito e uma matrona, no qual nota-se que o texto espanhol vai sendo adulterado por elementos portugueses:

*“– Al de oro, al de prata,
Que jogando la jadrez,
Una señora me ha dito
Que bellas filhas teneis.*

*– Si las tengo, no las tengo,
No las tengo para usted,
Que el pão que Deus me ha dado
Ellas comen e yo también.*

*– Pois me vou mui ignorado
A el palacio de El-Rei,
A contar vou a la reina*

Y al hijo de Ei-Rei también.

*– Volve, volve, pastorzillo,
No seas tan descortés,
Que das tres filhas que tengo
La más bella te darei.*

*– Levo esta por esposa,
Por esposa e por mujer,
Que parece una rosa
Acabada de nacer.”*

Neste caso é evidente ser o texto na íntegra primitivamente em castelhano. Sendo, porém, um bonito jogo de crianças, passou da povoação fronteira de Rivera levado pelos meninos para Sant’Ana do Livramento, onde lhe vão introduzindo palavras portuguesas. A música, que também temos de cor, é muito expressiva.

O tema é puramente herdado de velhos romances da Península Ibérica, que de fragmentos épicos que eram em princípio, passaram a simples pretextos de folguedos infantis.

No fundo é a mesma idéia que ainda hoje se canta em rondas de crianças no Norte do Brasil, como neste trecho que colhemos em Sergipe, na cidade da Estância, há já bastantes anos:

*“– Onde mora la Condessa
De língua de prata,
De ouro e lanceta?*

- Que queres com ia Condessa,
Cavaleiro que o perguntas,
Tão disposto e confiado?
- Manda el-rei Nossa Senhor
Que das filhas que vós tendes,
Por favor mandareis uma
Para com ele casar.
- Nem por ouro, nem por prata,
Nem por sangue de Aragão,
Tirareis as minhas filhas
De mosteiro em qu'elas' stão.
- Tão alegres que viemos
E tão tristes que tornamos,
Pela filha de la Condessas
De língua de prata,
De ouro e lanceta.
- Vinde cá, ó cavaleiro,
Pareceis homem de bem,
Subi aquele mosteiro:
Escolhei a que convém.
- Esta quero, esta não quero
Vestidinha de amarelo.
- Vós levais a minha filha:
Vede lá como a tratais.
- O pão que o rei comer
Também ela há de comer,
E a seda que o rei vestir

*Também ela há de vestir.
– Sentai-vos aqui, menina,
A coser e a bordar,
Que do Céu vos há de vir
Uma agulha e um dedal;
O dedal será de ouro,
A agulha será de prata,
Palmatória de marfim
Para a mestra castigar
As mãozinhas de alfenim.”*

Restos de antiquíssimo romance ou xácaras, estes versos, bastante deturpados, são acompanhados de uma toada musical de caráter arcaico.

O fenômeno da fusão e mestiçamento das cantigas populares, romances, xácaras, orações, parlendas. versos gerais, loas... não se denuncia somente na linguagem; manifesta-se também nas fontes mais íntimas das inspirações. A mesma psicologia popular é a primeira a transformar-se.

Existem entre nós inúmeros exemplos dessa espécie de mestiçamento psicológico, que chamamos mestiçamento moral.

Romances e xácaras se nos deparam por este Brasil em fora que são casos irrefragáveis dessa espécie de hibridação. São produtos recentes de nossas atuais populações mestiçadas, moldados sobre velhos elementos tradicionais, inteiramente

transformados pelos cantores modernos, caipiras, tabaréus, matutos ou sertanejos.

Pudemos apanhar, recitado por um preto da fazenda de Sant'Ana do Paraibuna, do Estado do Rio de Janeiro, uma espécie de romance conhecido por *O caso de João Alves Flor*, que é digno de atenção. Aí não há mistura de línguas; nota-se o falar corrente entre as gentes do interior, no qual a linguagem tem o sabor das criações imediatas do povo rude.

O tom, o gosto, o estilo, se de estilo se pode falar em casos tais, é puramente brasileiro – tabaréu ou matuto.

Eis aqui:

*“Numa manhã de domingo
O valentão Alves Flor
Se vestiu e se aprontou
Para furtar Leonor.
— Meu filho, dou-te o conselho,*

47

*Se acaso queres tomar:
Tira a sela do cavalo,
Acho bom
que não vá
lá. — O
cavalo está
selado
Que o menino já selou;*

*Embora
qu'eu morra
hoje, Inche
na ponta da
faca,
eu vou furtar Leonor.
Levou o cigarro feito
Para pedir fogo a ela.
No passar pelo sobrado,
Avistou-a na janela.
– Não vim aqui passear,
E nem vim lhe visitar,
Vim saber da sua boca
Se comigo quer casar.
– Meu anjo,
peça a meu
pai, Sem
menage de
ninguém, E
se meu pai
consentir,
Meu negro,
quero
também.
Nisto
apareceu o
velho
Cuma cara de leão:
– Deus lhe*

*guarde, meu
senhor. —
Boas tardes,
meu patrão. —
Se quiser
desaparecer,
Ou se quiser descansar,
Isso aí é uma janela,
A porta da frente é cá.
— Não quero desaparecer,
E nem quero descansar;
Vim lhe pedir Leonor
Para com ela casar.
— Eu não dou
a minha filha
Pra homem
de correntão,
De
guarda-peito
e gibão;
Quase todos
são velhacos,
E a maior
parte é
ladrão. —
Meu senhor,
não diga
isso, Tenho a
ela muito*

*amor,
Nessa
minha
pouquidade
Me acho
com
qualidade
Pra casar com Leonor.
– Vem cá,
Pedro, vem cá,
Paulo, Vem cá,
Chico
Venceslau,
Bota o cabra
no quadrado,
Quero ver
gemer no pau.
João Alves,
quando ouviu
isto, Deu de
rédea na
carreira, Até
que errando o
caminho, Saiu
numa capoeira,
Onde se
achava uma
velha. –
Minha*

*velha, venha
cá, Tenha
de mim
compaixão,
Se vancê
quiser
ganhar
Vinte e cinco patação,
É ir correndo depressa
Neste caminho a seguir,
Perguntar a Leonor
Em que noite quer fugir.
A velha saiu correndo,
A modo que ia voando,
Conversou com Leonor*

48

*E veio logo voltando.
— Leonor manda dizer:
Na noite de
quarta-feir
a Vancê vá
atrás do
muro,
Pisando
muito
seguro
Por detrás da
bananeira.*

*Mas mesmo
nem de
encomenda,
Na noite de
quarta-feira O
velho
desconfiou,
Pois
durante
toda a noite
O velho
não se
deitou.*

*Esteve a noite
inteirinha
Dum lado e
doutro
acordado,
Com o ouvido
bem atento E
seu
bacamarte
armado. De
sorte que
nesta noite A
Leonor não
fugiu,
E o pobre
do Alves*

*Flor De
frio quase
que engiu.
No dia de
quinta-feir
a,
O velho pôs-se de pé:
– Minha
mulher,
venha cá,
Vinha cá,
minha
mulher;
Preste a
maior
atenção,
Não se
deixe
engambelar,
Sentido com
Leonor,
Não deixe
ela se
arrumar. O
velho foi
pro roçado,
A velha foi-se deitar.
Leonor se aproveitou
E foi logo se aprontar.*

*Quando a
velha
levantou,
Achou a
trouxas
arrumada.*

*– Ó Leonor,
minha filha,
Eu pilhei
tua
massada.*

*Leonor, ó minha filha,
Pra que é este vestido?*

*– É p'a
mode
mudar este,
Veja como
está
rompido.*

*Eu me sinto
adoentada,
Estou com
pouca
saúde; A
senhora dá
licença
Qu'eu vá ao
banho no
açude? –*

*Minha filha
Leonor,
Você quer é
me
enganar, O
tempo está
de calor,
Banco frio lhe faz mal.
— Deixa
disso, minha
mãe, Que
disso
nenhum mal
vem, Tomar
banho no
calor
Nunca fez
mal a
ninguém. —
Chiquinha e
mais a
Maria,
Acompanhem
Leonor.
— Minha mãe,
com este
bando, Leve
o diabo, eu
não vou. —*

*Minha filha
Leonor,
O que é que
disse seu
pai? Escute
cá, minha
filha,
Me diga por
que não vai.
– Elas não
vão fazer
nada, Vão
pra lá só
conversando
, Apenas
pra me
espiar*

49

*E depois
estar
mangando.
– Minha
filha
Leonor,
Eu lhe
quero
muito bem,
Você pode*

*ir
sozinha...
Vai depressa e
logo vem. —
Minha mãe,
minha
mãezinha, É
sempre boa
pra mim;
Então, adeus,
até logo,
Sua bênção,
mamãe,
sim? Ao
cabo de
meia hora
A velha desconfiou,
O que é que
faz minha
filha, Que é
que faz
Leonor?
O açude
está
enchendo,
Quem sabe
não se
afogou
Chiquinha,*

*que já sabia
Da grande
velhacaria,
No ar assim dirigiu:
– Minha
mãe ainda é
boba, A
Leonor já
fugiu...
– Chiquinha,
minha
Chiquinha,
Que estás
dizendo? Ai!
ai! Nós hoje
temos serviço
Com as
zangas do
teu pai. A
velha saiu
correndo
Na direção do roçado.
Ai achou o marido
Que
descansava
amuado.
Dirigiu-se
para ele
Numa falinha dengosa:*

*— A nossa filha fugiu,
Venho lhe
trazer a
nova. O
velho se
levantou,
Levantou todo
tremendo,
Arrumou coas
mãos na velha
— Danada,
que está
dizendo? — A
velha caiu no
chão
Entre gemidos e ais.
Pedindo: —
Por Deus do
Céu, Meu
velho, não me
dê mais. A
velha saiu
dali
Suspirando e
soluçando, E
o velho, como
malvado, De
vez em
quando*

*açoitando.
Deu tal
tranco na
coitada Ao
passar uma
cancela, Que
a pobre caiu
no chão,
Rebentou
uma canela.*

– *Chiquinha e
mais a Maria,
Vão lá para a
camarinha. –
Meu pai, para
que nos quer?*

– *Inda tu
falas, mulher?
Vão lá para a
camarinha
Provar do
relho do boi,
Pra mode
vocês não ir
Como a outra já se foi.*

*A
Chiquinha
quando viu
Que a*

*surrá era
demais
— Maria, se
tens
coragem
Hoje damos
no papai.
Uma segurou nos pés,
Outra deu um empurrão,*

50

*Foi acima, foi abaixo,
Deram com o velho no chão.
A velha foi-se arrastando
— Deixem tirar meu quinhão.
Puxou a cara barbada,
Deu quatrocentas dentadas,
Oitocentos beliscão.
Ao cabo de quinze dias,
Chiquinha viu Leonor.
— No dia em que eu fugi,
Mana, como se arrumou?
— No dia que vancê fugiu
Até meu pai apanhou,
E toda a casa esparramou.”*

Nestas e nas demais peças citadas não quisemos, por inútil e por demais antiestético, reproduzir com inteiro rigor os dizeres de todo errados das pessoas do povo mais grosseiras e

completamente incultas.

Toda gente sabe que o pessoal mais atrasado diz – *teia, teiado, cuié, muié, véio, véia, artá, fio, fia, Lianô, amô, resprendô*, em lugar de *telha, telhado, colher, mulher, velho, velha, altar, resplendor*, e outros casos assim.

Toda gente sabe igualmente que essas classes populares não respeitam o plural dos nomes. Dizem: *rezemo cinco mistério, oitocento beliscão*, etc., em vez de – *rezemos cinco mistérios, oitocentos beliscões*, etc.

Não pronunciam o *r* final do infinito dos verbos.

Dizem: *querê, amá, ganhá, fazê, fugi*, em lugar de *querer, amar, ganhar, fugir*. O mesmo com as consoantes finais das palavras: *calô, má* por *calor, mal*. Se quiséssemos observar um rigorismo escusado, deveríamos, por exemplo, ter grafado:

“*Minha fia Lianô,
Você qué é m’enganá;
O tempo está de calô,
Banho frio lhe faz má.*”

A propósito da xícara de *João Alves Flor*, qualquer bochechas e, sobre esse caso popular e repetidíssimo de tentativa de rapto e posterior fuga de uma rapariga do campo, teceria curiosas coisas sobre a teoria dos casamentos exogâmicos primitivos, citaria as doutrinas de Mac-Lenan e de Morgan, lembraria o rapto de Helena das Sabinas

e outras galhardias da espécie.

Não o faremos nós. As simples distâncias de posição, fortuna, cor e outras do mesmo gênero, existentes em nossas populações, como aliás entre as populações de todo o globo, explicam perfeitamente a necessidade que têm, às vezes, os pretendentes de raptar as namoradas ou induzi-las a fugirem.

E nem se creia ser isto peculiar somente às classes mais baixas do povo. Dá-se também nas rodas mais altas.

Sabemos de curiosíssimos casos de fugas de filhas de fazendeiros, senhores de engenho, negociantes abastados, políticos influentes, de todo explicáveis, sem ser preciso recorrer à teoria da sobrevivência da exogamia tribal dos tempos recônditos.

Até ministros e diplomatas tiveram alguma vez de recorrer à fuga das noivas, senão ao rapto delas.

Poderíamos narrar alguns, se não fora talvez indiscrição.

II

Um fato digno de estudo observamos sempre nas investigações a que procedemos no terreno do folclore nacional: a falta de criações relativas aos acontecimentos de nossa história e de nossa política. Não nos referimos, é claro, à ausência

de criações mitológicas ou sequer heróicas, do gênero das primitivas inspirações arianas da espécie daquelas, a cujo número pertencem os *Vedas*, o *Ramaiana*, a *Iliada*, os *Edas*, os *Niebelungen*, o *Mabinogion*. Deste gênero nem o próprio Portugal nem a mesma Espanha os possuem.

Dos primitivos iberos não restam criações poéticas de qualquer espécie, como não restam das primeiras gentes que senhorearam grande porção da Península, segundo, em parte, a lição de Jubainville, ampliada e robustecida por Martins Sarmento: os lígures. Mesmíssimo é o fato relativamente a fenícios e cartagineses, povos que, aliás, foram sempre paupérrimos de criações míticas e épicas.

Pelo que toca a celtas e gregos, sua evolução poética e mitológica já se tinha, de há muito, dado noutras regiões, quando vieram se estabelecer na Península.

51

Das conquistas romana, suévica, visigótica e árabe e nem é preciso falar, por comparativamente recentes. A fase mitológica e até a heróica de tais gentes já noutras paragens tinha passado. A falta que notamos no cancioneiro brasileiro é a de simples referência aos mais notáveis fatos da nossa história social e

política e aos seus homens representativos mais eminentes. A ausência não se pode dizer completa, porque encontram-se duas canções, uma relativa ao Filgueiras da revolução de 1824 em Pernambuco e províncias próximas até ao Ceará, e outra referente ao fato da Independência em 1822.

A primeira explica-se perfeitamente. O que o povo no Filgueiras principalmente viu – foi o tipo de perfeito bandido, porque outra coisa não foi essa espécie de Ferrabrás, de valentão e desordeiro, ao que se depreende da leitura do mais sugestivo dos historiadores brasileiros, o mais desabusado, o que melhor enxerga as questões sociais, – o perspicaz João Brígido.

Os sertanejos, em cujos centros floresce o banditismo, conhecem-lhe os tipos principais, que se distinguem por suas façanhas.

É por isso que nosso cancioneiro é tão rico em xácaras encomiadoras de bandidos ou facínoras, como o *Lucas da Feira*, o *José do Vale*, o *Cabeleira* e outros assim.

O *Filgueiras* entra perfeitamente no grupo.

As populações sertanejas são ainda hoje as únicas que, entre nós, se acham nas condições precisas para a produção da poesia anônima.

Natural é, por outro lado, que elas decantem os tipos que mais as impressionam. Este é o caso, como disse, dos bandidos célebres e também dos

cantadores e menestréis famosos, como *Manuel do Ó Bernardo*, *Manuel do Riachão*, *Rio Preto* e outros menos ilustres. Tal o motivo de aparecer também crescido número de xácaras relativas a esses menestréis.

Fora desses seus homens prediletos, – os sertanejos cantam apenas o boi, o marruá, o guadimar, – chefe de rebanho, – para eles muito mais ilustres do que os imperadores ou presidentes de república. O ciclo de romances de vaqueiros dedicados a animais famosos é avultado.

O *Boi Espácio*, o *Rabicho da Geratda*, o *Boi Surubim*, o *Boi Prata*, a *Vaca do Burel* – são do número.

A outra canção de tipo histórico é, dissemos, relativa ao tempo e ao fato da nossa independência política.

Bem analisada, porém, se conhece que foi obra de algum Sócrates de aldeia, de determinado indivíduo inculto na altura do meio, e não genuinamente popular.

Temos por assentado, pois, que nem as cenas do povoamento primitivo do país nos séculos XVI e XVII, nem as façanhas dos bandeirantes, nem as guerras dos holandeses e franceses, nem as dos espanhóis no Sul, nem as lutas dos *Mascates* e *Emboaba*, nem as cenas da mineração, nem mesmo a Independência, nem as guerras da

Cisplatina, do Prata e do Paraguai – determinaram a produção de ciclos poéticos às nossas musas populares.

Pelo que toca à última dessas guerras, houve aí durante algum tempo uma espécie de rapsodista, – de nome Sant’Ana, – que cantava rudes estrofes de sua lavra, relativas aos feitos daquela campanha. Andaram em folhetos e pertencem claramente ao gênero *literatura de cordel*, como o *Testamento do Galo* e outros produtos análogos.

Não é a genuína poesia popular.

Se é certo que as nossas populações do Centro, onde se nos poderia ainda deparar o fenômeno curiosíssimo da elaboração da poesia anônima, não se interessam pelas questões políticas, levantadas quase exclusivamente na capital do país, não é menos verdade que a musa anônima do populacho da grande cidade, mui raramente, entretanto, se lembra de caricaturar os nossos grandes homens.

Mas, mesmo aí nessa baixa esfera, a produção é escassíssima.

Aqui vamos incluir tudo que encontramos de caráter político em nosso cancioneiro popular. Eis a peça relativa à Independência, corrente sob a denominação de *Conversa Entre um Corcunda e um Patriota*:

C. – *Deus lhe guarde, meu senhor.*

P. – *Venha com Deus, cavaleiro,
Vinha logo me dizendo
Se é corcunda ou brasileiro.
Vejo-lhe divisado
Na cabeça um grande galo,
Bem me parece ser
Da vazante o espantalho.*

C. – *Sim, senhor, eu sou corcunda
E morro pelo meu rei;
Esta divisa que trago
É da sua real lei.
Se o senhor é patriota,*

52

*Provisório cidadão,
Se fala contra o meu rei,
É judeu, não é cristão.
E com isto já me vou,
Não quero mais esperar;
O senhor é jacobino
Pelo modo de falar.*

P. – *Dê-me
atenção,
meu senhor,
Não se faça
esfurecido,
Um homem apaixonado
Não dá prova de entendido.
Eu conheço o seu caráter,*

*Não é de tolo e vazio,
Mostra ser de bem pensante,
Ou dalgum escriturário.
Faça-me a honra de appear,
Venha-me dar um clarão;
Só o senhor pode dizer-me
O que é a Constituição;
E também da Independência,
De Dom Pedro Imperador,
Tudo me explique agora,
Eu lhe peço por favor.*

C. – *Se o senhor
fala-me sério,
Se não é
adulação,
Eu lhe direi de que consta
A nova Constituição.*

P. – *Ora, senhor,
creia em
mim, Que
muito sério
lhe falo,
Não passo de um homem néscio,
Não sei onde canta o galo.*

C. – *Estes
malvados
pedreiros,
Carbonários da
nação, Que, por*

*serem cristãos,
Não querem ter rei
nem roque, E
menos religião.*

*Só por isto
desprezaram O
nosso bom rei
Dom João. A lei
deles é anarquia
Da tal
Constituição,*

*Cativando desumanos
Sem ter quem lhes vá à mão.
Não querem saber de missa,
E menos de sacramento,
Mofam de tudo que diz
Nosso Santo Testamento.*

*Veja, pois, por que rigor
Chamam a nós marinheiros,
Arrocham de pau e peia,
Morram todos ao chumbeiro.
Uns homens nobres em tudo,
No sangue e no proceder,
De famílias ilustradas
Muitos deles vêm a ser,
Filhos de duques, marqueses,
Dos infames patriotas
De condes e de morgados.
Têm sido desfeiteados...*

*Estas feras doravante
Só em si maldade encerra;
Desprezam o nosso rei,
Que Deus nos deu na terra:*

53

*Um homem santo e pio,
Um refúgio de esperança,
O nosso Dom João Sexto,
Filho da real Bragança.
Esta família ilustrada,
Que o mesmo Deus destinou
Pra seus filhos governarem,
Serem de nós supriô...
Mas agora estou contente
De ver tudo isto acabado,
Uns mortos e outros presas,
Outros tantos enforcados.
Adeus, pois; tenha saúde,
Creia nisto que lhe digo,
Fuja desses patriotas,
Que são nossos inimigos.
Mas já está se acabando
A maldita rebelião,
Ficando só no Brasil
A fé pura de cristão.*

P. – *Tratemos da
Independência.*
C. – *Isto é passo*

*muito errante,
Que Dom Pedro
no Brasil
Não pode ser imperante.*

P. – *Por quê? Ele
não é Bragança?*

C. – *Se o rei ainda
é vivo*

Não pode se dar herança.

P. – *Já não posso,
seu corcunda,
Sua loucura
aturar,*

*Quer por gosto, quer por força,
Ouça-me agora falar.*

*Diga-me, homem sem brio,
Amante do cativeiro,
Somos terra, somos gado,
Que Dom Pedro seja herdeiro?
Quando Deus formou o mundo,
Qual foi o rei que deixou?
Não deixou um só Adão,
De todos progenitor?
Deste mesmo Adão não fez
Deus no Céu, para seu mando,
Uma mulher para ele
Produzir o gênero humano?
Desses pobres camponeses
Produziu todas nações,*

*Algum dia eles tiveram
Fidalguias ou brasões?
Onde foi Bragança haver
Esse seu sangue ilustrado?
Só se foi por outro Adão
Que por Deus não foi deixado.
Só se dessa descendência
De gente que Deus não fez,
Saiu toda a jerarquia,
Condes, duques e marquês.
Abra os olhos, homem tolo,
Adore o Deus verdadeiro,
Aquele que por nós morreu
Como inocente cordeiro.
Se esse rei é tão real,
Como adulas a Dom João?
Pode este no morrer*

54

*Não cair em podridão,
Ressuscitar aos três dias
Como bem ressuscitou
O rei, filho de Maria?*

C. – *Eu cá sigo o rei Davi
Que o mesmo Deus consagrhou.*

P. – *Isto lá eu não duvido
E também por isto estou.
Mas quem era o rei Davi?
Era um pobre coitado,*

*Era um simples pastorzinho
Do rebanho de seu gado.
Que é do nosso rei Davi?
Agora só há tiranos,
Dissolutos, incivis,
Pelas vaidades profanas.*

C. – *Já é tarde, vou andando,
Tenha mão, seu papagaio,
Você diz – cadê a tropa
Do coitado do Pinheiro;
É certo que lá andei
E que dele sou soldado...*

P. – *Perseguiste teus patrícios
Como lobos defamados;
Nos casais que tu cercaste
Também foste carniceiro;
E ajudaste a tirar
A vida, a honra, o dinheiro;
Ajudaste a degolar
Teus irmãos, mansos cordeiros.
Que desgraça, seu corcunda,
Entre os mesmos brasileiros!..
Desprezar os seus irmãos
Como lobos carniceiros!
Esta injúria, seu corcunda,
Reclama o Deus verdadeiro.*

C. – *Meu amigo, já estou certo
De quanto me tem narrado,
Já me pesa de ter sido*

*Pra meus irmãos tão malvado.
Roto o véu do engano,
Nova vida eu terei,
Bom patriota serei;
Podem contar comigo:
Defender a nossa pátria
E morra o nosso inimigo.”*

Em relação ao grande fato da Independência não se nos deparou outra composição qualquer. Pode ser que tenha existido; mas anda de todo esquecida.

As guerras dos *Mascates*, dos *Emboabas*, dos *Palmares*, nada inspiraram que se tivesse conservado na tradição.

O mesmo aconteceu com a *Inconfidência*, a revolução de 1817, a de 1848. A dos *Farrapos*, do Rio Grande do Sul, apesar de se haver protraído por perto de dez anos, não deu origem a um ciclo de poesia popular.

Em 1879 encomendamos a nosso grande e saudoso amigo Carlos de Koseritz, fazer estudo e colheita da poesia popular rio-grandense para incluir na coleção dos *Cantos Populares do Brasil* que andávamos preparando.

Entre muitas quadrinhas que nos enviou, nada encontramos acerca da famosa revolução. A revolta pernambucana de 1824 produziu, como já advertimos, os versinhos relativos ao *Filgueiras*.

São estes:

“— *O que tens, Joaquim Inácio,*

55

Que de cores vens mudado?
— *Meu cunhado Gonçalinho*
Foi preso para o Escalado.
O Filgueira assim que soube
Mandou chegar seu cavalo,
E correu à rédea solta
Em busca do Cantagalo.
Foi chegando e foi dizendo
Com a sua mansidão:
— *Quero meu sobrinho solto*
Que o vejo na prisão.
Responde o cabo da tropa,
Por ser homem malcriado:
— *Seu sobrinho há de ser solto*
Depois de eu morto e picado.
Respondeu Joaquim Inácio
Com a sua opinião:
— *Meu tio, peça favor*
A gente, a tapuio — não.
Puseram uma pistola
Nos peitos de Joaquim Inácio;
A bala entrou pela frente,
Foi sair no espinhaço.
Filgueira, com esta ação,
Ficou muito estomagado,

*Passou mão ao bacamarte
Pra derrubar o Escalado.
O mulato João de Brito,
Mulato de estimação,
Nos galhos das marmeiras,
Lá deixou seu mandrião.
– O que tens, José Luís,
Que de trajes vens mudado?
– Com o repuxo do Filgueira
Sai todo escangalhado.”*

De D. Pedro II, que foi imperador do Brasil por sessenta anos e o governou durante cinqüenta com espírito dez de justiça verdadeiramente raro, apagados são os vestígios que nos ficaram até hoje no cancioneiro popular.

Encontramos apenas os que vão a seguir.

Primeiramente esta graciosa quadrinha:

*“Atirei um limão n’água,
De pesado foi ao fundo;
Os peixinhos responderam:
Viva Dom Pedro Segundo.”*

Esta ouvimo-la em Pernambuco e no Rio de Janeiro. No Recife coligimos estas:

*“Chover, chover,
Ventar, ventar...
É nos braços de Maria
Que eu me quero acalentar.*

*Amor, amor,
Querido amor,
Este povo brasileiro
É de nosso Imperador...*

*Todo mundo me dizia
Que o Horizonte não saía,
O Horizonte está na rua
Com prazer e alegria.*

56

*Amor, amor,
Querido amor,
Este povo brasileiro
É de nosso Imperador.”*

São pequenos trechos quase sem significação, rápidas referências ao monarca, provindas dos improvisadores e menestréis das cidades.

Das grandes massas incultas vinha o silêncio, a indiferença.

Os garotos do Rio de Janeiro produziram quadrinhas, das quais coligimos estas duas há muitos anos:

“*Quando ia hoje
Pela Rua das Violas,
Pedro Segundo
Deu um tiro de pistola.*

Quando ia hoje

*Pela Rua do Sabão,
Pedro Segundo
Deu um grande escorregão.”*

Ninguém se admire deste desrespeito para com o grande imperador, porque outras ilustres personagens não foram mais felizes.

Deodoro da Fonseca, o soldado cavalheiresco, assinalado na Guerra do Paraguai pelos mais heróicos feitos, Deodoro – o fundador da República, nada inspirou à musa anônima, além destes versinhos que integralmente reproduzimos:

*“Indo esta tarde
Passear pela cascata,
Encontrei o Deodoro
Namorando uma mulata.*

*A moça do Deodoro
É uma grande caloteira,
Mandou fazer um vestido,
Não pagou a costureira.”*

Já se vê, portanto, que não foram só os nossos grandes tipos da história da colônia que nada, ou quase nada, inspiraram às musas populares.

Os homens e os feitos da fase imperial e dos dias da República acham-se em idênticas circunstâncias.

A revolta da armada, que trouxe, durante seis meses, a vida nesta cidade em condições anormalíssimas, inspirou apenas esta quadrinha que devotamente recolhemos:

*“Floriano não vai ao mar,
Custódio não vem à terra,
Faça favor de dizer
Como acabar esta guerra?”*

Não é grande coisa e quase nada significa. Qual a razão dessa pobreza, desse quase mutismo da inspiração anônima do povo brasileiro, pelo que toca à sua história política?

A resposta não é difícil.

Desde os primeiros tempos da constituição de nossas populações, estas se viram sempre segregadas em grupos, esparsas e separadas entre si. Circunstância era esta já por si suficiente para dificultar a formação de uma forte consciência coletiva, um vivaz sentimento de nacionalidade. Não foi só isto: uma administração compressora e rapace habituou o nosso povo, desde suas origens, a considerar com maus olhos a governança e tudo que com ela se relaciona. Os chamados aspectos políticos não podiam escapar a esse desprestígio, a essa falta de simpatia.

As massas mais incultas, que são as que produzem o folclore, nunca se acharam entre nós presas de grandes paixões gerais, dessas que

abalam de alto a baixo a alma dos povos.

57

Arredadas de toda e qualquer co-participação na gerência de seus destinos, habituaram-se a ver os negócios nacionais manipulados na Capital pelo grupo a isto afeito desde os primórdios. Lisboa, em primeira e última instância, durante três séculos, com a sucursal da Bahia, ao princípio, e do Rio de Janeiro, depois, teve sempre o cuidado de conter as gentes brasileiras nas malhas da administração asfixiante do antigo regime absoluto.

O Império, por mais que se prodigalizasse em leis liberais, já encontrara a massa geral da população do país demasiado acostumada a ser dirigida por toda a parte por espertos politiqueiros, facilmente mantidos pela centralização do sistema.

A Capital se encarregava de pensar politicamente por toda a gente. As populações das diversas zonas do país, até hoje, permaneceram nesse alheamento, sabiamente mantido pelos doutores em politicagem, pelos mestres no fabricar eleições. A poesia emudeceu.

Nas cidades, capitais dos estados, existe, por certo, grande efervescência política, mas sempre no sentido dos arranjos e proventos que possam tirar os que dela vivem.

Nesses meios a poesia popular não passa de grosseiros desabafos da garotagem inteligente. Nos altos sertões, as gentes pastoris, na grande liberdade do seu viver, ao contato direto da natureza, nos largos descampados, circulados pelas belíssimas perspectivas das serranias longínquas, são as únicas que ainda descantam as façanhas dos seus heróis.

Estes são, porém, os bandidos famosos por seus feitos de valentia, ou os bois, célebres por sua destreza.

III

Nas produções da musa popular a poesia, a música e a dança se entrelaçam por tal modo, que muitas vezes é impossível dizer qual delas predomina; difícil é marcar nelas o momento preponderante, como dizem os alemães. Recentemente coligi oito peças nas quais se me depara o fato aludido.

Foram colhidas no Rio de Janeiro, mas da boca de pessoa natural da cidade de Laranjeiras (Sergipe) e ali aprendidas.

São: *O Jogo ou Folguedo da Trança*, *O Jogo ou Brinquedo do Maracujá*, *A Sereia*, *Belas Frutinhas*, *O Engenho*, *A Faisca*, *O Ferreiro*, *A Geraldina*.

Nas cinco primeiras a música e a dança entram em partes que se poderiam dizer iguais;

nas três últimas os versos são rapidíssimos e mero pretexto para a dança que predomina.

Depostas aqui no papel, as letras dessas funções não têm graça nenhuma; em seu meio natural, cantadas e dançadas, constituem encantadores divertimentos populares.

Descreverei um por um, mas lhes ficarão ausentes a alma que está nos cantos e bailados. *O Folguedo da Trança* é um apêndice dos reisados do Natal e Ano-Bom. À casa, onde vão cantar, mandam moças uma vara enfeitada, numa das extremidades da qual há um suporte que a faz conservar-se em pé e na outra estão presas dez longas fitas de cores diversas. A vara é colocada na sala e fica oculta por uma cortina. À hora aprazada, surgem dez moças, lindamente enfeitadas, cantando à porta da sala, pedindo licença para entrar. Correm, depois, a cortina e surge a vara com as longas fitas pendentes. Cada rapariga segura numa fita e vão cantando a fazer com elas uma complicada trança. Há sempre um grupo que faz de *coro*. À entrada cantam todos:

Canto:

*“Senhora dona da casa,
Doce creme de virtude,
Aqui está na vossa porta
A mais bela juventude.*

Coro:

*Bote para fora
Queijo, caruru,
Vatapá, canjica,
Arroz e peru.*

Canto:

*Viva o dono da casa,
Viva a nossa função
O sincero das palmas,
A noite de São João.*

Coro:

58

*Bote para fora
Queijo, caruru,
Vatapá, canjica,
Arroz e peru.”*

Segue-se a cena da trança que é feita ao som destes cantos:

Canto:

*“A nossa amizade
Vai sempre crescendo
Na trança de fitas
Que vamos tecendo...*

Coro:

*Viva o dono da casa,
Viva a nossa função,
O sincero das palmas,*

A noite de São João.

Canto:

*Vamos todas juntas,
Correndo contentes,
Saudar as pessoas,
Que aqui estão presentes.*

Coro:

Viva o dono da casa, etc.

Canto:

*São cantos da roça,
São flores agrestes,
São penas das asas
Dos anjos celestes...*

Coro:

Viva o dono da casa, etc. ”

Vão cantando, assim, versos, mais ou menos adequados, e o respectivo estribilho, até findarem a trança.

Em meio das quadrinhas puramente populares introduzem algumas de evidente origem literária, que se popularizaram e entraram para o repertório geral. Deste número é aquela última:

*“São cantos da roça,
São flores agrestes, etc. ”*

O *Brinquedo do Maracujá* é também um

apêndice aos *reisados e cheganças*. Nos *Cantos Populares do Brasil* (2^a edição, pág. 173) dei uma versão sergipana algum tanto diferente da que vou agora referir. Essa versão, já publicada, anda também inserta, por dádiva minha, em coleções de Melo Moraes Filho. A este escritor comuniquei, em tempo, várias canções e poesias populares; entre outras contam-se a *Nau Catarineta*, a *Borboleta*, o *Pica-Pau*, os *Mouros*, os *Marujos*, etc.

O *Brinquedo do Maracujá* consiste em coisa muito simples; o principal nele é a música, que, infelizmente, não sei reproduzir.

Numa sala, enfeitada de arbustos, entre os quais se nota um fingido pé de maracujá, quando não é uma grande ramada dele próprio, surge uma rapariga, belamente vestida de branco e adereçada de laços vistosos. Vai faceiramente, em passos medidos, fingindo que apanha maracujás dos arbustos que tem em sua frente e canta com denguices.

Há sempre, corno na folgança acima referida, um grupo que representa o *coro*.

Canta a moçoila com requebros:

Canto:

“Senhores, me déem licença,

*Licença me queiram dar,
Venho pedir licença
Pra apanhar maracujá.*

Coro:

*Ecô... ecô!...
Apanhar maracujá...
Maracujá perruxe
No balaio de sinhá...*

Canto:

*Senhores, me dêem licença,
Licença me queiram dar,
Que eu vou buscar minha irmã
Pra apanhar maracujá.*

Coro:

*Ecô... ecô...
Apanhar maracujá...
Maracujá miúdo
No balaio de iaiá...*

Canto:

*Senhores, me dêem licença,
Licença me queiram dar,
Que os baianos gostam muito,
Por ser doce singular...*

Coro:

*Ecô... ecô...
Apanhar maracujá, etc.*

Canto:

*Minha irmã me chamou
Pra apanhar maracujá,
Senhores, me dêem licença
Licença me queiram dar...*

Coro:

*Ecô... ecô...
Apanhar maracujá, etc. ”*

E prossegue neste estilo; mas a dança e a música valem tudo.

São coisas que só vistas e gozadas *in loco*, em meio das gentes provincianas nos seus dias de alegre expansão. Na *dança* da *Sereia* a festa é ainda mais animada.

Andam a percorrer as ruas moças e rapazes, conduzindo uma bela menina, vestida de sereia. Chegam a uma casa, pedem licença, entram, deixando fora, à espera, a sereia. Cantam, então, em coro, convidando-a para entrar e dançar.

Rompe o coro:

*“Ó, minha sereia,
Vem, entra pra dentro,
Que o dono da casa
Dá consentimento.”*

A sereia entra, cantando uma melopéia sentidíssima:

“Não têm dó do meu penar!...

Coro:

*Quem traz a sereia,
Traz bom cabedal,
Traz o rei dos peixes
Das ondas do mar...*

60

Sereia:

Não têm dó do meu penar!

Coro:

*Ó, minha sereia,
Que vem do sertão,
Quando ela dança,
Ganha patação...*

Sereia:

Não têm dó do meu penar!

Coro:

*Ó, minha sereia,
Que vem da Estância,
Como ela brinca
Com tanta arrogância!*

Sereia:

Não têm dó do meu penar!

Coro:

*Ó, minha sereia,
Que vem do Penedo,
Quando ela brinca,
Ela brinca sem medo...*

Sereia:

Não têm dó do meu penar!

Coro:

*Ó, minha sereia,
Que vem da Bahia,
Como ela dança,
Com toda a alegria...*

Sereia:

*Vocês se admiram
De me ver cantar,
Quanto mais se vissem
Sereia no mar...*

*Sou sereia, pesco peixes,
Nestes mares tenho fama;
Na minha cabeça
Vereis uma dama.*

*Sou dama, sou de Cupido,
Piso descalça nas flores;
Batam palmas, digam viva!
Morra quem não tem amores.”*

Batem todos palmas e a sereia sai, acompanhada do grupo que representa o coro. A pessoa, que me repetiu todos esses versos, sabe-lhes as respectivas solfas. A da *Sereia* é belíssima; é uma das mais interessantes amostras da música popular que tenho ouvido. O folguedo

das *Belas Frutinhas* é singelíssimo. Um par de meninos, elegantemente vestidos, entra na sala; a menina traz uma cestinha cheia de frutas; vai andando pela sala, aproximando-se dos assistentes, fingindo vender as frutas.

Cantam:

Ela:

“Que belas frutinhas

61

Eu ando vendendo...

Ele:

*Bela pastorinha,
Por ti ando sofrendo.*

Ela:

*Que belos cajás,
Que sabem cheirar...*

Ele:

*Venha cá, menina,
Que os quero comprar...*

Ela:

*Que lindas goiabas,
Mais belas não há...*

Ele:

*Deixe ver, menina,
Que as quero comprar!*

Ela:

*Que belas frutinhas
De tantos primores!*

Ele:

*Venha cá, menina!
Serei teus amores...*

Repetem, sempre com muito chiste, versos iguais a estes, sendo muito aplaudidos; porque, para tais folgares, são escolhidos os meninos de belas vozes e ar desembaraçado.

O *Engenho* entra na categoria dos *reisados*, como o *Antônio Geraldo*, o *Cego* e outras. É muito simples, como são todas as criações populares. Um grupo de rapazes e raparigas sai a representar pelas casas. Entrados na sala, destaca-se do grupo uma figura que representa o *engenho* ou *moenda*, voltando-se sobre si mesma. Canta:

A figura:

“– Deus lhes dê mui boa noite.

Coro:

- *Oh! engenho!*
- *Boa noite lhes dê Deus,*
- *Oh! engenho...*
- *Qu’eu não sou mal ensinado,*
- *Oh! engenho...*

- *Ensino meu pai me deu...*
- *Oh! engenho...*
- *Meu engenho de vapor,*
- *Oh! engenho...*
- *Faz açúcar, não faz mel,*
- *Oh! engenho...*
- *À falta de um caldeireiro,*
- *Oh! engenho...*
- *Que está mal com a mulher.*
- *Oh! engenho..*

A figura que faz de *engenho*, canta, como se vê, quadrinhas, que são, de verso, entremeadas pelo coro com o estribilho – *Oh! engenho!*

Aqui vão algumas delas:

“*Catarina, minha negra,*

62

Está na cozinha de branco,
Cozinhando um caranguejo,
Pegado ali no barranco.

Minha senhora dos ovos,
Ou me venda, ou me dê um,
Que eu estou de amores novos,
Não posso estar em jejum.

Meu engenho de vapor
Faz três dias que não mói...
Moa de cana-caiana;

Desta banda é que me dói.

*Meu engenho está quebrado,
Mandei chamar o doutor
Para ver esta doença,
Para curar esta dor...*

Tudo isto no meio de trejeitos cômicos que provocam grandes gargalhadas.

Em todas essas folganças a música, o verso e a dança equilibram-se, entram em pé de igualdade como adverti.

Agora vamos apreciar três danças, nas quais são os versos e as toadas puros pretextos para o *sapateado*.

A mais curiosa é a *Faísca*.

Um grupo de raparigas, acompanhadas de muitas pessoas que fazem de *coro*, apresenta-se. Os assistentes e a gente do coro fazem roda; o coro, já adestrado, canta:

“*Tira a faísca do pé, ó – Fulana*”

dizendo o nome de uma das dançarinhas.

Esta sai ao centro e inicia a dança, sempre ao tom de

“*Tira a faísca do pé, ó...*”

A dançarina finge, efetivamente, tirar alguma coisa dos pés.

É inacreditável a destreza, o requebrado, a

variedade de jeitos, gestos e posições que toma a dançarina, ao som de um tão simples estribilho. Este, quando o coro pressente que a rapariga está cansada, brada por outra, que surge logo a tomar o lugar daquela que se retira.

Deve haver nisto tudo longínqua influência berbere e árabe, que recebemos dos colonizadores portugueses.

Na dança do *Ferreiro* a coisa é diferente.

São dois grupos de rapazes e moças que dançam, movendo-se em sentido contrário. Cantam quadras, ponteadas sempre pelo coro com o estribilho –
Dom... dom... Assim:

“Ó ferreiro, ó ferreiro,
Dom... dom...

Oh! que maldição!
Dom... dom...

Quando tem o ferro.
Dom... dom...

Falta-lhe o carvão...
Dom... dom...

– Ó ferreiro, ó ferreiro,
Dom... dom...

Bate o malho com vigor,
Dom... dom...

Quando a gente se descuida,
Dom... dom...

*O ferreiro... já malhou.
Dom... dom...*

63

E assim por diante, sempre a dançarem, com muita animação, combinando passes e requebros os dois grupos em sentido inverso; quando um avança para a frente, o outro recua paralelamente, como igual só vi na dança das *taieiras*, no Lagarto.

Esta dança, ao que me diz a minha informante, substituiu em Laranjeiras e outras terras sergipenses a antiga do – *Vira o Beco*.

Nesta a cantilena era por este modo:

*“Pelo olho da rua,
Teté, vira o beco...
Fugindo depressa,
Teté, vira o beco...”*

*Pela porta do meio,
Teté, vira o beco...
Pela porta da frente,
Teté, vira o beco...”*

*Torna a revirar,
Teté, vira o beco...
Foge, foge sempre,
Teté, vira o beco...”*

Esta caiu em desuso. Em minha terra, viveiro

de poesias, danças, festejos populares, nunca a vi.

– A *Geraldina* é dança de meninas. Há sempre crescido número de cantores que fazem coro. As meninas formam roda e vão saindo a dançar aos pares.

O coro – canta:

“*Batam palmas, digam vivas,
À Geraldina desta função;
Seja bem aparecida,
Geraldina do coração.*

*Lá vem a lua saindo
Por um canudo de prata,
Vai ferindo, vai matando
O coração daquela ingrata.*

– *Batam palmas, digam vivas, etc.*

*Lá vem a lua saindo
Por um enorme canudo.
Uma velha descascada,
Um velho com casca e tudo.*

– *Batam palmas, digam vivas, etc.*

*Da Bahia me mandaram
Um tabaréu de presente,
Amarrado na cintura,
Fazendo careta à gente...*

– *Batam palmas, digam vivas, etc.*

— *Da Bahia me mandaram
Um presente num balaio,
Quando fui a descobrir
Era arroz de papagaio...*
— *Batam palmas, digam vivas,
etc.”*

E vai por diante a brincadeira: sempre a dança, revezando-se os pares e o coro a repetir quadras

64

populares, como as que ficam citadas.

E já agora não me despeço do assunto, sem depor aqui uma nota muito a propósito. Um erro muito repetido entre os críticos, principalmente portugueses, que se têm ocupado da poesia popular brasileira, é confundirem-na com certo gênero a que entre nós se deu o nome de *modinhas*. Ora consideram as modinhas como a nossa poesia popular por excelência; ora as dão como a mais perfeita encarnação de nosso lirismo; não raro chegam a dá-las como a origem mesma desse lirismo. Coisas todas estas erradas. Teófilo Braga e José Antônio de Freitas repisaram todos esses erros. Não é raro ler coisas assim: “A *modinha* é a mais rica das formas por que se manifesta a inspiração poética de nosso povo.”

É isto inexato. A modinha nem é a forma mais rica do nosso lirismo popular, nem é a forma

mais perfeita de nosso lirismo culto.

A forma mais rica da poesia popular são os *romances*, as *xácaras*, as *orações*, os *reisados*, as *cheganças*, os *versos gerais*. O povo não faz, nunca fez *modinhas*.

Por outro lado, as mais extraordinárias manifestações do gênero lírico dos grandes poetas brasileiros não consistiram jamais em *modinhas*.

Pode-se dizer que das faladas modinhas existem duas espécies: uma é de *lundus* e *canções* devidas a poetastros, que tentaram, sem gênio e desastradamente, imitar as criações populares; mas tais produções híbridas nem são a genuína poesia anônima, filha do gênio da raça, nem são obras literárias de valor. Constituem um gênero secundário em que se deliciam os Catulos Cearenses de todos os tempos.

Outra é a de leves produções de nossos melhores líricos, postas em solfa por músicos de talento. São as melhores. Deste número quem já não terá ouvido cantar o – *Meu Anjo, Escuta* – de Gonçalves Dias, o – *Não Vês Quantos Passarinhos* – de Fagundes Varela, os – *Anjos do Mar* – de Álvares de Azevedo, o – *Gondoleiro do Amor* – de Castro Alves, o – *Eu Amo o Gênio* ou *Neste Mundo Juncado de Enganos* – de Tobias Barreto? Quem não as terá ouvido e também poesias de Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire e de

quase todos os nossos melhores poetas?

Nem nos *pastiches* dos poetastros, nem nos belos versos dos bons poetas, ninguém se lembrará, com razão, de enxergar a poesia popular.

Dá-se apenas o seguinte: quando nas modinhas de origem puramente literária, os versos são belos e singelos e a música é simples e boa, essas canções correm de boca em boca e se popularizam. Daí é que proveio o erro dos críticos: tomarem a poesia bárdica popularizada pela genuína poesia popular.

Nos *Estudos Sobre a Poesia Popular Brasileira* já tinha prevenido os espíritos contra esse erro nestas palavras: “As modinhas brasileiras são, por assim falar, a *forma bárdica* de nossa poesia popular. São criação de autores conhecidos que, inspiradas no lirismo tradicional do povo, facilmente se espalharam e se tornaram quase anônimas.

“É impossível dar um catálogo das principais, quando Domingos Caldas Barbosa só por si escreveu uma coleção inteira. Vários repertórios têm sido feitos e os principais são: *A Viola de Lereno*, *A Cantora Brasileira* e *A Lira do Trovador*.

“As modinhas, ainda que muito interessantes, não se devem confundir com a genuína poesia popular.”

O erro, porém, corre ainda aí as ruas

impávido.

3

O BRASIL SOCIAL E OS ELEMENTOS QUE O PLASMARAM OS MÉTODOS E PROCESSO DA ESCOLA DE LE PLAY

Duas especiais circunstâncias puseram-me no encalço das idéias que vão ser expostas: a observação atenta dos fatos passados no período republicano, que se vai atravessando, e o conhecimento mais íntimo das doutrinas e ensinamentos da chamada escola da *Ciência Social* – de Le Play, H. de Tourville, Ed. Demolins, P. Rousiers, A. de Préville, P. Bureau e tantos outros, aos quais se devem, a meu ver, os melhores trabalhos existentes sobre a índole das nações.

A República teve a vantagem de revelar este querido povo brasileiro tal qual é, entregue a si próprio ou aos seus naturais diretores, o que vem a ser a mesma coisa.

Os vícios e defeitos de sua estrutura social tornaram-se patentes aos observadores imparciais e cultos.

Até a Independência, o Brasil tinha aparecido sempre sob a tutela da realeza portuguesa que o havia dirigido, guiado, afeiçoadado, por assim dizer,

ao sabor de seus planos e desejos, até onde governos podem influir na estrutura das massas sociais sobre que lhes cumpre velar.

No regimen passado, igual tutela tinha sido exercida pela monarquia nacional que se poderia considerar, em mais de um sentido, uma continuação, um prolongamento da realeza-mãe. Poder-se-ia

65

dizer que havia uma força estranha a estorvar o povo no seu andar normal. Hoje este obstáculo jaz desfeito. Não existe mais tal embaraço ou tal desculpa. O observador não encontra tropeços de caminho. As doutrinas do evolucionismo spenceriano tinham-me posto na pista do desdobramento dos vários ramos da atividade humana; tinham-me despertado a atenção para as formações díspares dos povos mestiçados, nomeadamente os da América do Sul, e, por esse caminho, havia sido conduzido às conclusões a que cheguei em todos os meus escritos acerca de minha pátria. Os processos da escola de Le Play fizeram-me penetrar mais fundo na trama interna das formações sociais e completar as observações exteriores de ensino spenceriano. É uma confirmação, em última instância, de conclusões obtidas por outros meios e estradas.

A história destes dezoito anos de República

tem servido, aos espíritos sem preocupações mesquinhas, para aclarar toda a história colonial, regencial e imperial do Brasil. O período da Regência sobretudo se esclarece com uma intensa luz nova. A coesão, a unidade, a estabilidade constitucional do país, a íntima organização da nação eram, grande parte, puramente ilusórias. A República manifestou o Brasil tal qual é: e, por isso, é o governo que lhe convém, com a condição de ser vazado em moldes conservadores, num unitarismo contido por um forte governo central. É o que se vai ver na luz do sistema de Le Play e Henri de Tourville.

Claro é que de tal doutrina não tenho a fazer aqui uma exposição esmiuçada: apenas as linhas principais para compreensão do leitor.

Os homens cultos dentre os nossos médicos, engenheiros, magistrados, advogados, oficiais de curso de terra e mar, que são os verdadeiros *intelectuais* do Brasil, têm quase geralmente andado ao par doutras doutrinas, as do positivismo, do evolucionismo, do socialismo, por exemplo, e não têm lançado as vistas sobre os belos trabalhos da escola de Le Play, cujo nome uma ou outra vez há sido citado com evidente desconhecimento de seu ensino. Que eu saiba, é esta a primeira vez que entre nós se faz um apelo mais sério a esse método e sistema.

Não é que lhe aceite todas as idéias.

Sobre o conceito de raça, *verbi gratia*, a célebre escola, suponho eu, confunde o sentido antropológico com o sociológico; porque parece não ligar importância ao primeiro e só admitir o segundo. Figura-se-me isto uma simples ilusão francesa. Também não lhe aceito de todo a classificação dos fenômenos sociais, que me parece mais uma nomenclatura de problemas e questões.

Como quer que seja, os méritos da escola, a despeito desta e doutras divergências, se me antolham preciosíssimos para quem quer conhecer a fundo um país qualquer e a gente que o habita. Em primeiro lugar, lança mão, para tal fim, de processos de acurada observação local, estudando em *monografias especiais* cada região do país sob as mais variadas faces, conforme uma enumeração de questões, que são outros tantos aspectos fundamentais da vida social. Só depois de reunida grande massa de documentos do gênero é que os grandes mestres do sistema se atrevem a formular quadros gerais desta ou daquela nacionalidade e estabelecer as leis de seu desenvolvimento. Neste gênero são dignos de detida leitura os livros de Edmond Demolins, P. Rousiers, Poinsard e outros.

A enumeração ou classificação dos problemas sociais deve partir dos fatos mais

íntimos e indispensáveis à vida, sem os quais nem a própria subsistência da gente a estudar seria possível. Tais são os meios de existência, que se chamam *lugar, trabalho, propriedade, bens móveis, salário, economias* ou *poupanças*. Entre estes seis grupos de *meios de existência*, que dão lugar a variadíssimas questões, como se pode ver em Henri de Tourville – *La Nomenclature Sociale*, ou em Maurice Vignes – *La Science Social e d'après les principes de Le Play*, entre estes meios, dizia, e o *modo de existência* (*alimentação, habitação, vestuário, higiene, recreações*), que vem após, coloca-se o assunto dos assuntos, a questão das questões – a *família*. Esta é a base de tudo na sociedade humana; porque, além da função natural de garantir a continuidade das gerações sucessivas, forma o grupo próprio para a prática do *modo de existência*, o núcleo legítimo da maneira normal de empregar os recursos criados pelos *meios de viver*. Em seguida sucedem-se as *fases da existência*, o *patronato*, o *comércio*, as *culturas intelectuais*, a *religião*, a *vizinhança*, as *corporações*, a *comuna*, as *uniões de comunas*, a *cidade*, a *comarca*, a *província*, o *Estado*, a *expansão da raça*, o *estrangeiro*, a *história da raça*, a *posição*, a *hierarquia da raça*. Ao todo vinte e cinco grupos de fatos e problemas sociais.

O estudo destes assuntos, no tempo e no

espaço, tem dado lugar a algumas conclusões estáveis. Destarte, a humanidade mais ou menos em conjunto tem atravessado três grandes idades sociais: – a idade das *produções espontâneas* e dos *aparelhos ou instrumentos manejados pelo braço*, a idade das *máquinas movidas pelos animais, pelos ventos, pelas águas correntes*, a idade do *carvão-de-pedra, do vapor e da eletricidade, aplicados à produção das subsistências e ao serviço dos transportes*.

As revoluções operadas na vida social por essas várias alterações introduzidas no regímen do trabalho são da mais considerável importância.

A família, estudada quer historicamente, quer na atualidade, apresenta quatro modalidades típicas, do maior valor para quem quiser compreender a índole das sociedades a que servem elas de base – uma sociedade vale pelo que vale nela a família. Os quatro tipos são: *família patriarcal, família quase patriarcal, família-tronco (souche), família instável*, aceitando as modificações feitas nas doutrinas de Le Play por seus discípulos.

O velho mestre só tinha classificado a família em três tipos e acertadamente foi corrigido neste ponto. Eis a definição das quatro modalidades,

conforme Maurício Vignes: “A *família patriarcal* é aquela na qual os pais de não pensam em preparar seus filhos para que eles venham a criar uma posição livre; porque a extensão do solo disponível, o fraco crescimento da população e das necessidades permitem aos filhos ficarem na indivisão. Quando estas circunstâncias, que facilitam a vida em comum nos domínios paternos, vêm a desaparecer, quando o número dos casais, reunidos em um mesmo sítio, fica fora de pro

porção com a produtividade das terras, ou das oficinas de trabalho, quando o equilíbrio entre as subsistências que estas produzem e a população que nelas reside é roto, é preciso que algumas famílias se destaquem. Limita-se assim a família patriarcal a cinco, ou quatro, ou três casais e seus filhos. Um dia, sob o impulso das mesmas causas, a família se reduz a dois casais, – o do *pai* e o *herdeiro escolhido para continuador*. Estamos assim em face da *família quase-patriarcal*. A transmissão *integral* da oficina de trabalho a um só filho é, neste caso, com efeito, um vestígio da transmissão integral em proveito de todos; a transmissão individual substituiu a transmissão integral coletiva. Os filhos que não herdam em bens re
cebem sua cota em dinheiro, mas como não foram criados com o pensamento de deixar a terra natal,

nada os prepara no sentido de vencerem na luta pela vida. Saídos de uma comunidade, continuam a contar com ela, a apelar para ela em seus embaraços e em seus desânimos.

“A *família-tronco* (*souche*) não é, como a precedente, uma redução da família patriarcal. As sociedades que têm este gênero de família por base, as *sociedades de formação particularista*, se originaram nas costas da Escandinávia, em consequência da invenção da barca a velas e das condições de iniciativa e isolamento impostas a essas gentes enérgicas pela pesca marítima. Tal família funda-se na educação individualista dada aos filhos. Esta educação os leva, às vezes, a abandonar o pai para melhor trabalhar, empregar melhor as próprias forças. Às vezes, um filho consente em ficar, sob a promessa de lhe ser integralmente transmitida a oficina de trabalho. Outras vezes recusa; porém, até neste caso, a família não perde o seu caráter fundamental; porque o isolamento dos pais e a saída de todos os filhos originam-se do desenvolvimento das qualidades de iniciativa e de coragem dos últimos e tendem ao progresso da atividade geral e das virtudes cívicas. Na família-tronco, os filhos, colocados entre dois deveres, o de piedade filial e o de labor social, sacrificam o primeiro, em consequência, aliás, dos incitamentos dos próprios pais, que renunciam a guardar perto de si

seus descendentes, reclamados pela pátria e pelo trabalho. E, pois, se o indivíduo voluntariamente se desprende da família, é para consagrar mais intensamente sua atividade ao aumento das riquezas e das forças gerais.

“Os hábitos, oriundos do espírito da família, cedem o passo aos costumes impostos pelo devotamento à sociedade.

“Não é em tão boas razões que se funda a *família instável*. Nesta faltam dois característicos essenciais, existentes na família precedente: falta a educação viril dada aos filhos; e, além disso, se não existe a transmissão hereditária integral, não é porque os filhos recusem prestar-se a ela, por trazerem em si as largas esperanças e os vastos pensares, cuja realização é incompatível com o apego à profissão paterna, não; é porque a transmissão integral se tornou ou inútil pelo retalhamento da propriedade, ou impossível em consequência do influxo dissolvente da legislação e do princípio da partilha igual em bens. Se os filhos não ficam junto aos pais, é que temem perder a liberdade, porque esse dever lhes pesa, e não porque os pais lhes aconselhem a procurar, ou lhes tenham ensinado a achar fora uma posição independente; é, ainda, porque nenhum filho pode contar com a transmissão integral em seu favor, em razão do estado de desmembramento excessivo das propriedades, ou da má legislação.

A família instável deriva, portanto, da falta de espírito familiar, da falta de domínios aglomerados e do princípio da igualdade, em espécie, imposta por uma legislação retrógrada.” Estes quatro gêneros de família, oriundos de certas e determinadas particularidades étnicas e históricas e, muito de perto, de condições especiais de *lugar, trabalho e propriedade*, dão origem a duas categorias de sociedades humanas: as *sociedades de formação comunária (communautaire)* e as *sociedades de formação particularista*.

As *sociedades de formação comunária*, expressão esta que se não deve confundir com o termo *comunista* no sentido que hoje lhe dá certa ramificação do moderno socialismo, compreendem as diversas variedades de gentes que procuram resolver o problema da existência, apoiando-se na coletividade, na comunhão, no grupo, quer da família, quer da tribo, quer da classe, quer dos poderes públicos, do município, da província, do Estado. As de *formação particularista* encerram as diversas variedades que buscam resolver o problema da existência, apoiando-se unicamente na energia individual, na iniciativa privada, e tiram o nome do fato de nelas conservar o *particular* toda a independência em relação ao grupo.

Pondo de parte as *sociedades simples de*

caçadores e pescadores selvagens, cujo característico principal é não ter família, as sociedades *complexas*, em cujo número, abrindo a lista, devem ser contadas as gentes *pastoris* do Oriente e os *pescadores progressivos* da Escandinávia, pertencem a uma ou a outra das duas categorias citadas. As *comunárias*, que são em muito maior número do que as *particularistas*, apresentam três modalidades típicas, conforme a espécie de família que lhes serve de apoio: *comunária de família*, tendo por fundamento a família patriarcal; *comunária de família e de Estado*, tendo por base a

67

família quase-patriarcal; *comunária de Estado*, firmada na família instável. As duas primeiras predominam no Oriente asiático e europeu; a última no Meio-Dia ocidental da Europa e na América do Sul.

As sociedades de formação *particularista* apresentam duas modalidades: ou dá-se a escolha de um continuador do patrimônio e da oficina de trabalho, o que, além da forte educação moral e do grande espírito de iniciativa, faz a sociedade revestir-se dum belo aspecto patriarcal no largo sentido; ou, com a plena liberdade de testar da parte dos pais, os filhos nem sequer pensam em lhes suceder, contentando-se com as qualidades

de caráter que herdam. A primeira modalidade é corrente na Europa escandinava, na Inglaterra, na Holanda, na planície saxônica; a segunda nos Estados Unidos.

Sob o ponto de vista específico do trabalho, que vem a ser a grande mola que move e afeiçoa as sociedades humanas, cumpre não perder de vista que várias têm sido as fases atravessadas pela espécie, partindo ela do simples *apanhamento* de substâncias, que se prestavam ao alimento, e dos produtos espontâneos da *caça* e da *pesca*, que demandavam rudimentares esforços, passando pela *recolta* ou *coleta* da arte do *pastoreio* e das produções frutíferas arborescentes, seguindo pela cultura maior ou menor, até chegar à cultura intensa e vastíssima e às indústrias complicadas dos tempos hodiernos.

Cada um destes gêneros de trabalho, cada uma destas oficinas de produção, cada uma destas maneiras de agenciar os meios de existência trazia e traz consequências especiais indeléveis, dificílimas de apagar, porque elas constituem o *substratum* íntimo das sociedades.

Claro é, por outro lado, que a humanidade, tomada em seu todo, ou considerada em seu conjunto, não atravessou toda ela ao mesmo tempo e de parceria cada uma das fases dessa graduação. As situações recíprocas dos povos divergem.

A posição do Brasil, seu verdadeiro estado social, esclarecido com este critério íntimo dos elementos primários e essenciais da vida, é que me proponho a elucidar.

Infelizmente só em traços largos e em linhas gerais; porque um estudo regular e completo do Brasil, sob tal método, exigiria três ou quatro volumes, firmados em duzentas ou trezentas monografias... que não existem, que estão por fazer...

Seria preciso estudar acuradamente, sob múltiplos aspectos, cada um dos povos que entraram na formação da nação atual; dividir o país em zonas; em cada zona analisar uma a uma todas as classes da população e um a um todos os ramos da indústria, todos os elementos da educação, as tendências especiais, os costumes, o modo de viver das famílias de diversas categorias, as condições de vizinhança, de patronagem, de grupos, de partidos; apreciar especialmente o viver das povoações, vilas e cidades, as condições do operariado em cada uma delas, os recursos dos patrões, e cem outros problemas, dos quais, nesta parte da América, à retórica politicante dos partidos em luta nunca ocorreu cogitar.

OS FATORES E SUAS ACHEGAS TRADICIONAIS

E porque a tal ou qual civilização de que tanto, hoje, infantilmente, nos orgulhamos, é, no Brasil, em suas manifestações mais elevadas, produto transplantado, figura-se-me preferível, antes de dividir o país em zonas para examiná-las, dar logo de princípio notícia certa do estado social dos fatores que constituíram as atuais gentes brasileiras. São *antecedentes históricos*, indispensáveis ao conhecimento íntimo das gerações de hoje, principalmente se se tiver em vista penetrar na índole de tais fatores sob o *aspecto social* e não dar simples e incongruentes de descrições dos usos externos, que nada quase adiantam e para nada quase prestam. Outro critério, outro alvo, que outro intuito devem trazer diverso resultado.

Na 1^a edição desta História, – já alguma coisa ficou dita acerca do assunto, sob um ponto de vista muito geral, e não no peculiar sentido específico a que ora se alude.

É verdade, e eu não o ignoro, que o bom-tom da crítica, da historiografia, das dissertações políticas, de tudo, em suma, que se escreve no Brasil a respeito de coisas da terra, é o de tratar o país e a sua gente como se isto aqui fosse feito de pedaços da Alemanha, da Inglaterra, da Suíça, da França, no que elas contam de mais culto, de mais progressivo, de mais adiantado. No geral dos

nossos escritores, das três categorias principais que nos têm andado a iludir e a que já se fez mais de uma vez alusão, este país não é o Brasil real que o estudo e a verdade revelam, senão um Brasil fantasmagórico imaginado por eles para uso de seu incorrigível diletantismo.

Não pode haver maior inconveniência aos olhos dessa gente do que lembrar o *incômodo problema das origens*...

Perturbar a auto-idolatria de sublime prosápia desses *arianos* puro-sangue é, perante eles, praticar um ato da maior indiscrição, do mais acentuado desazo...

Em que pese, porém, às alterosas pretensões desses despeitados praguejadores, creio ser possível ainda afirmar não ter sido a ciência inventada para lisonjear-lhes a vaidade; tem ela outros desígnios. É ainda lícito, para conhecer um povo, sondar-lhe as origens, máxime se o problema a solver é o da exata determinação de sua estrutura social.

Ou se admitam, ao que me parece mais acertado, os dois significados diversos do termo raça, o *antropológico* e o *sociológico*, ou só se aceite este último, a questão etnográfica é a base fundamental de toda a história, de toda a política, de toda a estrutura social, de toda a vida estética e

moral das nações.

E, quando se queira reduzir toda a extensão do assunto ao que se convencionou chamar de *raça sociológica*, maior será a gravidade do problema; porque maiores ficarão sendo as responsabilidades dos que têm a seu cargo a direção dos povos. Sim; se o conceito de raça não pertence à história natural do homem, não é um fenômeno antropológico, e, sim, meramente um produto da história civil, um fato sociológico, vale isto afirmar que a raça como formação, por assim dizer, consciente do próprio homem, é um resultado de seleção voluntária, é alguma coisa que se faz, que se prepara, que se dirige, que se afeiçoa ao sabor dos desejos daqueles a quem mais de perto cabe a função de organizar e dirigir. No primeiro caso, trata-se de alguma coisa de inconsciente, de mecânico, de necessário, cujos defeitos só mui lentamente, por processos adequados, é possível muito de leve corrigir.

No segundo estamos em face de um fenômeno histórico, humano, social, cujo *processus* é suscetível de ser acompanhado com discernimento e convenientemente modificado ao sabor dos nossos planos, dos nossos desejos, dos nossos ideais. Num caso, a vontade humana é quase impotente; noutro é ela o elemento principal, e, se lhe não agradar o resultado, é porque não soube ou não quis tomar a sério a sua

própria missão. Dos dois significados, pois, do termo, o de consequências mais graves para os dire

tores de povos novos, como o brasileiro, é exatamente aquele a que se apegam os pretensiosos que temem ver desfeitos certos cálculos da vaidade em face da realidade das fontes donde dimanam. E não é sem razão indicar aqui em prevenção aos incautos donde e quando proveio essa idolatria pela intitulada raça sociológica ou histórica em ódio ao verdadeiro sentido naturalístico da coisa. Foi de certo tempo a esta parte. Vários escritores, e entre eles até os que no conceito antropológico da raça, como Taine e Renan, tinham feito repousar a base mais segura de seus estudos de lingüística, de crítica religiosa, de literatura e de estética, entraram a se desdizer e a reduzir o mais possível o valor da originária distinção das raças humanas. Era e é evidentemente um capricho para encobrir e desculpar os defeitos nacionais. Neste intuito tanto mais têm procurado encurtar o valor do fato antropológico, quanto têm alargado o do fato histórico. Já alguns têm chegado a asseverar: não existem e até nunca existiram raças antropologicamente distintas e livres de mesclas, têm existido e existem ainda hoje apenas raças historicamente formadas.

Eis aí a pretensão em toda a sua nudez. Aqui

anda erro conscientemente arranjado e aplaudido. Para chegar a isso preparam de propósito a confusão e chegam ao ponto de, por sofisma, para o desacreditarem, estender o conceito de raças aos simples ramos, simples garfos, meras variedades de um grupo étnico qualquer, no claro empenho de, pela exageração da coisa, mostrar-lhe a sem-razão.

Nada disto, porém, colhe perante a ciência, severa em seus métodos e estudos. Falam-nos abusivamente de raça portuguesa, espanhola, francesa, italiana, alemã, inglesa, holandesa, norueguense, sueca, flamenga, polaca, latina, grega... meras variedades da raça ariana, para, pelo absurdo, mostrando as condições históricas em que se formaram essas nações, entre si sempre emaranhadas, chegar à negação do fato geral: a distinção originária dos anos em face, não dos membros esparsos do seu mesmo grupo, senão diante de semitas, uralo-altaicos, malaios, dravidianos, polinésios, negritos, africanos, americanos.

O absurdo é patente.

O valor da história ninguém o contesta em bom juízo, na caldeação, diga-se assim, das populações arianas entre si e até com populações mais antigas na Europa e na Ásia para a formação das nacionalidades em que veio a dividir-se a grande raça. — Hindus, persas, helenos, italianos,

celtas, germanos, eslavos, primeiro, e, depois, franceses, espanhóis, portugueses, alemães, ingleses, suecos, norueguenses, flamengos, holandeses, russos, polacos – são, por certo, produtos da história, estes muito mais do que aqueles.

Se a história, porém, explica quase por si só a formação de cada uma das *variedades*, por exemplo, em que se dividiram os diversos *ramos* da grande *raça* ariana, já não consegue com igual facilidade dar o porquê da distinção dos aludidos *ramos* e muito menos a razão da diferença entre a citada *raça* e as outras *raças* inconfundíveis, que, com ela, formam o conjunto do gênero humano. Sim, se é relativamente fácil mostrar, historicamente, como se formaram, *verbi gratia*, as variedades do ramo latino, portugueses, espanhóis, franceses, italianos, já não é historicamente fácil explicar por que latinos e germânicos, celtas e helenos, eslavos e iranianos, hindus e lígures (admitindo que estes últimos sejam arianos) se distanciaram tanto entre si; e muito menos cômodo é, pelo mesmo processo, dar os motivos da radical diferenciação entre os arianos e os malaios e os negros n’África e os polinésios... Este é que é o fato contra o qual não valem esconjuros, despeitos e sofismas.

A famosa ação da história, por mais que se tenha agitado o homem nos últimos dez ou doze

mil anos, que tantos deve haver desde a civilização do Egito, da Caldéia, da Assíria, de Babilônia e mesmo da China, por mais que tenha destruído e misturado povo, não conseguiu ainda apagar as inconcussas verdades da antropologia e da etnografia.

Pode ser que ainda o venha a conseguir; mas, por enquanto, é cedo para falar nisso... Tal o forte motivo pelo qual é necessário contar sempre, em nossa própria história, em nossa própria vida, com o

69

fator etnológico. À espera da mais ou menos fantástica extinção total das diferenças étnicas entre as nações, a humanidade ficará talvez, não dez, mas trinta ou cinqüenta ou cem mil anos, e até lá a antropologia terá sempre razão e direito de se fazer ouvir. Verdade é que, nos últimos quatro séculos, depois que os europeus correram todos os mares e terras e se arrogaram o direito de tomar conta das regiões que dizem ocupadas por *selvagens* e *gentes inferiores*, muito tem sido feito, na crença dos sonhadores, no sentido da indistinção almejada. Olhando-se, porém, de mais perto para o fato, a grandeza do resultado se reduz a bem pouco, porquanto, não conseguindo aniquilar o *negro* e o *amarelo*, pôde apenas o *branco* desbaratar quase por toda a parte o

vermelho, pondo, porém, em seu lugar, na América do Sul principalmente, um variegadíssimo contingente de mestiços, mais variados de cores, segundo a expressão de Quatrefages, do que a multidão de gatos que habitam nossos telhados...

Como quer que seja, e em todo caso, o tal processo de igualização, até onde é possível, é um processo de morte e aniquilamento direto ou indireto. O *direto* é posto em prática pelos anglo-saxônios, a gente colonizadora por excelência; o *indireto*, que é o de *cruzamento*, foi e continua a ser mais do gosto dos ibero-latino, o segundo grupo notável de gentes colonizadoras do Renascimento a esta parte. Pelo primeiro método têm desaparecido quase geralmente os indígenas dos Estados Unidos e de várias zonas da Oceania.

O mesmo tentarão fazer, aí, com muitíssimo menor êxito, aos negros da África, logo que a península estiver quase toda na posse de ingleses e alemães, iguais os últimos aos seus parentes neste particular. Não é que uns e outros destruam em diretas e monstruosas hecatombes os selvagens ou os tratem pior do que os espanhóis e portugueses. É que criam nos países submetidos e conquistados uma ordem de coisas em que as raças inferiores não se podem manter. Prestam serviços, como animais de carga, enquanto se

formam as cidades, os canais, as estradas, os portos, a drenagem do solo, o desbravamento das matas, as linhas telegráficas; porém não cruzam, definharam e morrem. Os restos que ficam, como os negros nos Estados Unidos, vivem debaixo da perpétua suspeição, ilhados da população branca. É o resultado a que chegam, por via de regra, povos escuros em contato e sob o domínio direto das gentes *xantocróides* do Norte da Europa. Esses belos exemplares humanos de pele alva, louros e olhos azuis são inconscientemente um fermento de morte para os pobres selvagens. Não assim os cabelos *melanocróides* do Meio-Dia. Estes são gentes de tez morena, cabelos pretos, olhos negros ou pardos, e são já, sem menor dúvida, resultado de misturas de brancos com berberes, altaicos, mongolóides e negros no imenso laboratório circular do Mediterrâneo. Inconscientemente, espontaneamente, sentem-se atraídos pelas Vênus escuras das terras tropicais. Cruzam com elas. É um processo indireto de riscar povos do livro da vida, apagando-lhes os característicos étnicos; mas é mais humano e não digo mais meritório, porque não são coisas filhas de reflexão consciente. E este tem sido o caso dos portugueses no Brasil por quatrocentos anos, e há de ser e está sendo em grande escala o dos italianos, que de São Paulo, para onde principalmente têm convergido, hão de

espalhar-se, já cruzados e integrados nas populações da terra, por todo o planalto central do país.

Enquanto, porém, este último fato se não dá, releva tratar de nossos fatores étnicos como eles nos são fornecidos pela história e pela ação diurna da vida durante os quatro séculos decorridos da descoberta até agora: *portugueses*, *índios* e *africanos*. Eis aí os três povos, antropológica e etnograficamente distintos, que nos têm vindo a forjar, a amalgamar na incude e no cadinho da história, cujo estado interno e social é preciso sondar, agora por método novo, para ser possível o exato conhecimento da alma brasileira de hoje.

De nós outros é que se pode dizer desde já, e cada vez mais se poderá afirmar no futuro, que vamos formando uma *raça histórica*, em o sentido geralmente dado a esta expressão. Um fragmento da bela e valorosa raça ariana, já de si muito desfigurado e constituindo um caso disso que se chama raça histórica – os portugueses –, aliou-se a duas raças, genuinamente antropológicas, completamente diversas sob vários aspectos: índios americanos e negros da África.

1.º FATOR ANTROPETNOLÓGICO – *O ÍNDIO*

É mister começar pelo índio. Ele representa na população do país o elemento mais antigo, mais adaptado ao solo, mais aclimado, mais conhecedor das várias zonas, mais numeroso durante dois séculos; aquele que, a despeito de lutas posteriores, foi o arrimo primário a que se acostou o invasor, direi melhor, os invasores, porquanto, sendo já em 1500 constante o tráfico de africanos e crescido o número de escravos negros em Portugal, deve admitir-se a opinião de Varnhagen, o qual acreditava na vinda de gente desta procedência ao Brasil, desde a viagem de Pedro Álvares Cabral. Por tais motivos o índio se me antolha como o leito sobre o qual se distendeu a população futura, ou, se quiserem, o velho tronco em que se vieram enxertar os elementos estranhos.

O português e o negro não destruíram senão limitadamente o silvícola americano. Cruzaram com ele. Assimilaram-no e foram por ele assimilados. O drama dessa fusão, dessa dupla operação étnico social, até hoje mal descrito e mal compreendido pelos historiadores e sociólogos brasileiros, será páginas adiante esboçado.

vícios intrínsecos, que os têm corrompido e tornado até agora perfeitamente inúteis para deles se tirar uma consequência qualquer.

Os missionários e colonos inteligentes do século XVI, que deixaram notícias escritas dos nossos selvagens, eram demasiado incompetentes para uma observação regular, capaz de surpreender os mais íntimos fatos sociais e a fundamental psicologia dessas gentes rudes.

E, todavia, é onde se encontram hoje as notações de mor valia acerca de tudo que lhes diz respeito. Fizeram meras descrições; mas neles vai hoje o investigador sociólogo achar os materiais mais ou menos adequados para suas conclusões.

Já não é o mesmo o caráter e o préstimo dos escritos dos colonos e missionários dos séculos XVII e XVIII. Inimizados, brigados uns com os outros, por motivo exatamente dos índios, seus relatórios, memórias, cartas e notícias sobre o tema de suas desavenças e lutas revestem as cores de estudadas apologias ou desdenhosas caricaturas. É mister nesse caso respigar com parco afã e desconfiado critério.

Os naturalistas e etnólogos do século XIX, a despeito de todas as suas pretensões, nada mais têm feito até agora do que alguns estudos das línguas e dos usos e costumes, mais ou menos exteriores, dos quais têm precipitadamente a

desfeito brotar classificações, classificações e mais classificações. Entendem eles que com alguns róis de raças e línguas e de línguas e raças está tudo feito. E até os mais eminentes, como Martius, von den Steinen, Ehrenreich, não saíram daí. Que dizer dos de segunda ou terceira ordem, como H. von Ihering e E. Goeldi? Este último, em conferência realizada em 1896 sob o pomposo título – *Estado Atual dos Conhecimentos Acerca dos Índios do Brasil* –, não sai do sáfaros terreno das classificações. Mas aí mesmo comete o lapso de não citar Rodrigues Peixoto, que retificou a classificação de Prichard, Batista Caetano, que corrigiu a de Hervás e de Martius.

Fala, é certo, em Capistrano de Abreu, de quem dá apenas o nome, sem declarar que ele emendou a classificação de von den Steinen e ampliou-lhe os estudos do bacairi... É gente que ainda hoje se supõe em mundo virgem e em terreno por ela conquistado.⁶⁴

É pena que esses naturalistas sejam tão alheios às questões sociológicas. Ainda hoje pensam que, com o classificarem os índios brasileiros em quatro grupos principais, – *Jês, Caraíbas, Nuaruaques e Tupis*, ou em cinco, segundo Capistrano de Abreu, que a estes junta o grupo importantíssimo dos *Cariris*, está tudo feito. Completo engano.

O reduzir a quatro ou cinco grupos povos

primitivos da Ásia, da África ou da Europa ou da Oceania ou da América não faz caminhar um passo o saber positivo da humanidade, nem esclarece numa linha os problemas sociais.

Ainda menos adiantam as impertinentes questões continuadamente levantadas pelos autores brasileiros durante quase todo o correr do século XIX, a respeito dos gentios. Reduziam-se, por via de regra, às seguintes: se houve ou não injustiça no modo como os colonizadores trataram os índios; se estes eram ou não civilizados; quais os melhores processos para o conseguir; se iam em progresso, ao tempo da descoberta do país, ou estavam retrogradando; se eram os donos da terra com direito de repelir os invasores; se eram ou não os genuínos representantes do povo brasileiro... Parece incrível que se gastasse tanto papel e tinta em discutir tais frioleiras.

Ainda em meados do século, os mais empenhados no debate não eram os medíocres escritores da ocasião; eram os melhores talentos e as maiores ilustrações, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, J. Francisco Lisboa e F. A. Varnhagem.

Os dois poetas tomaram o partido dos caboclos e os dois historiadores o dos portugueses. Os temas discutidos foram estes,

segundo J. F. Lisboa, que lhes chamava *importantes questões*: “Os selvagens, que os primeiros exploradores encontraram no Brasil, eram um povo bruto e feroz, destituído de toda e qualquer virtude, ou degeneraram da primitiva grandeza e magnanimidade ao contato da escravidão a que os sujeitaram? Eram eles proprietários da terra que pisavam, e – com direito exclusivo à sua posse, – tinham porventura o de repelir os invasores europeus que pretendiam turbá-la? Foi deveras uma desgraça para estas regiões que na luta travada entre uns e outros, a vitória se declarasse pelo arcabuz e pela espada, contra a flecha e o tacape?

“Qual era a população provável do Brasil ao começar a colonização portuguesa? Podia ela computar-se por milhões? Foram os portugueses que a ferro e fogo aniquilaram tantas e florescentes aldeias? A nação brasileira atual de quem descende, dos portugueses ou dos selvagens? Foram estes os que deram a base para o nosso caráter social? Será a coroa da nossa prosperidade o dia de sua inteira reabilitação?”⁶⁵

Tais os pontos esclarecidos por F. Lisboa em resposta a Gonçalves Dias, em 1854. Pouco depois, F. A. de Varnhagen, mais acaloradamente ainda que o seu predecessor do Maranhão, debatia estes capítulos contra os selvagens: “Eram os que percorriam o nosso território, à chegada

dos cristãos europeus, os seus legítimos donos? Viviam independentemente da falta do ferro e de⁶⁴ Vide *Boletim do Museu Paraense*, vol. II, nº 4; dezembro de 1898. ⁶⁵ *Obras de João Francisco Lisboa*, II, edição de 1865.

71

conhecimento da verdadeira religião, em um estado social invejável? Esse estado melhoraria, sem o influxo externo que mandou a Providência por meio do cristianismo? Havia meio de os reduzir e amansar, sem empregar a coação pela força? Houve grandes excessos de abuso nos meios empregados para essas reduções? Dos três principais elementos de povoação, índio, branco e negro, que concorreram ao desenvolvimento de quase todos os países da América, que predomina hoje no nosso? Quando se apresentam discordes ou em travada luta estes três elementos no passado, qual deles devemos supor re-presentante histórico da nacionalidade de hoje?”⁶⁶

Eis aí: parece o discretear de preparatorianos em decidir quem foi maior, Alexandre ou César, Aníbal ou Napoleão...

São debates sem alcance, insolúveis ou impertinentes. Não é isso que havemos mister. A questão é uma só: qual o estado de cultura do índio, ou quais as suas qualidades sociais e como e com que entrou na formação do povo

brasileiro. Tudo o mais é pintar n'água.

E o seu estado social tem de ser procurado no que é fundamental na vida: *trabalho, propriedade, família, organização da existência*. A Ciência Social chegou neste ponto a conclusões certas, cujo valor e veracidade tenho confirmado nos escritos das melhores autoridades existentes acerca dos costumes dos selvagens brasileiros. Podem eleger-se os principais Gabriel Soares e Fernão Cardim, representando o que há de mais seletivo no assunto em todo o século XVI, quando os cronistas diziam *sine ira ac studio* o que viam; Francisco Lisboa e Adolfo Varnhagen, simbolizando a ciência brasileira de meados do século XIX, principalmente nas investigações históricas, em que ainda não foram excedidos; e, finalmente, Couto de Magalhães e Capistrano de Abreu, falando estes pela mesma ciência nos últimos anos do aludido século; podem eleger-se, dizia, estes notáveis espíritos, todos eles confirmarão as conclusões que vão ser ora referidas.

Habituado a estudos do gênero, segundo o método descrito, habituado a sondar a organização social através dos fatos desconexos acumulados pelos viajantes, com a simples leitura do livro, aliás magnífico, de Crevaux, *Voyages dans l'Amérique du Sud*, Edmond Demolins chegou a este resultado, quanto aos selvagens

desta parte do mundo, resultado aqui reproduzido, resumindo fortemente as páginas do ilustre escritor.

Vamos agora apreciar, pondera ele, o último grau de desorganização social em que possa cair a humanidade.

O tipo que nos vai oferecer este espécimen é o *índio das florestas da América do Sul*. A região difere dos estepes e das savanas, sob o ponto de vista do clima e das produções vegetais e animais. O *trabalho* deve aí estar organizado de modo divergente. É o que se vai ver. Nos solos florestais, as populações não podem se entregar nem à *arte pastoril* nem à *caça em ponto grande*, a caça de animais em numerosas manadas; não lhes resta como meio principal de existência senão a *pequena caça*. Tem-se a isto de juntar a *pesca fluvial* e a *coleta de frutas selvagens*, que são ainda uma espécie de caça. Como a arte pastoril, a caça e a pesca desse gênero são um trabalho de *simples coleta*, atraente, portanto. O atrativo da caça e da pesca deve ser assinalado, porque mostra como, em certos casos, pastores podem facilmente se transformar em caçadores e mostra também a imensa dificuldade de transformar caçadores em agricultores e industriais.

A caça não exige *nenhuma providência*: a presa de cada dia fornece o alimento desse dia.

Deve até ser consumida mais ou menos imediatamente, porque não pode se conservar por muito tempo. É um gênero de trabalho, pois, acessível ao geral dos homens.

Se por esses caracteres gerais, a caça e pesca se parecem com a arte pastoril, diferem dela por muitas condições essenciais que modificam complemente o tipo social.

1º *Superioridade da mocidade em face da velhice.* — A cata e a presa da caça exigem qualidades especiais: agilidade, destreza, força, qualidades estas que se encontram mais peculiarmente nos moços. Estes podem cedo bastar-se a si mesmos, e são levados a constituir vida à parte, a fim de guardarem para si o fruto de seu trabalho e exonerarem-se dos deveres d'assistência para com os velhos pais. É um modo de trabalho que dá à mocidade a superioridade sobre a velhice: a autoridade e a influência passam dos pais aos filhos.

2.º *Desenvolvimento do individualismo.* — A arte pastoril conserva juntos todos os membros da família; a *grande caça* dos animais em manadas, como o bisão, reúne ainda os homens; a *pequena*, a dos animais esparsos, nem ao menos dá para formar os *clãs de caçadores*, como entre os Peles-Vermelhas. Cada um tem, as mais das vezes, interesse em isolar-se, em fazer a caçada por sua própria conta: qualquer caçador é um

concorrente. Esta tendência ao individualismo é ajudada pelas facilidades que a pequena caça oferece. O jovem pastor não é tentado a separar-se da grande comunidade patriarcal, porque não pode viver sem rebanho, nem arranjá-lo facilmente. É, pois, quando outros motivos não existissem, retido no lar pela dificuldade material de afastar-se. A autoridade paterna é, deste modo, singularmente fortificada pela natureza das coisas.

⁶⁶ *História Geral do Brasil*, II, edição de 1857.

72

É inteiramente o inverso entre caçadores; os trabalhos para a colocação dos que se retiram são os mais elementares e menos custosos imagináveis. As habitações não passam de palhoças de paus e ramos, cobertas de palha.

Os móveis, por causa das mudanças freqüentes, são mais rudimentares. Os aparelhos de caça e pesca estão no mesmo caso. Tudo os leva a separarem-se.

Deve-se ter, porém, todo o cuidado em não confundir esse *individualismo* amorfo e dissolvente, que deforma os selvagens, com o forte *particularismo*, que caracteriza os povos mais progressivos da Terra. O primeiro reduz a sociedade a uma espécie de pulverização individual, o outro assegura ao particular, ao

cidadão, a maior soma de independência em face do Estado, sem lhe retirar a aptidão para *constituir associações*, quer na vida privada, quer na vida pública. A diferença é radical e não deve ser esquecida.

3º *Limitação dos meios de existência.* — A caça esgota-se com facilidade; a subsistência torna-se difícil e a questão da alimentação transforma-se em preocupação grave. A incerteza dos meios de existência dá aos selvagens um estômago particularmente complacente. Podem ficar muitos dias sem comer e absorver depois, se a coleta é abundante, uma quantidade prodigiosa de alimentos. Estas circunstâncias fazem nascer as *guerras incessantes de tribos contra tribos* e, nalguns pontos, o *canibalismo*.

Nem ao menos podem eles, os selvagens desta parte da América, preparar e levar a efeito as formidáveis invasões em busca de novos céus e novas terras, pelas dificuldades especiais do meio e mais ainda pela falta de cavalos e de outros animais de condução. Voltam-se então contra os seus próprios semelhantes.

4º *Necessidade e dificuldade das migrações periódicas.* — A caça força o selvagem a migrações periódicas. Tem ele de seguir os animais em seus diversos esconderijos, ora afundando-se na mata para alcançar os claros e

descampados onde se reúnem certos animais, ora vindo à margem dos rios a pescar os peixes andadores, como o *cumaru*, ou recolher os ovos das *tartarugas*. Se, porém, o caçador é obrigado a tais migrações, é-lhe, por outro lado, dificílimo levá-las a efeito. Enquanto tudo é caminho na savana e no estepe, tudo é obstáculo nas matas. As veredas não são franqueadas e a vegetação as torna rapidamente impraticáveis. Por isso várias tribos ficam muitas vezes sem relações entre si e encontra-se não raro um dialeto para cem índios.

Tais são as circunstâncias que desenvolvem nestes selvagens, mais ainda do que entre os caçadores de bisões e de búfalos, um costume que mais acentua a desorganização da família: – o abandono dos velhos, dos doentes, das crianças, e, em geral, todos os que não se podem transportar facilmente.

A despeito dessas dificuldades que assaltam de vez em quando os caçadores, eles preferem esse reinado atraente das produções espontâneas do solo e das águas. Sentem repugnância invencível em passar para o régimen da *cultura* e, por isso, só a mais *elementar* e que tenha os caracteres da simples *coleta*, quase tão singela como a pesca e a caça, existe entre eles: a da mandioca, do milho, da banana, do inhame. Pode dizer-se destes selvagens que praticam vagamente o regime da propriedade *tribal*, quanto ao solo; –

da propriedade familiar ou *grupal*, quanto à choupana (ou oca), e da *propriedade individual*, quanto aos instrumentos rudimentares de trabalho. Mas se o solo é de todos, a extensão do percurso acessível a cada grupo é restrita.

Esta limitação provém, em primeiro lugar, das dificuldades da circulação que prendem os caçadores em um território relativamente limitado, e, em segundo lugar, da natureza das produções espontâneas, que são suscetíveis de esgotar-se facilmente, forçando os grupos a defender com energia contra os vizinhos o acesso de seu território de caça.

A verdadeira *propriedade do selvagem* é a sua *destreza*, sua *força*, sua *agilidade*, que são coisas exclusivamente *pessoais*, que não se transmitem. A grave questão da *transmissão da propriedade* não existe. Nenhum laço, nem até material, liga as gerações entre si, tornando-as solidárias. O mau, o dissolvente individualismo triunfa.

Tudo está mostrando que essas gentes, tendo ficado caçadoras ou pescadoras, não puderam constituir a *família patriarcal*, tipo característico dos pastores. O exercício da autoridade paterna é obstado pela superioridade que a caça outorga aos moços sobre os velhos. A pulverização de apagada e rudimentar *família instável* substitui a forte coesão da *família patriarcal*.

Nesta a estabilidade é garantida pela perpetuidade em torno de um mesmo lar, móvel ou fixo. Não existe solução de continuidade entre as sucessivas gerações.

Aqui é o inverso: a imperfeita família se dissolve periodicamente, fragmentando-se para se reconstruir momentaneamente em torno de novos lares, tão pouco estáveis quanto os precedentes. Não é mais uma árvore secular, é uma planta de vida efêmera. É fato conhecido que os povos de famílias patriarcais transmitem sucessivamente as tradições e as lendas mais antigas de suas raças. Ainda hoje a lembrança de *Timur*, do famoso *Tamerlão*, é viva debaixo das tendas; conserva-se em cantos repetidos entre os mongóis. Não se dá o mesmo com os selvagens, que não têm passado, porque seu lar é instável,

73

não se presta à conservação e transmissão das velhas recordações da raça. Quem conhece as tradições dos selvagens da América, da Austrália ou da Nova Zelândia?⁶⁷

Vê-se bem, por estes fatos, que a perpetuidade do lar constitui para as raças um sólido fundamento de suas nacionalidades. Os pais em conservando junto a si até à morte todos os filhos, ou, ao menos, um deles, inculcam

naturalmente o conjunto dos ensinamentos, das idéias, dos hábitos, das tradições que receberam pelo mesmo modo. Cada geração se prende intimamente a todas as que a precederam. Compreende-se, sem que seja mister insistir, a que fica reduzida a autoridade paterna num regímen que afasta tão prematura e tão completamente os filhos dos pais. A função do pai limita-se aos encargos mais estritamente indispensáveis: a procriação e os cuidados materiais da infância; a mocidade fica fora de sua influência, a idade madura escapa-lhe de todo. A organização da família humana tende a modelar-se pela dos animais. Os filhos são pequenos selvagens alheios a quaisquer práticas morais; a religião se reduz a superstições grosseiríssimas, ao terror dos maus espíritos, cujo influxo se conjura com feitiçarias e sortilégios. Este gênero de incipiente família instável acarreta consigo outra conseqüência grave: deixa sem refúgio e sem amparo os órfãos, os doentes, os velhos, em uma palavra, os fracos, os incapazes, ao passo que o lar patriarcal está sempre aberto para recolher os inválidos da vida: podem nunca sair ou voltar sempre em caso de infortúnio.

A organização dos poderes públicos é análoga à da família. Diverge, portanto, entre caçadores e pastores. Entre estes o mecanismo dos poderes públicos é concentrado na família;

entre caçadores, desagregada ela e reduzida à expressão mais simples, é imprópria para preencher as funções. Não são os velhos, considerados incapazes, que poderiam assumir o pesado encargo de resistir aos incessantes ataques das tribos vizinhas. Para isso é mister ser moço, vigoroso, empreendedor. O poder pertence aos mais fortes. Estes o exercem arbitrariamente, como sói acontecer com toda autoridade que repousa na força e tem por intuito principal – a *guerra*.

O poder é despótico e cruel; cada tribo é organizada para a defesa e para o ataque, e deve estar prestes para o que der e vier. E não é sem razão que as *tabas* e *ocas* selvagens são ornamentadas por horrorosos troféus. O estado permanente de guerra desenvolve a forma de autoridade mais arbitrária; a fraqueza extrema, a instabilidade da família tornam essa autoridade invasora, o que não priva que tal poder seja também essencialmente instável. É a força que faz os chefes; é a força que os derriba: eles fazem tremer, porém eles tremem também. Todos os viajantes que visitaram os selvagens notaram esse traço de seus costumes.⁶⁸

Este quadro é verdadeiro em suas linhas gerais. Mas duas considerações atenuam, até certo ponto, as suas cores, que poderiam ser mais carregadas: é que o ilustre escritor, de um lado,

obedecendo ao preconceito da unidade originária de todos os homens, vê nos selvagens da América do Sul gentes que, na origem, possuíram a *família patriarcal*, vindo a trocá-la pela *instável* no correr de milênios em sua nova residência; e, de outro lado, conhece os aludidos *alarves*, como lhes chamava Gabriel Soares, pelo livro do dr. Crevaux, onde se acham descritos os índios já algum tanto cultos do platô das Guianas e do vale do Amazonas, em contato com os brancos desde mais de três séculos. Se Edmond Demolins não fosse fiel à sua preocupação inicial e conhecesse os selvagens pelo citado G. Soares, por exemplo, ou Cardim, ou outros escritores do primeiro século da conquista, haveria de ver que, no Brasil, muitos deles não passaram de meros *apanhadores*; que não chegaram a constituir nem mesmo a *família instável* existente noutras raças; que não tinham conceito certo de propriedade; que não formavam *tribos organizadas* e apenas simples *grupos (tabas)*, subdivididos em *clãs* rudimentares (*ocas*) tendo por base quase indistinta *promiscuidade* e não o *parentesco*. O individualismo dissolvente era ainda mais acentuado do que pareceu ao sábio sociólogo francês.

Sua descrição, porém, é aceitável como o retrato das raças mais adiantadas dentre os índios brasileiros.⁶⁹ E como muitos dos traços de nossa

psicologia nacional de hoje estão ali em gérmens! E como somos levianos em não estudar as nossas origens para conhecer donde partem nossos defeitos e procurar corrigi-los!

E como somos superficiais em buscar fora a fonte de nossos males, atribuindo-os aos governos, quando ela está em nós mesmos, e aqui todos d'alto a baixo, governos e povos, provêm da mesma origem e padecem da mesma doença: o vício originário e constitucional!

Mas não se antecipem fatos e conclusões.

Urge prosseguir.

2º FATOR ANTROPETNOLÓGICO

– *O NEGRO*

⁶⁷ Os selvagens transmitem apenas de geração em geração insignificantes concepções míticas. Posso afirmar, modificando em parte as asserções de Demolins.

⁶⁸ *Les Grandes Routes des Peuples (Essai de Géographie Sociale)*, – *Les routes de l'Antiquité*. Fiz uma consolidação resumida.

⁶⁹ Deixo, para não sobrecarregar demasiado estas páginas, de transcrever trechos comprobativos de G. Soares, F. Varnhagen, F. Lisboa, Couto de Magalhães e Capistrano de Abreu.

É tempo de apreciar o fator *africano*, um dos elementos essenciais e predominantes na formação brasileira.

O negro acha-se nas mesmas condições do selvagem da América do Sul. “Le type des chasseurs des forêts africaines doit être placé à la suite du type que nous venons de décrire.”⁷⁰ O inconsciente da história ligou os dois tipos no Brasil... Haverá nisto mero acaso? Não o sei dizer.

Se acerca dos índios tiveram lugar pequenas discussões algum tanto ingênuas, a respeito dos negros o silêncio tem sido na ciência do país absolutamente completo.

Muita estranheza causaram em várias rodas nacionais o haverem esta *História da Literatura* e os *Estudos Sobre a Poesia Popular Brasileira* reclamado contra o olvido proposital feito nas letras nacionais a respeito do contingente africano e protestado contra a injustiça daí originada.

Entre nós, nos derradeiros tempos, sobretudo, alguns espíritos, inteligentes, honestos e desabusados, têm estudado os índios sob vários aspectos.

Dos negros é que ninguém se quis jamais ocupar, cometendo-se, assim, a mais censurável ingratidão.

Qual a carta etnográfica d’África ao tempo do

descobrimento do Brasil, época em que começou este a importar escravos dalém-mar? E no século XVII, que nos forneceu centenas de milhares de africanos? E no XVIII, que prosseguiu fartamente na messe? E no XIX, até 1850, que se excedeu no terrível comércio? Qual então a classificação das raças, a situação política de vários Estados do continente fronteiriço? Qual o grau de cultura em que se achavam? Qual a organização social dessas gentes? Quais as tribos de que nos trouxeram cativos? E em que número? Que lhes devemos na ordem econômica, social, política? Ninguém o sabe ainda hoje!... Ninguém jamais quis sabê-lo, em obediência ao prejuízo da cor, com medo de, em mostrando simpatia em qualquer grau por esse imenso elemento da nossa população, passar por descendente de raça africana, *de passar por mestiço!*... Eis a verdade nua e crua. É preciso acabar com isto; é mister deixar de temer preconceitos, deixar de mentir e restabelecer os negros no quinhão que lhes tiramos: o lugar que a eles compete, sem a menor sombra de favor, em tudo que tem sido, em quatro séculos, praticado no Brasil.

E o que mais admira, o que é mais censurável, sem dúvida, é que o não tenham já feito tantos negros inteligentes, tantos mestiços ilustrados, que abundam em elevadas posições no país. Preferem, como os velhos que se pintam,

iludirem-se a si próprios: darem-se por *latinos*, *celtas*, e creio que até *helenos*... Não pode haver nada mais cômico. Sim; nada mais para fazer rir sobre a terra do que apreciar o *ciplomb* com que a mestiçada nacional, na sua imensa escala cromática, em reuniões, sociedades, congressos, grupos, academias, assembléias, tropas de terra e mar, todo qualquer ajuntamento, e em suma, em que apareçam cem brasileiros para cima, caso em que a proporção dos misturados para os brancos supostos puros é sempre de noventa e cinco a noventa e nove por cento, nada mais cômico do que o sério com que a imensa mestiçada fabula de si própria pouco mais ou menos como se constituísse uma reunião de fidalgos anglo-saxões ou de antigos Eupátridas do mais puro sangue... Ah! Deus! Quando se acabará essa cegueira e nosso povo, para seguir firme o seu caminho, tratará de conhecer suas origens sem ilusões e sem preconceitos?

Depois de proferido o citado rebate sobre o esquecimento em que sempre no Brasil se deixou o estudo de nossas origens africanas, apareceram uns pequenos escritos na Bahia acerca do *feiticismo* dos pretos daquela zona e de alguns *levantes* que ali se deram, por eles promovidos, em fins do século XVIII e nas primeiras quatro décadas do século seguinte.

Não deixam de ter algum interesse essas

achegas para o conhecimento das aludidas origens; mas, evidentemente, por esse caminho, iremos ter às produções anedóticas ao gosto das já referidas a respeito de índios. O que havemos mister é conhecer, à luz dos novos processos da ciência social, o estado exato das sociedades africanas que enviaram representantes ao Brasil e a parte com que entraram na formação da nova nacionalidade aqui fundada. Esta é a questão; o mais é esgrimir no ar.

Felizmente, na falta de estudos brasileiros, existe o admirável, e magnífico livro de A. de Préville – *Les Sociétés Africaines. Leur origine; leur évolution; leur avenir*, que derrama uma luz intensíssima no assunto.

O autor é um dos mais autorizados discípulos da escola de Le Play, um dos mais eminentes companheiros de H. de Tourville, Ed. Demolins, P. de Rousiers.

O objeto do livro é como se fosse um assunto estritamente nacional; e, por isso, é aqui resumido em suas teses capitais.

O continente africano, espécie de *pia gigantesca*, como lhe chamava Livingstone, é um platô alto cercado quase completamente por montanhas, próximas da costa.

Divide-se em quatro regiões perfeitamente distintas, que são outras tantas zonas sociais igualmente definidas.

Cada uma dessas zonas é o habitat de raças e sociedades divergentes.

⁷⁰ Demolins, *op. cit.*

75

A seguir do norte para o sul, a sucessão das regiões mais é a seguinte, segundo as próprias expressões de A. de La fabula Préville:

A zona dos desertos do Norte, que é seca, onde a vegetação arborescente é quase nula ou pouco considerável; constitui um todo de vastos desertos ou estepes mais ou menos pobres; confina com a Ásia, de que é um prolongamento.

A zona do planalto central ou área equatorial, onde as chuvas cotidianas asseguram uma umidade constante, favorável ao crescimento das árvores; é um imenso maciço de florestas luxuriantes e pantanosas, no qual abundam a grande e a pequena caça.

A zona dos desertos do Sul, que reproduz a secura crescente da do Norte.

E, finalmente, *a zona montanhosa*, situada a leste, formada por um emaranhamento de vales florestais e de cumeadas ervosas.

Cada uma dessas grandes zonas se subdivide, sob o ponto de vista do clima, dos recursos da vida, e, portanto, do trabalho e da organização social, em várias regiões. Destarte, a dos desertos

do Norte, que não interessa diretamente a este estudo, por não ser habitada por negros e sim pelos brancos, *berberes*, divide-se em: *região dos pastores cavaleiros*, *região dos pastores cameleiros*, *região dos pastores cabreiros*, *região dos pastores vaqueiros*, seguindo do norte para o sul.

A zona montanhosa de Leste, que merece peculiar atenção a quem estuda a raça negra, por ser uma espécie de *officina gentium* no continente preto, por ser o ponto ali primeiro povoado por elas e donde ainda hoje irradiam para oeste e sul, possui: *pequenos platôs ervosos*, *próprios para a indústria pastoril*, *terrenos de pastoreio artificial e cultura*; *paragens adequadas à caça*; *terrás próprias para a coleta de frutos espontâneos do solo*.

A zona dos desertos do Sul apresenta as seguintes modalidades: *savanas*, *estepes pobres*, *territórios de caça*.

A zona do Centro, que é a região da mata equatorial, mais pujante ainda do que a do Amazonas, que lhe é fronteiriça, divide-se em quatro regiões distintas: *a da mandioca*, *a da banana*, *a do tocusso (eleusine)*, *a do sorgo (dourah)*, do sul para o norte.

Pondo de parte os *árabes*, que se têm metido na África pelo menos desde três ou quatro séculos antes de Cristo, mais ou menos intensamente, e

com assinalada atividade desde o século VII da nossa era; sem falar dos *europeus*, que, desde o século XV, têm fundado feitorias e colônias em suas costas; excluindo os *egípcios* e *berberes*, contados entre as gentes brancas, ou quase, e os *hotentotes*, que são incluídos entre os povos amarelos, os habitantes das três zonas de Leste, Centro e Sul são pretos, ramificados em três grupos: *Bantos*, *Xiluques*, *Etiópes*. Estes últimos se subdividem em *Abissínios* e *Galas*; parecem uma formação mestiça, devida a antiquíssimos cruzamentos com os primitivos *Aditas*. Os *Abissínios*, por sua posição próxima ao Egito, e outras vantagens naturais, civilizaram-se até certo ponto e escapam às considerações feitas por A. de Préville sobre o complexo das gentes pretas africanas. Não assim os *Galas* e menos ainda os *Bantos* e *Xiluques*. As raças negras, tomadas em conjunto, mostram muitos pontos de semelhança com os índios do Brasil e diversos pontos de divergência. Entre estes avultam o fato de serem várias delas dadas à indústria do pastoreio, nas regiões de Leste e Sul, e o fato de se dedicarem algumas aos trabalhos agrícolas. Pode-se até dizer que o negro só deixa de ser pastor onde não pode absolutamente dar-se a esse gênero de vida, na zona do Centro, infestada pela famosa mosca *tsé-tsé*, mortal aos rebanhos, e só não exerce a cultura, onde lhe é também impossível nessa

mesma zona na parte da mata, quase impenetrável. Infelizmente o império da *tsé-tsé* orça por 10 milhões de quilômetros quadrados, um terço da África, igual à Europa inteira, e só a extensão da intensa mata sobe a cerca de um milhão de quilômetros.

Grande porção das gentes negras vive circunscrita nestes limites, entregue à caça e à coleta, com todos os inconvenientes próprios destes meios de viver, e, onde é possível, a um rudimentar cultivo do solo.

O maior número dos africanos vindos para o Brasil foi da zona típica subequatorial. Mas, acompanhando Préville, veja o leitor o caráter social do preto zona por zona e vá, desde já, reparando nos pontos de semelhança existentes entre esse caráter e o de vários grupos das populações brasileiras.

Começando pela originalíssima região montanhosa de Leste, o primeiro núcleo de populações negras a despertar a atenção é o das que se dão ao pastoreio nos platôs cobertos de ervas. A vida pastoril, porém, nessas paragens está mui longe de se parecer com a dos pastores nômades, organizados em famílias patriarcais, do imenso estepe central asiático, com a dos pastores nômades do grande deserto do Norte africano e até com a dos estepes pobres dos hotentotes no Sul do continente. Os pequenos platôs ervados

das montanhas de Leste são demasiado estreitos para dar lugar ao regímen nômade, que é substituído pelo de *mudança simples de pastagens ou retiros*. Os franceses chamam a isto *le régime de transhumance, le pâturage transhumant, c'est-à-dire qu'on établit deux stations pour les troupeaux, l'une d'hiver, l'autre d'été*, segundo as próprias palavras do autor que vou compendiando. Temos o fato entre nós em nossa enormíssima zona pastoril, que abrange todo o Brasil central, desde o alto Norte nas margens do Rio Branco em o maciço da Guiana até a fronteira da República do Uruguai, com exceção

76

apenas do corte produzido pelo Amazonas; temo-lo ainda muito comum, principalmente na região típica que vai do Paraguaçu da Bahia ao Itapicuru do Maranhão, sem o termo técnico. Em Sergipe, chama-se *mudar o gado de pasto ou de solta*; em Minas diz-se *mudar o gado de retiro*, ao que me asseverou o Dr. Carlos Lindenberg, ilustrado agricultor e criador estabelecido na cidade de Campanha. Em Portugal traduz-se *transhumance* por *deambulação*.

Na vastíssima extensão do Brasil pastoril, porém, o fenômeno se dá em escala muito menor e sem as conseqüências acarretadas

peculiarmente em África na região de que se trata. Ali a família tende a tornar-se sedentária em uma das residências, ordinariamente a de inverno, mais própria para a conservação dos laticínios, e a enviar uma parte de seus membros com os rebanhos, quando estes se deslocam para a estação de estio. Só por este fato fica ela cortada em duas, pelo menos, durante uma parte do ano.

A posse dos pequenos platôs tem sido desde os primórdios disputada, dando origem a perpétuo estado de guerra, mantido pela estreiteza dos aludidos planaltos. É mister manter-se a gente neles contra os ataques de novos invasores e contra as reivindicações incessantes dos antigos possuidores esparsos nas vizinhanças. Não é só este estado de defensiva o resultado da residência nos apertados sítios; ela estimula também à ofensiva; não raro as pastagens se tornam insuficientes e é preciso ocupar as do vizinho. O rebanho pelas epidemias reduz-se muitas vezes a nada; é necessário fazer a *razzia* nos mais próximos. Sob o influxo dessas necessidades de defesa e de ataque – um grupo se desprende da família sedentária: é o dos *combatentes*, dos *guerreiros*, dos *moços*. E eis a oficina de trabalho da família dividida pelo menos em três oficinas isoladas: a do *pai*, que fica no ponto mais favorável das pastagens, o mais defensável; a dos *pastores* ou *kraat de trabalho*, composto de

jovens de ambos os sexos, encarregados de vigiar os rebanhos nos pastos de estio ou de inverno; a dos *guerreiros* ou *kraal militar*, dedicado à defesa do solo e às expedições de *razzias*. Em tal meio a guerra é uma questão de vida e morte, é *um modo de trabalho*. O serviço das armas exerce sobre o grupo social preponderância irrecusável. A *família*, o *clã*, a *nação* são constituídos para a guerra. Os meninos de ambos os sexos permanecem longe do lar até a idade de quatorze anos nos *kraals* de pastoreio, pertencentes às várias famílias. Quando o filho de um chefe *local*, um chefe de *clã*, atinge àquela idade, tem de entrar no serviço da guerra, seguido de todos os seus companheiros da mesma idade. Cada pai dá a seu filho algumas cabeças de gado para seu uso pessoal, e todos juntos partem para o *kraal*, ocupados pelos *El-Morans* ou jovens guerreiros, da subdivisão. As pastoras acompanham ainda aí os pastores: ficam com eles no *kraal* guerreiro, como dantes no *kraal* de gado, para os serviços domésticos e preparo dos alimentos. E eis ainda neste segundo estado a mistura dos sexos, longe da rudimentar família, que fica sempre fora da formação da mocidade. O *El-Moran* não exerce outro ofício além do da guerra. Suas armas, seu escudo, sua tenda de couro, todos os seus petrechos são fabricados pelo *El-Gono*, mísero escravo habitante das aldeias conquistadas, ao

qual incumbem também todos os trabalhos, além da guarda do rebanho do acampamento, e é conservado na mais completa abjeção. O jovem soldado não fica ocioso. O campo móvel não é resguardado por nenhuma fortificação; sua segurança repousa na vigilância das sentinelas regularmente colocadas.

No intervalo de suas horas de guarda, o *El-Moran* deve aprender a melodia selvagem do canto de guerra, escutar em silêncio intermináveis discursos, ou fazê-los, se lho mandam; aprender em manobras metódicas nas cercanias do acampamento o manejo das armas, e, sobretudo, instruir-se na grande arte de furtar com destreza os utensílios, o marfim ou os rebanhos. Este ponto é capital; porque se se deixa agarrar, sua cabeça, fincada em uma estaca, virá a ornar a porta de uma aldeia inimiga. Os bandos, sempre ambulantes dos *El-Morans*, servem de guarnição ao país; espreitam todas as passagens, que os soldados conhecem admiravelmente por tê-las percorrido, quer efetivamente no correr das expedições quer pelos olhos do alto de algum cume elevado. Caem tais bandos de improviso, ao sul, a leste e ao oeste, nos pontos que o grande conselho, assistido pelo grande mágico ou *Libon*, designa como objetivo das *razzias*, ou, quando chamados em socorro, mediante salário, por algum chefe de sua raça, residente em terras

afastadas, intervêm em seu favor contra os rivais sustentados por outros bandos, formados pelo mesmo modelo.

Quando *a razzia* é bem sucedida ou o salário em reses é pago ao bando, trata-se da partilha do espólio, tiradas de antemão numerosas cabeças de gado em proveito do *Libon*, o mágico, cujos conselhos são tão preciosos. A divisão do restante ocasiona brigas sanguinolentas. Os valentões, os insolentes, consultando apenas a própria avidez, apoderam-se dos animais, segundo sua conveniência, e desafiam os companheiros a vir tomá-los. A regra é que se, contra todos, conseguem defender, durante três dias, a presa, ela não será mais disputada. É então que se dão as verdadeiras batalhas.

Sucumbem mais guerreiros nestas desavenças do que durante a sortida em terra inimiga. Matar, porém, por este modo é permitido, porque todo o homem, que não sabe garantir a sua pele, não merece senão o esquecimento.

Surpreende-se aqui a profunda diferença existente entre as raças originadas dos pastores nômades e as formadas nos pequenos platôs ervados. O lugar do patriarca está vazio e a partilha, fim natural das operações da comunidade, efetua-se com a força do braço.

Foi do rebanho do pai que os *El-Morans* tiraram a primeira subvenção em gado, necessária à sua administração no acampamento; é, em troca, o rebanho paterno que se enriquece com os animais capturados por seus filhos, ao menos em grande parte. Contribui, destarte, o emigrante militar para conservar o lar donde saiu, viveiro de guerreiros, até a morte do pai. Quando esta se dá, o mais velho, o mais antigo dos *El-Morans* saídos de casa, e chamado às pressas e toma posse da sucessão, que lhe toca inteira. Sai com saudades da corporação militar, casa-se logo que chega a sazão em que nascem os bezerros. É um caso de *transmissão integral do patrimônio*, bem diverso, porém, do que se dá nas famílias patriarcais em que persiste a *indivisão* para todos, passando ao mais velho apenas a *autoridade moral*, e também divergente do que se dá nas *famílias-troncos*, base das sociedades de *formação particularista*, nas quais o *herdeiro* é *antes associado à gestão; é um escolhido por certas qualidades*. O pastor dos pequenos planaltos não conhece seus filhos e nenhum destes é preparado para a sucessão, porque as oficinas do trabalho em que eles se formaram são alheias à direção dos chefes de família. A razão que limita a um só o número dos herdeiros é uma idéia de luta constante contra os vizinhos para a conservação dos pequenos platôs de pastagem,

idéia inspirada pela própria estreiteza desses platôs.

Neste gênero de sociedade, nesta espécie de países de recursos limitados, importa limitar também o número dos casais estabelecidos no território. As noivas são compradas por um certo número de vacas e o costume tem estabelecido que, até a morte do pai, os filhos não as podem possuir como próprias, o que retarda até lá os casamentos.

Com o sistema de vida em comum para a mocidade dos dois sexos – o *El-Moran* acharia mulher *grátis*; mas os filhos oriundos desta união, os bastardos nascidos nos *kraals* de guerra, pertencem ao *pai da mulher*. A casa que se quisesse assim fundar seria um lar sem filhos, e, portanto, caduco; seria em proveito do avô materno e de seu futuro herdeiro que os moços trabalhariam, quer dizer, pilhariam no futuro; seria ele que receberia o preço do casamento das filhas. Em tais condições, pode praticar-se a união livre, mas não o casamento, o aumento normal dos lares estabelecidos, direito que pertence só ao filho mais velho e só pela morte do progenitor.

O primogênito, uma vez transformado de *El-Moran* em *El-Morua*, em chefe de casa e senhor de rebanho, não sonhará mais com proezas pessoais; seu cuidado será multiplicar,

com o rebanho, o enxame de defensores do solo e roubadores de gado. Tendo vivido, como se viu, longe das vistas do pai, num meio turbulentó e brutal, não recebeu nenhuma formação moral, nenhuma tradição; não aprendeu a honrar senão a força material e a coragem feroz.

O antigo chefe da família, que não tomava mais na guerra, morto de moléstia ou velhice e não no brilho da força, em meio de façanhas, *não prestava mais para nada*. Por isso não obtém as honras fúnebres, reservadas aos heróis caídos na luta. O herdeiro toma nos ombros esse cadáver, que nenhuma auréola enobrece, e o lança fora do recinto da casa, atrás do curral dos animais. Depois as hienas e aves de rapina deixam ali apenas alguns ossos limpos, em que o caminhante dá com o pé, ou que os meninos do *kraal*, rindo, atiram uns aos outros, em seus brinquedos.

Nos lares desses montanheses, pois, desorganizados pela guerra, não existem respeitosas tradições firmadas na memória dos maiores; não existe culto doméstico, religião na família; e, como é mister ao homem um culto, o povo inteiro entregar-se-á às superstições da magia, à influência dos *Libons* ou *fazedores de chuva*, que se gabam de poder refrescar à vontade as pastagens, impedir a mortandade dos animais, predizer a vitória ou a derrota.

Que contraste pasmoso com o tipo patriarcal,

existente entre os pastores nômades! Que diferença entre esse patriarca sempre presente, formado no lar pelos antepassados, revestido de autoridade tradicional, afeiçoando seus descendentes ao molde de que ele mesmo é um exemplo, e este *El-Morna*, cujos filhos e filhas correm aventuras ao longe e crescem debaixo da direção única dos camaradas, tomados por chefes por causa do vigor do seu braço!

Que diferença entre o antepassado reverenciado, ao qual, vivo ou morto, se dirigem os sinais do mais absoluto respeito, a inclinação, a *prostração*, e este chefe de *kraal*, que seu herdeiro, naturalmente, sem o mais leve remorso, vai atirar à estrada!

Donde nasce esta oposição tão completa nas idéias e nos hábitos? Provém em grande parte de uma simples diferença na organização do trabalho, da separação completa, nos pequenos platôs em questão, entre a oficina de trabalho dos filhos e a do pai. Mas, para dar a explicação completa do último fato, que é puramente africano, forçoso é admitir a ausência de tradições patriarcais anteriores no seio da raça que povoou aqueles sítios e neles se entrega à indústria do pastoreio *transhumant*.

Resta examinar a sorte dos *filhos mais moços*, por ocasião da morte do pai, quando o mais velho toma posse do rebanho. Eles, os irmãos mais

moços, nada podem pretender na sucessão; porém, daí por diante, todo o gado conquistado por eles lhes pertencerá. Ficarão ainda algum tempo em serviço, reunindo recursos, aguerrindo-se cada vez mais, tomando sobre os seus jovens camaradas uma influência crescente. Quando julga a ocasião oportuna, o veterano entre eles, e com o recurso dos companheiros d'armas, desce das alturas, conduzindo diante de si seu pequeno rebanho.

Levando suas *boas amigas*, toma uma direção já seguida por seus predecessores e invade algumas aldeias das terras baixas, onde os negros, expulsos em épocas passadas das alturas, vivem da

78

coleta e de exígua cultura. Impõe tarefas e tributos para sustentar seu gado, suas gentes e a ele mesmo; torna-se senhor do solo, toma o governo e funda, destarte, uma dessas *che farias de aldeia* encontradas por toda parte na África pelos viajantes, desde as bases das montanhas de Leste até o divisor das águas do Congo.

Uma vez estabelecido, esse invasor tenta acrescentar seu império pelo comércio e pela guerra, pela política, pelas alianças com os chefes vizinhos da mesma raça e os bandos de seus antigos camaradas. Tal é a origem de um

grande número de *reis negros*, de quase todos aqueles que são senhores de aldeias compreendidas na zona montanhosa e mesmo dos que se encontram, até o coração do platô central, ainda de posse, em sinal de nobreza, e a despeito das dificuldades do lugar, de alguns animais que se tornam quase selvagens.

Esses chefes implantam-se facilmente no meio das populações das terras baixas, porque estas populações são completamente desorganizadas sob o ponto de vista social, pois a constituição da família se acha nelas inteiramente arruinada, em razão das mudanças a que foram forçadas, das conquistas que sofreram; ao passo que os emigrantes dos pequenos platôs ervosos saem de um clã mais ou menos sólido, estão pelas circunstâncias afeitos a uma disciplina séria. Esses chefes, impostos pela força, são considerados como senhores, por direito de conquista, da região sobre a qual se estende sua ação. Não constituem, porém, a propriedade privada do solo, desconhecida em suas pastagens. Usarão do poder para fazer respeitar o território, para manter nele uma certa ordem proveitosa a seus interesses, para compelir o povo à cultura, se a *coleta* e a *caça* não forem suficientes.

Não recuarão diante de nenhuma repressão sanguinária, de nenhuma explosão bárbara. Não podendo mais roubar gados, farão *razzias* de

escravos. Não se acham no caso de ensinar a seus súditos as qualidades que não receberam em sua educação; o respeito da mulher, a autoridade paterna, a compaixão, o culto privado. Sua corte será dissoluta, seu governo absoluto e feroz; a influência dos feiticeiros será para eles onipotente, o *tráfico dos escravos se organizará sob sua direção*. Tal é o quadro geral da África negra, já desde essas mais adiantadas gentes da região montanhosa de Leste, quadro que se vai cada vez mais tornando escuro, à medida que se vai estendendo às populações das outras zonas, ainda mais desorganizadas.

E este é o caso dos habitantes das regiões baixas, vizinhas dos pequenos planaltos ervosos, que o autor passa a examinar por miúdo. Não o acompanharei nesta excursão, altamente instrutiva, porque mais urgente é o estudo das gentes do Sul e do Centro, donde ao Brasil veio a maior parte dos africanos importados. Limo-me, sempre com Préville, seguido quase pelas mesmas palavras, a dizer que as populações das terras baixas, vizinhas dos planaltos de pastagens, foram dali repelidas e forçadas, em novos sítios, a trabalhos diferentes dos do pastoreio, vindo a sofrer uma tríplice deformação: a primeira pela necessidade de se submeterem a chefes militares; a segunda, como vencidas, pela privação de seus meios primitivos de existência; a terceira sob a

ação de novos modos de trabalho impostos pela natureza dos lugares que as receberam após a derrota. *A caça, a coleta de frutas, a cultura* impuseram-se-lhes, conforme a natureza dos habitats.

Mas nem todos os repelidos da grande região de Leste, ponto inicial dessa vibração que põe, segundo a frase do autor, em movimento e desloca perpetuamente as populações negras, como o comprovam todos os exploradores, têm ficado nas regiões baixas vizinhas.

Muitos se têm dirigido para o Sul ou para o Oeste, onde os seus destinos têm sido assaz divergentes, conforme as novas residências.

Deste número são as gentes que formam o grande grupo étnico denominado *banto*, das quais provieram em mor escala os negros passados ao Brasil, não só *bantos*, do Sul, como do Centro. Nas savanas da zona meridional fixaram-se mais ou menos muitos grupos desses emigrados, que são geralmente denominados *Cafres*, cujos principais representantes são *Zulus, Matebeles, Macololos, Bectuanas, Damaras, Herreros, Ovambos, Amboelas* e outros menos famosos.

Já de si desastradamente organizados no seu remotíssimo viver nas altas regiões de Leste, ainda mais imperfeitas são as linhas gerais de seu estado social nas belas savanas do Sul africano. As deformações acentuaram-se notavelmente no

correr da longa e morosíssima retirada através das ervagens das montanhas. Para resistirem aos que os impeliam a sair, para deslocarem-se e porem-se em marcha em boa ordem, salvando os gados, para abrirem caminho em meio de populações hostis que era mister desalojar de posições de difícil acesso, os atuais habitantes d'África austral foram obrigados a submeter-se cada vez mais a uma disciplina militar implacável. O que se chama a *sociedade civil*, da qual o casal do chefe da família, do *El-Morua*, é uma representação, como se viu, foi nesses pobres emigrados absorvido pelo comando militar absoluto.

Estes grupos não se podem mais denominar nem famílias, nem clãs, nem tribos: são, como dizem os missionários do Zambeze, — *regimento*. Os chefes locais são *indunas* ou *capitães*. Só eles, e isto raramente, são consultados pelo *rei*; formam um *conselho de guerra*, que julga os delitos e só aplica duas espécies de penas: a *mutilação* e a *morte*.

Quando uma sociedade, pondera o autor, que vou seguindo quase literalmente, se transforma a esse ponto, quando todas as suas forças vivas se concentram nas mãos dos que governam, sendo estes

puramente militares, é que ela atravessou circunstâncias, nas quais a família se tornou insuficiente para garantir aos seus membros a satisfação das primeiras necessidades: o pão cotidiano e a segurança da existência.

Compreende-se, sem esforço, a dificuldade que se mostrou, desde o começo da longa migração, para conduzir *separadamente* os rebanhos pertencentes a cada *El-Morua* ou chefe de família;

forçoso era juntar os animais em um só comboio que os bandos armados pudesse proteger. No fim de longos prazos de jornadas e lutas, era impossível proceder a partilhas e especialmente *repartir as perdas*, consideradas como sofridas por todos.

De tudo ressalta a necessidade de formar séries de rebanhos comuns, cujo administrador é o chefe de guerra, o que ordena os movimentos e deve assegurar a alimentação dos combatentes. Destarte, pode dizer-se que se achavam invertidas as posições: na montanha, como se viu, os rebanhos conseguidos pelos *kraals de guerra*, pelos diversos *El-Mornas*, iam engrossar os rebanhos dos chefes de família, dos diversos *El-Moruas*; agora é o contrário: subsiste só o rebanho pertencente ao campo de guerra, engrossado pelos rebanhos particulares dos chefes de casa. É uma transformação radical, prenhe de

conseqüências graves.

Despojado da gestão, que era sua função própria, o chefe de família retoma a lança, entra na fileira e vai perdendo aos poucos suas qualidades de previdência postas em prática em tempo de pastoreio *de ambulante*, e agora inúteis no meio de um verdadeiro regimento. Só, ao invés disso, o chefe encarregado de tudo dirigir, de fazer viver toda a partida, conserva essa qualidade da previdência. Concentra em suas mãos os interesses de todos, dirige o rebanho e reúne em torno de si as mulheres que se encarregam da manipulação do leite. Este chefe torna-se, além de *patrão geral*, um *diretor do trabalho*; torna-se, por isso, muito poderoso, conserva hereditariedade em sua família, à qual, e só a ela, as circunstâncias conservam a idéia de previsão e de governo. E assim a raça de pequenos patrões, com suas casas independentes dos pequenos platôs ervosos, chega aos pastos da zona do Sul transformada em *regimento*, com um pequeno número de *capitães* hereditários, senhores de tudo, dos guerreiros, das mulheres, dos rebanhos...

Nas pastagens mais uniformes da África austral acham-se mudadas as condições de trabalho, ao mesmo tempo que o caráter da raça.

O regime de simples deambulação (*transhumance*) já não é mais possível para o

gado, porque a alternativa das estações seca e úmida *produz ao mesmo tempo as mesmas modificações na região inteira*. A vida nômade, qual a praticam os moradores dos desertos do Norte, é impossível ao cafre, como já se disse, porque a existência dos pastores nômades, mongóis, semitas, berberes ou arianos, ontem como hoje, supõe o laço patriarcal na família e na tribo, o respeito das tradições dos maiores, a autoridade dos anciãos, a solidariedade baseada no parentesco, coisas todas estas que jamais os negros possuíram, nem até nos famosos platôs da região montanhosa de Leste e ainda menos, se é possível, nas regiões do Sul e do Centro.

O *capitão* não é um patriarca, é um explorador e um dominador feroz, que usa das qualidades de um mando que pôde conservar, não como pai devotado, sim como senhor interesseiro e implacável. Seu *regimento* é para ele uma coisa que lhe pertence, não é sua família.

Se as grandes migrações são interditas aos povos cafres em virtude de sua constituição social, se o pastoreio de ambulante, que corrige a desigualdade das estações, lhes escapa, forçoso lhes é o reduzirem seus rebanhos ao número mínimo de cabeças que a terra pode alimentar na estação seca, a mais desvantajosa. Não se pode, pois, viver exclusivamente de gado, e deve-se recorrer à *cultura*, aliás fácil e remuneradora

pelas condições favoráveis do clima.

Os pastes são, em geral, nas savanas do Sul, limitados por espaços infestados de abrolhos e espinhais ou por verdadeiras florestas que tornam as comunicações difíceis de uns para outros. Cada clã habita separadamente as vastas ilhotas aptas ao pastoreio. Retida pelas fronteiras naturais e pela resistência dos vizinhos, a cabilda torna-se sedentária e entrega-se à cultura. E como a guerra é constante nas fronteiras, entre essas gentes arregimentadas, todo homem é soldado, o que vale dizer que à mulher incumbe o trabalho da terra. Os homens, nos intervalos das expedições, *passam os dias a fumar e a beber em roda do Kraal e das cabanas do capitão*. A mulher vem a ser, desta forma, o verdadeiro trabalhador e produtor entre os Cafres.

Ora, as necessidades das primitivas retiradas guerreiras já tinham grupado as mulheres em torno do chefe e sob a sua direção.

Compreende-se que esse mandão poderoso reclame o maior número possível de tais trabalhadores. Nas expedições de guerra – não se captura somente o gado do inimigo, leva-se também uma parte da população. Os homens são massacrados, salvo os que podem fugir a tempo do campo de batalha; as mulheres tornam-se escravas; os filhos, levados com elas, reparam as perdas que os contínuos combates infligem aos

vencedores.

Os meninos, criados no exército, tomarão nele lugar mais tarde; as meninas serão mais tarde desposadas pelos *indunas* (capitães), ou pelo *rei*. Até doze anos todos os meninos, nascidos na tribo ou tomados de fora, são alimentados exclusivamente de leite. Desde que podem andar, vão duas vezes por